

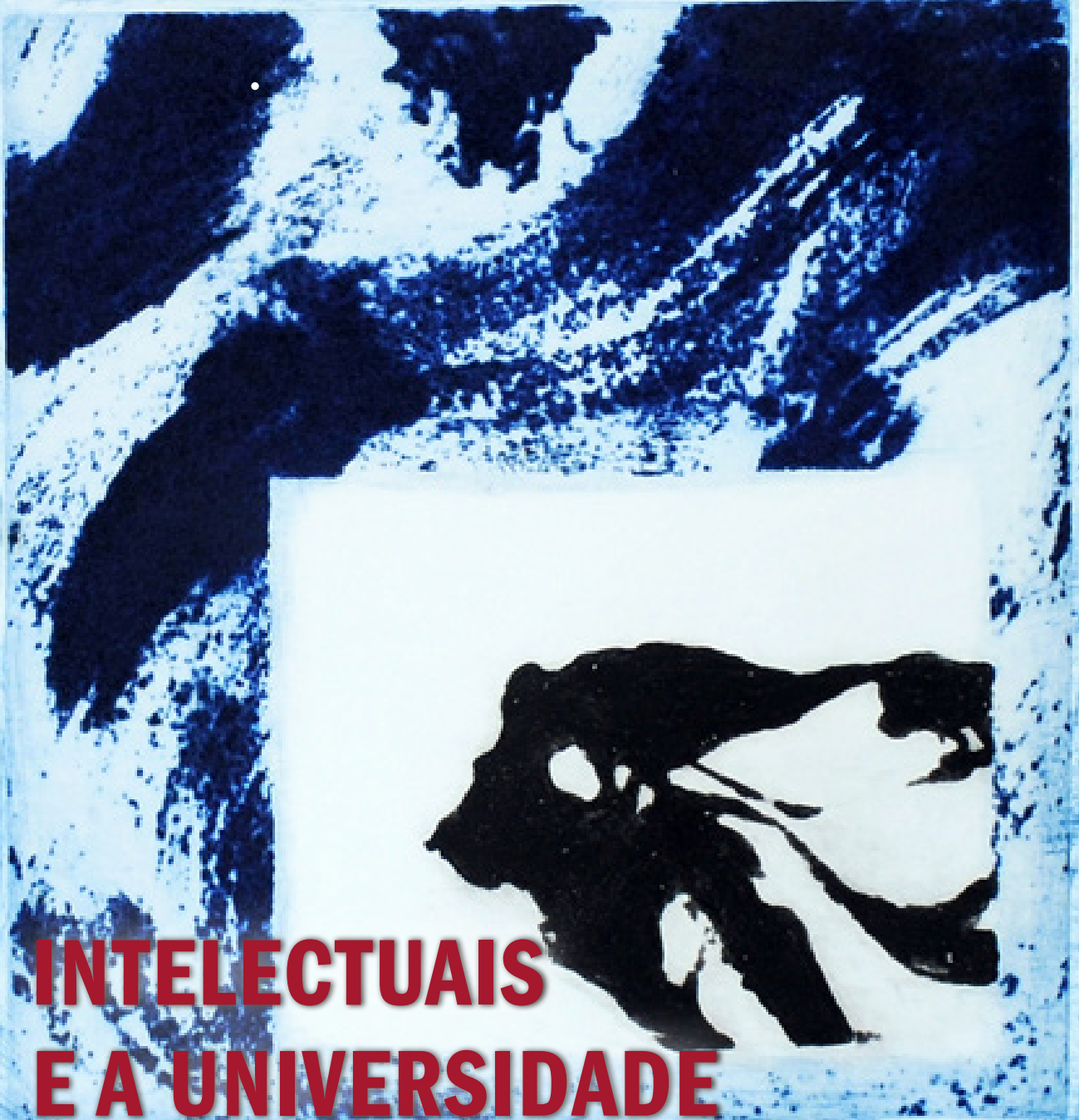
ISSN 1984-4263



# versus

AGOSTO DE 2021 N°8

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DO CCJE/UFRJ



## INTELECTUAIS E A UNIVERSIDADE

VERSUS Acadêmica: Marilena Chauí, Heloisa Barbosa (COPPEAD), Eliane Pereira e Antônio José de Oliveira (FACC), Fábio Corrêa (FND), Lavínia Barros e Ana Célia Castro (IE), Luis Coli e Soraya Simões (IPPUR), Leonardo Valente (IRID), Colaboradores Discentes, Bruna Amarante (BEG)

# #VERSUS *imagem*

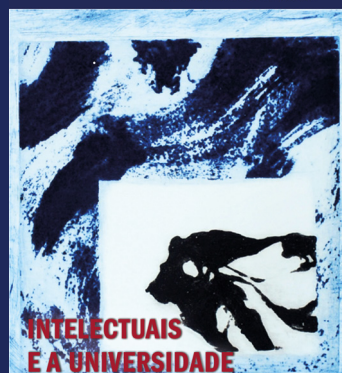
BIRA SOARES



**Biblioteca Carvalho de Mendonça,  
Faculdade Nacional de Direito**

ISSN 1644-4263  
Agosto de 2021 - Nº8

**VERSUS**  
REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DO CC-URRAL



CAPA: GRAVURA FAYGA OSTROWER / ARTE: BEATRIZ BRAGA

A institucionalidade do nosso Centro surge no final da década de sessenta, mas as Unidades que hoje o compõem têm histórias e processos de formação próprios e algumas existiam antes mesmo de 1969. Essa diversidade originária e essencial moldou a necessidade da integração entre nossas Unidades; algo que todos/as perseguimos há muitos anos.

Mas neste ano de 2021 essa variedade traz consigo algumas importantes efemérides a celebrar; marcos importantes na história do Centro. Tratados 130 anos dos primeiros Cursos da Faculdade Nacional de Direito; dos 50 anos de criação do PP-G-PUR que depois se tornaria o IPPUR (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional); e dos 25 anos do Instituto de Economia (IE) e da Faculdade da Administração e Ciências

Contábeis (FACC), oriundos da extinção da FEA (Faculdade de Economia e Administração, fundada em 1938) e cuja cisão, em 1996, originou ambas. Cada uma dessas Unidades tem valores históricos, acadêmicos e sociais inexoráveis e indelévels. Falar disso é lembrar a qualidade da formação acadêmica verdadeiramente estruturada no constitucional trinômio ensino-pesquisa-extensão; cada um com seu perfil. É saudar momentos de resistência e de responsabilidade social. É aprender com erros e acertos do passado e preparar o futuro para uma Universidade de todos e para todos, estejam intra ou extra muros. Por isso também a nossa VERSUS celebra e revisita a história de instituições e das pessoas que colaboraram na construção de uma UFRJ centenária e mais além.

**Flávio Alves Martins**  
Decano do CCJE

Denise Pires de Carvalho

**Reitora**

Carlos Frederico Leão Rocha

**Vice-Reitor**

Flávio Alves Martins

**Decano**

Antonio Licha

**Vice-decano**

Alessandra Monteiro

**Superintendente do CCJE**

Thais de Souza Andrade

**Chefe de Gabinete****Coordenadores do CCJE**

Junya Rodrigues Barletta (Coordenadora de Integração Acadêmica em Graduação); Esther Duweck (Coordenadora de Integração Acadêmica em Pós-Graduação); Sandra Maria Becker Tavares (Coordenadora de Integração Acadêmica em Extensão); Waldelice Maria Silva de Souza (Coordenadora de Atividades Culturais); Zenildo Ferreira de Oliveira (Coordenador de Planejamento e Projetos) e Vinicius Simas Pereira Fernandes (Coordenador de Tecnologia, Informação e Comunicação).

**COORDENAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS**

Revista Versus

**Conselho Editorial**

Eduardo Bastian (IE); Mauro Osório (FND); Margarida Gutiérrez (COPPEAD); Eliane Ribeiro Pereira (FACC); Renata Bastos (IPPU); Leonardo Valente (RID); Josiane Alcântara (Biblioteca Eugênio Gudin); João Pedro Nogueira Abdo (Estudante FND); Maria Luiza Busse (ABI – Associação Brasileira de Imprensa/ Comunidade externa).

**Editor**

Antonio Licha

**Editor Executivo**

Waldelice Souza

**Jornalista**

Elisa Monteiro

**Diagramação e arte**

Beatriz Braga

**Projeto Gráfico**

Beatriz Braga e Elisa Monteiro

**Pesquisa**

Waldelice Souza, Antonio Licha, Joiane Alcântara, Luciana Lombardo, Beatriz Braga, Gabrielle Dias, Letícia Maia, Letícia Abreu Paixão e Júlia Ribeiro

**Revisão**

Erika Tamashiro e Yasmin Fonseca

**Bolsistas:**

Beatriz Braga (PIBIAC - PR1); Gabrielle Dias, Letícia Maia e Letícia Abreu (Desenvolvimento acadêmico - CCJE); Júlia Ribeiro (voluntária).

**Colaboradores da Edição**

Marilena Chaul, Renato Ortiz, Ricardo Bielschowsky, Wilson Vieira, Rosa d'Aguiar, Iris Amâncio, Vantuil Pereira, Fernanda Felisberto, Vera Eunice, Renata Bastos da Silva, Francisco Carlos Teixeira, Marieta de Moraes Ferreira, José Ribamar Bessa, Lia de Faria, Pedro Sánchez, Cecília Boal, Fabian Boal, Célia Costa, Eleonora Ziller, José Luiz Ligiêro, Luciana Heymann e Priscila Matsunaga, César Lemos, Roberto Guedes, Juliana Loureiro, Edmundo de Souza e Silva, Luis Felipe de Moraes, Heloisa Barbosa Leite, Eliane Ribeiro Pereira, Antonio José Barbosa Oliveira, Fábio Corrêa de Souza de Oliveira, Lavinia Barros de Castro, Ana Célia Castro, Luis Régis Coli, Soraya Silveira Simoes, Leonardo Valente, Laura Asberg, Isabella Marie, Isabella Coimbra, João Pedro Abdo, Jade Seiblitz, Bruna Amarante Oliveira, Luiza Hiromi Arao, Priscila Gonçalves Soares, Roberto dos Santos Facce, César Lemos e Roberto Guedes

**Fotos**

Daniel Miyazato/ Jornal do Campus USP, Júlia Ribeiro, Marco Fernandes/Coordcom, Daniela Lima, Bira Soares e Raphael Pizzino.

**Apoio Institucional**

ADUFRJ

**AdUFRJ**

Coordenação de Tecnologia, Informação e Comunicação do CCJE, Instituto Augusto Boal, Instituto Fayga Ostrower, Gabinete da Reitoria, Secretaria do CONSUNI, Superintendência CFCH

**Agradecimentos**

Ana Carolina Oliveira, Dominique Ribeiro (Comunicação da Coppe), Carlos Ribeiro (Comunicação da Coppe), Noni Ostrower (Instituto Fayga Ostrower), Fabian Boal (Instituto Augusto Boal), Larissa Gaspar Alves (CFCH) e Francisco Guimarães (PUC-Rio)

**Revista VERSUS**

Publicação semestral do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE)  
Av. Pasteur, 250 – Fundos - Campus da Praia Vermelha 22290-240 - Urca, Rio de Janeiro/RJ

*Antonio Licha***Editor**

A Revista Versus invita os leitores a viajar pelo mundo da Intelectualidade Brasileira, apresentando aqueles que têm compromisso com nossa existência. São pessoas que procuram desvendar e responder os problemas de seu tempo. Buscamos, em nossas escolhas, aqueles próximos a nossa universidade, mas não exclusivamente. Suas reflexões nos ajudam em nosso cotidiano de busca de soluções para problemas sociais. É a transformação pela reflexão. Nessa viagem pelos distintos universos dos protagonistas deste número, resgatamos sempre o humanismo que acompanha suas pesquisas, suas ações e seus

debates, além do vigor e da dedicação incansável por enfrentar os problemas históricos que os rodeiam. Representam, cada um a seu modo, verdadeiros heróis contemporâneos que disputam a realidade que lhes corresponde viver. Suas vidas permitem revisitar a história brasileira e mostrar a valentia de seus compromissos sociais. A Revista Versus homenageia neste número esses intelectuais e propõe um engajamento através da prática de um pensamento que não se confunde com ideologias explícitas, mas como uma forma de interagir o mundo e de atuar frente à crise ampla que vive a sociedade brasileira.

**CONHECIMENTO É MAIS QUE INFORMAÇÃO.  
CONHEÇA A VERSUS: [VERSUS.CCJE.UFRJ.BR](http://VERSUS.CCJE.UFRJ.BR)**

**EDIÇÃO ANTERIOR**

# SUMÁRIO

EDIÇÃO Nº8

## ATUAÇÃO DOS PENSADORES INTERESSADOS NO BRASIL

Waldelice Souza

6

## HOMENAGEM A MANOLO FLORENTINO

Letícia Maia

13

## CELSO FURTADO O SOL SERTANEJO

Elisa Monteiro

16

## MARIA YEDDA LINHARES A PRIMEIRA CATEDRÁTICA DA FNFI

Elisa Monteiro e Gabrielle Dias

24

## 100 ANOS DE UMA PEQUENA NOTÁVEL

Renata Bastos

31

#VERSUSimagem



34



120

## CAROLINA DE JESUS UMA INTELLECTUAL DO BRASIL

Josiane Alcântara

133

## OPINIÃO EM OBRA ABERTA BOALAUTOREXPECTADORATOR

Josiane Alcântara e Waldelice Souza

147

## INTERNET NO BRASIL UM HISTÓRIA EM REDE

Gabrielle Dias e Letícia Maia

# ATUAÇÃO DOS PENSADORES INTERESSADOS NO BRASIL

WALDELICE SOUZA

FOTOS: JORNAL DO CAMPUS USP



**H**á um rumor de que o intelectual público defensor da autonomia do pensamento e interessado nos rumos de seu país deixou de existir. A Revista Versus percebeu, com a pesquisa realizada para esta edição, uma tendência bem diferente. Aquele intelectual, cuja linguagem, estilo e crítica radical pressupunham um leitor interessado, curioso e disponível aos debates, e que buscava espaço na imprensa e em outros veículos de informação convive com outros desafios. O intelectual de hoje, leitor de romances, que observa o aprofundamento dos estudos na física, continua atento aos debates econômicos e adere ao uso de ferramentas tecnológicas.

A 8ª edição da revista tenta entender a atuação desse pensador acompanhando trajetórias de intelectuais que ocuparam essa posição ao responderem aos impasses dos séculos passados diante da necessidade do Brasil de ser grande, igualitário e justo. Durante todo o século XX, houve uma sucessão de intelectuais pensando projetos a fim de superar as

desigualdades regionais, permitir a escolaridade universal, e ouvir os ecos dos que pensam o país por dentro das mazelas, fora de qualquer instituição. Por isso, neste número da revista, há interesse no diálogo entre a entrevista cedida pelo Professor Titular da Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade de Campinas (Unicamp), Renato Ortiz, e o texto encaminhado à redação – disponível integralmente na seção Versus Acadêmica – pela Professora Emérita da Faculdade de Filosofia, da Universidade Estadual de São Paulo (USP), Marilena Chauí, e em pensar quem são os intelectuais e o que são as universidades.

**Ambos os intelectuais** são extremamente motivados com o que estudam e se voltam para o que sejam estas duas categorias: o intelectual e a universidade. E são eles que afirmam que não é possível considerar a existência destas categorias sem pensar a sociedade. Nesse aspecto, a Professora Emérita da USP lembra que a sociedade na qual a universidade está inserida não é homogênea. Ela esclarece, quando discorre sobre democracia: “Ora, há, na prática e nas ideias democráticas, uma profundidade e uma verdade muito maiores e superiores ao que o liberalismo percebe e deixa perceber”.

Essas são características que “significam, por exemplo, que a sociedade não é uma comunidade una e indivisa voltada para o bem comum obtido por consenso, mas, ao contrário, está internamente dividida em classes sociais e que as divisões são legítimas e devem expressar-se publicamente”. Essa heterogeneidade aparece nas universidades também. Obviamente, hoje



mais do que ontem. Ou seja, a universidade não é um lugar onde todas as pessoas leem o mesmo livro ou seguem o mesmo pensamento. A instituição de ensino é porosa e reflete o que existe na sociedade.

**O lugar do intelectual** também responde, em certa medida, às necessidades da sociedade. Assim, para o Professor Titular da Unicamp: “As universidades, no sentido moderno, são recentes, nascem no século XIX. Porém, o trabalho intelectual se fazia em diferentes circuitos: os monges na Idade Média, os filósofos e suas escolas no mundo helênico, os pensadores iluministas em seus circuitos literários. Ainda no século XX, de maneira mais tímida, até hoje, determinados partidos políticos funcionam como pequenas escolas de formação de intelectuais. O advento das universidades inaugura, entretanto, um novo tipo de instituição que toma o trabalho intelectual como ‘sua’ atividade central”. E esses intelectuais que atuam como professores e pesquisadores não só podem ter visões distintas sobre os objetos que investigam como, às vezes, têm posições antagônicas sobre o papel das universidades e, até mesmo, a importância da democracia.

O Professor paulista considera que a categoria “intelectual” também é recente, data do final do século XIX, além de ser polissêmica. Para ele, é possível discernir três significados distintos, mas complementares, para aqueles que estabelecem o seu fazer por meio de investigações com rigor científico e/ou seguindo uma metodologia científica.

**Primeiro, a noção de formadores de concepção** de mundo, nesse caso, os intelectuais são aqueles que elaboram uma concepção de mundo, isto é, diante da diversidade da existência humana, eles têm a capacidade de dar um sentido “intelectual” às

coisas e à vida das pessoas. Para isso, elaboram explicações que integram a heterogeneidade do mundo numa “totalidade explicativa”.

A segunda possibilidade “se estabelece pela noção de intelectual público. Variação de significado que se inicia com o caso Dreyfus, na França. Neste caso, a categoria intelectual denomina um grupo social específico: artistas, cientistas, universitários que tomam uma posição pública a respeito de uma causa determinada (a favor da libertação de Dreyfus)”. A partir dessa concepção, para ele, “o intelectual é alguém que tem uma autoridade num campo específico de sua atuação, por exemplo, pode ser um escritor ou um físico que se desloca de seu campo para se manifestar politicamente na esfera pública. Um exemplo pode ser o romancista que se manifesta contra a situação colonial de seu país; ou cientista que se manifesta contra as políticas do governo em relação à Covid-19”.

**A terceira possibilidade significativa** é configurada “pela noção de trabalho intelectual: neste caso, há uma dimensão importante: a autonomia do pensamento. O trabalho intelectual se realiza dentro de um espaço específico que não se confunde com as ‘ideologias’ (uso o termo no sentido positivo de concepção de mundo e não negativo de falsa consciência) ou com a dimensão política explícita na perspectiva anterior do que seja essa categoria”.

O Pesquisador desdobra a polissemia da categoria um pouco mais quando considera outras derivações. “Claro, os intelectuais possuem interlocutores (não existiriam sem eles) e são ‘intérpretes’ do mundo (uso o termo no sentido figurado). Mas, nem todos os interlocutores ou intérpretes são intelectuais. As categorias interlocutor ou intérprete



não se confundem com a de intelectual”. Observar a atuação dessas figuras pode permitir a percepção das distinções pelas trajetórias de seus estudos específicos, de seu pensamento rumo à constituição de projetos em prol da emancipação frente ao subdesenvolvimento e à dependência cultural de nosso país.

Os intelectuais são homens de seu tempo, convidados a dar respostas a esse instante histórico e a universidade é o lugar de sua atuação, que amplia o eco das ideias que circulam por seu interior como caixa de ressonância. Mas, não se pode dizer que os intelectuais sempre estiveram ligados, exclusivamente, a essa instituição. Para o Professor da Unicamp: “As diferentes épocas concentram o ‘trabalho intelectual’ em instituições diferentes”. Ele ressalva que “a rigor, ao pensarmos a partir de hoje, aplicamos uma categoria que não existia na época da Monarquia. Não que isso seja um anacronismo, pois há vários autores que falam dos intelectuais na Idade Média,

por exemplo. Apenas sublinho a questão. Na Monarquia, há pelo menos três instituições que são importantes: a Igreja, o Estado, o Exército. Cada uma destas instituições tem o papel de formadora dos grupos de intelectuais”.

Ao observar as caracterizações dessa figura ao longo de nossa história, o professor destaca: “Certamente, os romancistas são intelectuais importantes durante a Primeira República. Eles são os ‘intérpretes’ do Brasil. Seus romances seriam um ‘retrato’ ou

um ‘diagnóstico’ da nossa brasilidade”. Já o modernismo foi um movimento que contribuiu, em parte, para a composição de novo parâmetro sobre o que fosse intelectual. “A ideia dos modernistas era se constituir numa vanguarda que anunciaria o moderno em terras brasileiras. Ou seja, eles se inseriam dentro de um debate mais amplo: da construção nacional. A busca da brasilidade anunciaria os ‘novos tempos’”. Oswald de Andrade costumava dizer: “Somente seremos modernos quando formos nacionais”. Mas, como a nação brasileira ainda buscava seu caminho, a modernidade anunciada era sempre incompleta.

**O Professor Renato Ortiz** considera que é, contudo, com o Estado Novo que, de fato, se inaugura uma fase distinta da história nacional: “Há uma ruptura com a política dos governadores, com o fortalecimento do governo central (a disputa foi, inclusive, armada. Lembremos disso); uma racionalização do apar-

relho de Estado mais intensa; o desenvolvimento de uma política industrial, mesmo se ainda relativamente incipiente; a construção de um imaginário coletivo nacional”. Para ele, é nesse período que a discussão sobre a brasilidade toma um rumo novo: “Creio que, no Estado Novo, o que se tem é uma diversificação grande dos tipos de intelectuais. Haverá aqueles que se juntam ao governo, como Mário de Andrade, e apoiam uma visão progressista do desenvolvimento econômico e social. Há também a



DIVULGAÇÃO

emergência de polos distintos: comunista ou fascista”. Ele continua: “Nos anos 1950, surge o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) no Rio de Janeiro, que, certamente, foi uma matriz importante na formação de intelectuais e também nos diagnósticos que se faziam de nossa realidade periférica. Ao longo de nossa história, outras matrizes surgiram: Particularmente, a autoritária, que se realiza com a ditadura militar em 1964. Temos, às vezes, tendência de minimizar essa dimensão (a Escola Superior de Guerra sempre foi um centro de formação da intelectualidade militar) que se manifesta claramente, até hoje, no governo Bolsonaro”.

Para Ortiz, não é que os intelectuais tenham deixado de existir ou de se manifestar. Nesse aspecto, lembra ainda: “Sem dúvida, vivemos uma crise ampla, atualmente, no Brasil. Esta tem várias dimensões, como a econômica, a política, a social e a sanitária. Entretanto, a questão do compromisso permanece a mesma. Os intelectuais, no sentido de intelectual público, estão presentes na esfera pública como críticos da estupidez reinante: artistas, universitários, cientistas, atuam por meio de manifestos, artigos em jornais, declarações na internet etc. O que há de novo é a existência explícita de uma ideologia de extrema-direita decantada por intelectuais orgânicos do autoritarismo. O representante máximo atual legitimou a autoridade de uma governança autoritária, do tipo fascista. Isso é novo, mesmo considerando a tradição autoritária, legado da ditadura militar. Há, hoje, uma mescla do antigo militarismo (que não suporta ser contradito) e traços de um populismo que pode ser encontrado em outros lugares (por exemplo, Trump)”.

**Fica exposto o fato** de que a ação intelectual in-

teressada no Brasil está em várias intuições. E algumas destas ações bem interessadas no país nunca se sentaram nas cadeiras de ensino superior. Por esse caminho, Ortiz problematiza o que seja o intelectual popular: “Eu diria que depende do que entendemos por popular. Um primeiro sentido seria pertencer às classes populares. É o caso dos intelectuais umbandistas. Eles elaboram uma concepção religiosa do mundo – o que são os espíritos de caboclos ou pretos-velhos; qual a noção de caridade; como utilizar as ervas; o que significam os cantos nos rituais religiosos – procurando ordenar o conceito de religião e o sentido de sua prática entre os fiéis. Por isso, escrevem livros.” São intelectuais em aspecto mais amplo, que convivem bem com as universidades, quando se estabelecem condições de diálogos. “Uma segunda acepção aplica-se à ideia daqueles que ‘abraçam’ as classes populares. Nesse sentido, popular é sinônimo de engajamento político. O intelectual ‘popular’ seria uma espécie de ‘intelectual orgânico’ (uso um conceito de Gramsci) das classes populares (embora sua origem possa ser ou não de classe popular). Desta forma, ele atua na arena política. Mas, é possível pensar no advento de um novo tipo de intervenção popular, que ocorre justamente no momento de transformação do espaço público (internet, redes sociais etc.). Popular significaria ‘audiência’, ‘popularidade’. É o caso dos intelectuais-celebridades que atuam nos meios de comunicação, jornais ou tv”.

Há tantos intelectuais quantos projetos para o Brasil. Estes projetos estão em tensão, em disputa, e envolvem atuação de vários setores da sociedade. Seria necessário submeter os projetos de Brasil às relações entre nacional e internacional (ou estran-

geiro); entre moderno e arcaico; e entre as instituições sociais e as empresas privadas, considerando o que seja desenvolvimento no contexto da heterogeneidade da sociedade brasileira e de outros países, igualmente formados como dependentes, para estabelecer crivos segundo o interesse legítimo do povo.

**Nesse aspecto**, a Professora Emérita da USP chama a atenção, já há algum tempo, para existência de projetos apresentados como salvacionistas para a universidade pública, alguns propostos pelos mesmos acusadores dessa instituição e por neoliberais.

Projetos denominados, segundo Marilena Chauí, pela palavrinha mágica: “modernização”. Neste termo, está, para a Professora da USP, a disposição de criar a “universidade de serviços”, baseada na docência e pesquisa “de resultados”. Chauí brinca que o fantástico dessa modernização neoliberal é o seu arcaísmo.

As primeiras universidades da Europa surgiram por volta do século XI, portanto, na Idade Média, e deviam ter censuras e obstáculos à autonomia do pensamento a ser enfrentados. Essas instituições podiam ser privadas ou públicas. Para a Pesquisadora da USP, as universidades públicas surgem apontando novo caminho contra a heteronomia do saber apregoada pelas igrejas e a favor da autonomia do conhecimento. No caso do Brasil, as universidades são reivindicações de lutas históricas que culminaram na Independência e, depois, na Proclamação da República. Por isso mesmo, é uma

instituição republicana e há o interesse no pensamento que busque soluções para os problemas singulares, característicos de um país como o Brasil.

**As universidades brasileiras** enfrentam alguns gigantes contrainteresados na pesquisa, em seu sentido lato de construção de conhecimento por reflexão dedicada de um estudioso atento. Para a Professora, a situação agrava-se “com neoliberalismo, pois este não é, como se propala, um enxugamento racional do Estado e sim a decisão de dirigir os fundos públicos para o capital”. Nesse caso, a moder-

nização da universidade visa alterar seu compromisso social, transformando-a em um banco de pensamento, onde as inovações passam a ser do sistema financeiro e não comprometidas com as necessidades sociais. Marilena Chauí lembra que “como sabemos, o movimento do capital tem a peculiaridade de transformar toda e qualquer realidade em objeto do e para o capital, convertendo tudo em mercadoria, que tem o

dinheiro como equivalente universal”.

Além disso, o neoliberalismo procura introduzir a ideia da universidade como organização. Desde o seu surgimento, a universidade sempre foi uma instituição social. É o que, para Chauí, significa “ser uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais e que se estrutura por ordenamentos,



DANIEL MIYAZATO

## **A QUALIDADE DE UMA PESQUISA SE MEDE PELA CAPACIDADE DE ENFRENTAR OS PROBLEMAS DO SEU TEMPO**

regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos”. Ainda, para ela, “foi por isso que a universidade se tornou inseparável das ideias de formação, reflexão, criação e crítica”. Bem como do pensamento comprometido e interessado em políticas que garantam, por exemplo, a universalização do ensino básico, a diminuição das desigualdades regionais de um país de dimensões continentais ou o aumento da condição de qualidade de vida do povo. Pesquisar a serviço do povo de um país é se dispor a investigar buscando soluções para proteger os mais vulneráveis, aceitando e, em certa medida, contrariando a ideia de manutenção do status quo dos órgãos do Estado, o que, de fato, não é coisa simples. Por isso, a universidade tornou-se também uma instituição social inseparável da ideia de democracia e de democratização do saber. Isso solicita uma dedicação vigorosa ao objeto de estudo, autonomia para perscrutá-lo o mais fundo possível; e, ao mesmo tempo, disposição de levantar a cabeça e olhar para os lados, ver e reconhecer o outro. É possível ver isso na trajetória de muitos intelectuais brasileiros. Nas palavras de Marilena Chauí, “a qualidade de uma pesquisa se mede pela capacidade de enfrentar os problemas científicos, humanísticos e filosóficos postos pelas dificuldades da experiência

de seu tempo”. No caso, do nosso. E diz mais, com efeito: “Afirmar que a obra de pensamento é um trabalho intelectual significa que há matéria a ser transformada pela reflexão”.

**As universidades ainda são espaços** de enfrentamento ao encolhimento do espaço público a favor do alargamento do espaço privado. Como aponta Chauí, essa diminuição do espaço público universitário não tem explicação razoável. “Ora, a universidade é uma instituição social. Isso significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão histórica de uma sociedade determinada”.

Em um momento sombrio, como o que o Brasil vive, quando a crueldade e o ódio são disparados contra o pensamento, o interesse é claro, como traz a Professora: “É preciso considerar que interpretar o presente é interrogá-lo para desfazer sua aparência e o caráter de positividade atribuída tanto à imagem fixa do passado quanto a um cálculo apaziguador do futuro.” Para Chauí, que nunca se cansou de defender as instituições de ensino superior: “A articulação entre saber e não-saber, que inaugura a obra como trabalho da reflexão, inaugura também a possibilidade de interrogar um outro trabalho, nascido do primeiro, qual seja o da transformação do presente”. E essa é uma tarefa que não pode ser recusada.

## **OS INTELECTUAIS SÃO AQUELES QUE ELABORAM UMA CONCEPÇÃO DE MUNDO (...)**

# Manolo Florentino

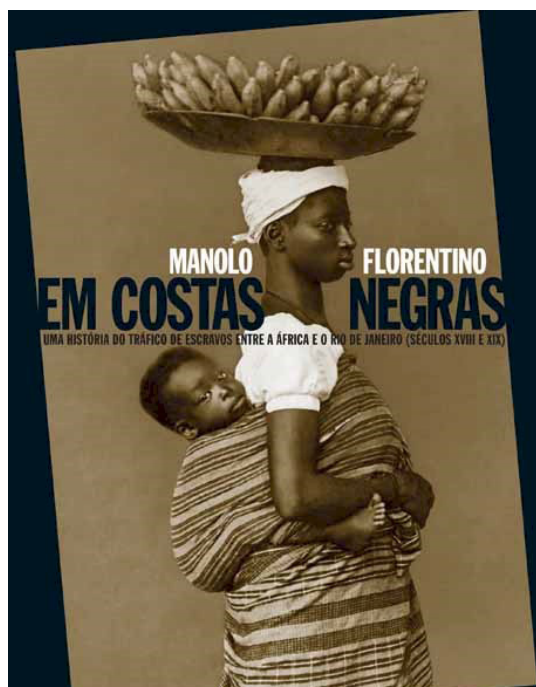
LETÍCIA MAIA



Manolo Florentino, capixaba, doutor, formado pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e “um dos mais importantes intérpretes do processo de formação do Brasil”, nas palavras do Professor César Lemos, da Universidade Federal do Rio Janeiro (UFRJ), faleceu aos 63 anos, no dia 12 de março deste ano. Com uma carreira de três décadas como Professor do Instituto de História (IH) e do Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) da UFRJ, da qual se aposentou em 2019, Manolo era reconhecido pelos seus pares como um dos maiores especialistas do

mundo em história da escravidão nas Américas e no Brasil. Aqui, prestamos nossa homenagem ao excelente Professor e Pesquisador da nossa universidade que, com inquestionável qualidade, dedicou sua vida a engrandecer a historiografia do Brasil. Estendemos esta homenagem àqueles que perdemos nos anos de 2020 e 2021 devido à pandemia do Covid-19.

Manolo Florentino é autor do incontornável e premiado livro *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Roberto Guedes, Professor da Universidade Federal



Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), o descreve como “um intelectual inquieto e um pesquisador de primeira. Seu trabalho ligou as margens atlânticas, uma vez que, até então, africanistas priorizavam a relação entre comércio de cativos e elites locais, referindo-se apenas à África, mas desconheciam o Brasil”. Tal perspectiva foi um marco transformador nos estudos sobre a engenharia sociopolítica hierárquica da sociedade brasileira colonial e do pós-1822, formada sob os grillhões do escravismo, comenta Lemos, orientado pelo professor Manolo na graduação.

O livro *Arcaísmo como Projeto*, do qual Florentino é coautor junto do Professor João Fragoso (IH/UFRJ), fundou novas perspecti-

vas interpretativas sobre a formação do nosso país. César Lemos reforça: “todo pesquisador do Brasil pós-abolição precisa, direta ou indiretamente, tratar da perspectiva do arcaísmo como projeto. Considero que um *ethos* social escravista gravita entre nós na contemporaneidade, muito em função desse arcaísmo intrínseco à ideia de Brasil que foi descortinada por essa linhagem interpretativa. Daí, a enorme contribuição do Manolo para a luta afirmativa e emancipatória”. Em 2009, Manolo Florentino foi contemplado pela Comenda da Ordem Nacional do Mérito Científico em reconhecimento por suas importantes contribuições à historiografia.

Além da publicação de diversos livros e artigos importantes, Florentino foi um dos responsáveis pela construção da plataforma *Slave Voyages*, um projeto digital pioneiro que reúne quase 35.000 arquivos sobre o tráfico de africanos escravizados, entre os anos 1514 e 1866. “É uma excelente ferramenta de pesquisa, didática e de informação sobre comércio atlântico de cativos entre os séculos XV e XIX. A participação do Manolo foi fundamental, porque parte dos estudiosos do tráfico, em geral, ainda que haja ótimas exceções, desconheciam a documentação lusófona sobre o assunto, às vezes pelo simples fato de não lerem em português. Manolo Florentino estava entre os que melhor conheciam tais fontes sobre o assunto,

por causa de sua experiência no mestrado e no doutorado. Assim, ele, além de coordenar a parte brasileira da pesquisa, indicou alunos, então graduandos ou pós-graduandos, para atuarem no projeto. Em suma, seu papel foi fundamental”, comenta o Professor Roberto Guedes. Em uníssono, nas palavras de Lemos, “foi e é a iniciativa mais reverberante nos estudos sobre a escravidão numa perspectiva atlântica nos anos 1990 do século passado. A plataforma mudou o enfoque de milhares de projetos de pesquisa desde então, alimentou novas abordagens para o ensino de história e colocou o tema da escravidão como estruturante da modernidade, abrindo o debate contemporâneo sobre as reparações históricas”.

O legado de Manolo Florentino é gigantesco para a história, para a UFRJ e para o fazer historiográfico no Brasil. Guedes expressa o impacto da carreira de Florentino para as futuras gerações de historiadores: “Eu diria que a seriedade de seu trabalho e sua excelente performance como Professor, como formador de pesquisadores e professores sempre serão um

patrimônio. Em segundo lugar, o de que um pesquisador deve sustentar suas ideias com base em estudos e pesquisas e não por conveniências oportunistas. Um de suas maiores heranças, como intelectual da sociedade brasileira e como pesquisador da escravidão no Brasil, é o de nos propiciar ferramentas para compreender a nossa enorme desigualdade social como um “projeto” compartilhado, aceito e naturalizado por

alguns setores sociais, mesmo que não gostemos que seja assim”.

Em moção de reconhecimento do PPGHIS, publicada em 2019 – ano de sua aposentadoria –, seus colegas do corpo docente externalizam: “em sua carreira como pesquisador, sem nenhum

exagero, Florentino descortinou novos horizontes. Desde propostas de novas metodologias à colaboração em produtos inovadores [...] o legado de Florentino é diverso e fecundo”. Seu excelente trabalho honra nossa instituição e presta uma contribuição social inenunciável para nosso entendimento enquanto país e enquanto cidadãos. Em sua memória, o saudamos.

## **"UM INTELLECTUAL INQUIETO E UM PESQUISADOR DE PRIMEIRA. SEU TRABALHO LIGOU AS MARGENS ATLÂNTICAS, (...)"**





# CELSO FURTADO

# O SOL SERTANEJO

ELISA MONTEIRO

**E**conomista brasileiro mais lido no mundo, servidor por excelência, inimigo da ditadura, intelectual cassado, ponto gravitacional de uma geração exilada, ministro da Cultura, imortal. Uma força determinada a mudar o Brasil. E para melhor. Este é o perfil de Celso Furtado.

Astro-rei do pensamento socioeconômico brasileiro, Celso Furtado completaria 100 anos em 2020. Sua trajetória extraordinária inclui uma infância sacrificada no Brasil mais profundo, uma formação com base na Faculdade Nacional de Direito, a experiência de guerra na Força Expedicionária Brasileira (FEB), a pesquisa na Sorbonne, o trabalho dedicado à América Latina nas Nações Unidas e depois o engajamento no projeto de Reformas de Base, no desenvolvimento do Nordeste. A cassação, pelos militares, foi um capítulo trágico, mas o porvir terminaria de coroar seu brilhantismo. O reconhecimento intelectual em Yale, Columbia e Cambridge, reabriu as portas para o retorno à vida política primeiro, como embaixador na Comunidade Econô-

mica Europeia; depois, como Ministro da Cultura e, finalmente, como esteio para o primeiro projeto de esquerda eleito no Brasil pós-redemocratização.

“Do ponto de vista analítico, Furtado tem uma produção que está no coração da proposta do governo Lula e Dilma que é a questão do desenvolvimento com distribuição de renda pelo mercado interno de consumo de massa”, explica Ricardo Bielschowsky. O professor do Instituto de Economia da UFRJ (IE-UFRJ) observa que a proposta aparece no plano de campanha de Lula, em 1994, reaparece em 2002 e, novamente, nos planos plurianuais de 2004-2007 e 2012-2015. A ideia nasce em Celso Furtado nos anos 1960 – pontua Bielschowsky – depois de um intenso debate teórico sobre os limites e potenciais do parque industrial nacional.

Como intelectual, Celso Furtado se encaixa no que Renato Ortiz define como intelectual público. Ou seja, havia nele uma explícita intenção de intervir no debate público. “Ele era claramente em prol

do desenvolvimento e do planejamento para superar o subdesenvolvimento”, aponta Wilson Vieira, outro docente do IE. Vieira exemplifica com o engajamento político para a defesa das reformas de base. “Ele vai percebendo que não basta industrializar, de que esse processo tem que vir acompanhado de políticas sociais, como a educação, a reforma agrária, a constituição de um corpo burocrático bem formado e competente”.

Rosa Freire d'Aguiar – jornalista, tradutora e viúva de Furtado – relata que o marido gostava de se identificar como “intelectual e servidor público”. “Celso nunca atuou na iniciativa privada. Uma vez recusou um convite para compor a diretoria de América Latina em um banco privado estrangeiro”, lembra. O contexto era outro ponto chave. “Ele jamais entendeu o problema da inflação como algo meramente econômico. Por trás, sempre havia questões sociais e políticas”. E exemplifica: “O problema do Nordeste nunca foi abordado como algo descolado. A questão do Nordeste era uma questão do Brasil”.



## DO PLANEJAMENTO À CULTURA

Primeiro Ministro do Planejamento e idealizador do Plano Trienal de Desenvolvimento, durante o governo João Goulart (1962), Celso Furtado cumpriu também um papel teórico e político na linha de frente pela cultura, encabeçando a pasta ministerial depois da redemocratização. “Muito do Ministério da Cultura se formou a partir dele, tanto em relação à estrutura como em relação às leis de incentivo”, observa Wilson Vieira. Em termos práticos, a política furtadiana deixou de legado “a valorização da cultura local e não apenas por meio das grandes manifestações e eventos” e a Lei Sarney, primeira legislação de incentivo à cultura– que mais tarde recebeu alterações e um novo nome em homenagem a Sérgio Carlos Rouanet.

Celso Furtado foi igualmente pioneiro na reflexão sobre a dimensão cultural do subdesenvolvimento, abordando o tema já em meados de 1970. “Ele considerava a questão cultural muito importante, até porque, percebia uma espécie de mimetismo cultural em relação aos países mais ricos. E como não havia a mesma renda per capita e o mesmo padrão de vida, no subdesenvolvimento, esse mimetismo acabava concentrando ainda mais a renda”, observa Rosa d'Aguiar.

“Ele mostra como nosso sistema cultural é travado, imita produções e tecnologias que são geradas no chamado primeiro mundo. E absorve de maneira não crítica e um pouco trava a cultura nacional”, resume Bielschowsky. O docente destaca que a abordagem cultural ganhou cada vez mais centralidade nas formulações de Furtado ao final da vida. “Ele era um homem da Cultura. Quando ele foi convidado para ser Ministro da pasta, em 1986,



não foi um prêmio de consolação”.

## AS RAÍZES NA SECA

Celso Furtado nasceu em 26 de julho de 1920 em Pombal, sertão da Paraíba. “Era mais sertanejo do que nordestino”, relata Rosa d’Aguiar, segunda esposa e companheira de Celso, de 1978 até o final de sua vida, em 20 de novembro de 2004. Ela recorda do episódio em que, ainda pequeno, o marido teve o corpo gravemente queimado durante um acidente doméstico. “Houve uma enchente que arrastou a cozinha de casa e fogão passou para a sala. O Celso jogava bola e um caldeirão caiu todo em cima dele. Ele ficou com aquela cicatriz até morrer”, recorda. E arremata: “Não à toa ele quis fazer projetos para enfrentar a seca. Não quero fazer psicologia de bo-tequim, mas há coisas que se entende pela infância”.

Para se formar próximo ao centro de decisões políticas do país Furtado migrou para o Rio de Janeiro, onde concluiu o bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1944. No mesmo ano, embarcou para servir à Força Expedicionária Brasileira (FEB), na Itália. Já de volta, em 1946, retomou o

trabalho acadêmico agora direcionado à Economia, doutorando-se pela Universidade de Paris-Sorbonne, com enfoque no Brasil Colônia.

## O PRIMEIRO BRASILEIRO NA COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL)

Celso Furtado foi o único brasileiro da primeira geração da CEPAL, órgão das Nações Unidas (ONU) criado em 1948 para incentivar a cooperação da região. “Tirando o Prebisch, eram todos mais ou menos da mesma idade, entre 28 e 30 anos. Era uma juventude muito interessada, alguns haviam estudado nos EUA”, descreve Rosa d’Aguiar.

O grupo inova a partir de um olhar da periferia sobre os processos do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, rompendo com as tradicionais formulações dos países ricos. “Em primeiro lugar, entender que subdesenvolvimento não é um estágio do desenvolvimento”, “que o Estado tem um papel nisso” e “que isto deve ser colocado dentro de projeto de construção da nação”, enumera Wilson Vieira. “Furtado e Raúl Prebisch vão dar as bases para pensar a situação latino-americana e o subdesenvolvimento a partir de uma teoria com uma perspectiva produzida pela gente, pela América Latina”, acrescenta o docente do IE-UFRJ. A mudança de enfoque muda até a linguagem econômica: “Vocabulários como deterioração dos termos de troca são uma novidade”.

“A Cepal é uma grande referência pela sua produção de conhecimento e de dados sobre a América Latina depois de setenta anos”, observa ainda Bielschowsky. “O Furtado estava na Cepal quando o Prebisch chegou. E Prebisch já tinha criado o Ban-

co Central na Argentina e conhecia muitos países da América Latina. E, então formulou, em 1949, aquilo que poderíamos chamar de teoria do desenvolvimento periférico na América Latina”.

## A CRISE ATUAL PELAS LENTES DE FURTADO

E o que diria Celso Furtado sobre a encruzilhada do Brasil hoje? “Por certo, começaria contextualizando o Brasil no mundo e pensaria o país diante desse gigantesco problema da nossa posição desfavorável nas novas relações entre centro e periferia, na atual fase de globalização financeira”, é a aposta de Ricardo Bielschowsky. Os desafios do mundo pós-pandemia, a inserção tecnológica global e a mudança climática compõem o enredo das prováveis principais preocupações do cepalino. “Provavelmente teria dúvidas sobre a velocidade com que a crise será superada”, complementa.

Para o professor do IE-UFRJ o legado de Furtado permite ainda supor uma dura crítica ao projeto socioeconômico dos governos Temer e Bolsonaro. “Ele se oporia a deixar que as forças espontâneas de mercado operassem livremente para que resolvessem os graves problemas sociais que persistem no país”, argumenta Bielschowsky. “Ele provavelmente iria acentuar o fato de que o neoliberalismo em conjunto com a crescente financeirização têm gerado um crescimento medíocre em todo mundo”.

A curva de volta aos trilhos para recuperação da crise seria o gasto público: “Diria que a forma para recuperação da crise seria o gasto público, se oporia à histeria com que se trata disso, na questão do déficit da dívida pública em meio a uma recessão tão profunda”, arrisca o docente do Instituto de Economia.



**NASCE EM POMBAL,  
SERTÃO DA PARAÍBA**

19

20

19

44



**GRADUA-SE NA FACULDADE  
NACIONAL DE DIREITO DA UFRJ**



19

49

**COMPÕE A PRIMEIRA  
GERAÇÃO DA CEPAL AO  
LADO DE RAÚL PREBISCH**

19

50



**REFORMAS DE BASE, SUDENE  
E LIVRO A FORMAÇÃO  
ECONÔMICA DO BRASIL**



19

64

**É CASSADO PELO ATO  
INSTITUCIONAL Nº 1  
(AI-1)**

19

78



**CASA-SE COM A JORNALISTA E  
TRADUTORA ROSA FREIRE D'AGUIAR  
DURANTE O EXÍLIO, NA FRANÇA**



19

80

**RETOMA A VIDA POLÍTICA  
NO BRASIL A PARTIR DA  
REDEMOCRATIZAÇÃO**

20

02



**RECEBE O TÍTULO DE PROFESSOR  
HONORIS CAUSA NA UFRJ**

Bielschowsky é cuidadoso com julgamentos, mas apostaria em um balanço de mais aprovações do que reprovações da política de esquerda implantada entre 2002 e 2016. “É difícil saber o que Furtado diria, porque ele faleceu em 2004, logo nos primeiros anos”, pondera. Mas, em seguida, enumera alguns dos mais previsíveis acordos: a valorização do salário-mínimo, redução do desemprego e da pobreza, programas como Energia para Todos e Minha casa, Minha vida, políticas de acesso à saúde e educação, uma atuação pautada pela democracia e uma diplomacia bem posicionada e atuante.

O calcanhar de Aquiles – ou mais brasileira-mente Pé de barro – estaria na política industrial. “No campo econômico, Furtado certamente teria reivindicado mais investimento para a industrialização. Com todos os esforços, não se conseguiu coordenar um grande plano de reindustrialização”, opina Bielschowsky. “Foi muito episódico e o Brasil não expandiu e diversificou seu parque industrial”.

O calcanhar de Aquiles ou, mais brasileira-mente, o Pé de barro, sem surpresas, estaria na política industrial. “No campo econômico Furtado certamente teria reivindicado mais investimento para a

industrialização. Com todos os esforços, não se conseguiu coordenar um grande plano de reindustrialização”, opina Bielschowsky. “Foi muito episódico e o Brasil não expandiu e diversificou seu parque industrial”.

## O ESTRUTURALISMO

O estruturalismo cepalino “defende a importância de se observar como se constituem as estruturas econômicas, sociais e políticas dos países da América Latina e do Caribe a fim de se compreender o fenômeno do subdesenvolvimento, indo além da explicação dentro somente do campo da economia”, explica Wilson Vieira. A formulação, essencialmente realizada entre os anos de 1950 e 1960, se mantém viva até hoje por razões nada animadoras. “Apesar dos avanços que ocorreram sim na América Latina – assim como no Brasil – nos últimos setenta anos, é uma região e um país que continuam subdesenvolvidos em vários aspectos”, diz Ricardo Bielschowsky.

O tripé de análise cepalino – resume Bielschowsky – é composto pela observação da concentração de propriedade, de uma tributação muito dependente da exportação (e não do mercado interno) e de um mau uso do Estado. A caracterização mantém-se tão atual quanto seus efeitos sociais visíveis: “uma massa de trabalhadores que não encontra postos de trabalho suficientes na modernidade”, “uma balança de pagamento desfavorável com consequências importantes para o processo inflacionário” e “uma institucionalidade, isto é, Estado, estrutura latifundiária, capacidade empresarial e de tributação pouco vocacionados para um progresso técnico e para o investimento”.





Ilustração se inspira na cerimônia em que Furtado recebeu o título de professor doutor honoris causa pela UFRJ, em 2002.

## **ESTRUTURALISMO NO BRASIL E NA UFRJ**

Formação Econômica do Brasil é o livro mais lido do cientista social brasileiro em todo o mundo, com tradução para onze idiomas. Considerada a principal contribuição de Celso Furtado a obra foi escrita durante um ano sabático na Universidade de Cambridge, Inglaterra, em 1958.

Nela, segundo Bielschowsky, Furtado percorre 450 anos da história do Brasil para mostrar “aquilo que estava na base da CEPAL”. “O que Furtado está dizendo nos anos de 1950 é que há uma industrialização em curso que precisa ser dotada de eficiên-

cia, de ritmo, de capacidade de instalar um sistema complexo e a nossa história não é muito favorável, que precisamos de muito esforço do homem para isso. Essa é a mensagem implícita que está na Formação Econômica do Brasil”, avalia.

Além da abordagem histórica inédita, Bielschowsky cita duas outras contribuições inovadoras de Furtado para o estruturalismo, como a análise econômica da continuidade do subemprego no subdesenvolvimento e a observação da integração entre crescimento econômico de um lado e distribuição de renda (ou não) do outro.

De acordo com o docente, no IE-UFRJ, o ceplino encontrou interlocutores intelectuais muito próximos com Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa e Antônio Barros de Castro. “Nós tivemos um privilégio enorme, no Instituto de Economia da UFRJ, de ter três dos quatro grandes economistas estruturalistas brasileiros como nossos professores. Isso é uma coisa única na América Latina”. Em 2002, a Universidade Federal do Rio de Janeiro agracia Celso Furtado com o título de Doutor Honoris.

## **MEU CARO AMIGO: CORRESPONDÊNCIAS DESVENDAM REDE INTELLECTUAL**

O nome de Celso Furtado estampa a primeira lista de cassados pela ditadura civil militar (1964-1985). Fora do país, ele teve um encontro forçado com a docência. “Celso nunca tinha dado aula na vida. E de repente se viu professor na Sorbonne. Por sorte, gostou”, resgata Rosa d’ Aguiar. No exílio, Furtado se torna um ponto gravitacional para outros intelectuais posteriormente expulsos do Brasil.

Parte das trocas intelectuais de Celso Furtado realizada por meio de cartas está reunida em Cor-

respondência Intelectual 1949-2004, publicado pela editora Companhia das Letras. A obra foi lançada em comemoração pelo centenário de seu nascimento. A curadoria do acervo e organização da obra é de Rosa d'Aguiar, a quem Furtado destinou a guarda de livros, documentos e “papelada”, como brinca a viúva. O trabalho foi entregue à editora, curiosamente, em 16 de março, início do confinamento. E retomado somente em 2021, em função da pandemia.

O trabalho é monumental. Por alto, a jornalista contabiliza um fluxo de 450 cartas recebidas e entre setenta e cem respondidas pelo economista por ano durante o exílio. Em 21 anos, de 1964 até 1985, foram mais de dez mil cartas – apenas durante a estadia na França. O período, por razões óbvias, corresponde ao momento de vida em que Furtado mais trocou correspondências. A primeira seleção de Rosa chegou a duas mil cartas, depois de enxugadas a trezentas. Diferentemente da grande maioria de livros baseados em textos epistolares, a obra não se restringe ao diálogo entre duas pessoas.

A quantidade e a qualidade das interlocuções tornam a obra única. Intelectuais ligados ao pensamento econômico social nacional e internacional, mas também políticos, juristas e artistas. “Com a distância esses documentos ganham mais importância histórica”, destaca Rosa. Um dos exemplos citados está nas cartas trocadas com Lorde Bertand Russel. “Ele se dirige a Celso dando um belíssimo panorama do que viria a ser os tribunais Russel, anunciando a primeira denúncia sobre a Guerra do Vietnã, a corrida armamentista dos EUA fora da Guerra Fria e depois todas as questões de direitos humanos na América Latina a partir dos golpes”.

Outro registro curioso é revelado em uma troca epistolar com Fidel Castro. “O presidente da Tanzânia, Julius Nyerere, articulou uma reunião, em Cuba, para pensar o Sul e Celso foi o único brasileiro chamado”, narra Rosa. “Ele foi convidado por Fidel para chegar uns dias antes e para participar do aniversário da Revolução, dia 26 de julho, que coincidentemente é o aniversário de Celso”.

A publicação joga luz sobre um período importante da história brasileira e também sobre a gênese de ideias que influenciaram as décadas subsequentes. A edição de Rosa d'Aguiar deixa transparecer como a troca de correspondência coletiva produziu uma espécie de clube de estudo de exilados. “Eles se encontraram em um grande seminário em Londres sobre América Latina, nos anos de 1960, e perceberam que estavam pensando mais ou menos sobre as mesmas coisas cada um no seu canto”, ela conta.

## PARCEIROS

Faziam parte do circuito nomes como Aníbal Pinto, Hélio Jaguaribe, Fernando Henrique Cardoso, Luciano Martins, Fals Borda, Osvaldo Sunkel. “Jaguaribe escrevia comentando o que estava pesquisando nos EUA, Celso comentava ao grupo, Osvaldo Sunkel rebatia etc.”, descreve. “Hoje em dia seria um grupo de WhatsApp”, brinca. Uma vez por mês alguém descrevia o que estava formulando e comentava o que os outros estavam estudando. Segundo Rosa, “uns foram mais, outros menos assíduos nesse intercâmbio. Mas ali há um bom panorama de economistas da CEPAL”, aponta. “Tudo isso é uma espécie de caldeirão que mais tarde vai desaguar na teoria da dependência”, conclui.



MARIA  
YEDDA  
LINHARES



# A PRIMEIRA CATEDRÁTICA DA FNFI

---

ELISA MONTEIRO  
GABRIELLE DIAS

Era 1957. A historiadora cearense Maria Yedda Linhares, então com 36 anos, alcançava um feito contraditório ao passar no concurso para professora titular da cadeira de História Moderna e Contemporânea da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi), da Universidade do Brasil (UB): o de se tornar a primeira catedrática da casa. “Quando terminou, ela teve uma dor de cabeça brutal, chorou muito e foi para casa dizendo que não queria aquilo. Fez porque sabia que, para lutar contra o sistema de cátedras tinha que estar dentro dele”, recorda Francisco Carlos Teixeira, professor titular de História da UFRJ, ex-orientando e amigo da docente.

A universidade, para a primeira mulher catedrática da FNFi, era – como a própria – viva e pulsante. O exato oposto da antiquada hierarquia acadêmica. Sob seu comando, a disciplina de História Contemporânea não era só uma cadeira de aulas, mas também um espaço de debate. “Ela convidava muitas pessoas, intelectuais, políticos, para participar de palestras e discussões sobre temas da atualidade”, conta a professora Marieta de Moraes Ferreira, também titular de História da UFRJ.

Em um tempo em que a História era compreendida como “algo bem do passado”, Maria Yedda tirava a poeira sobre o conhecimento e inovava. “Ela poderia ter ficado na Revolução Francesa, Revolução Industrial ou qualquer outro dos chamados grandes temas, mas, em vez disso, trouxe temas da atualidade, como a Descolonização, História da África, Revolução Chinesa, Revolução Russa, a Guerra da Argélia, a Revolução Cubana. Eram questões que estavam ali superquentes. Isso também fez com que ela ficasse muito visada [politicamente]”, destaca Marieta.

## DOCENTE SIM, PESQUISADORA TAMBÉM

A obrigatoriedade do trabalho final de curso também compõe seu legado. “A Maria Yedda introduziu a monografia de conclusão no curso de História. Isso não existia antes. Ela achava que formar um bom professor de história significava também dar uma base mínima na área de pesquisa”, relata José Ribamar Bessa, um de seus ex-orientandos. Hoje coordenador do Programa de Estudos dos Povos Indígenas da Faculdade de Educação da UERJ e docente em Memória Social da Unirio, Bessa fala sobre a coerência teórica e prática da mentora, recordando a liderança de Yedda na pesquisa para a Fundação Getúlio Vargas que mais tarde se desdobrou no livro *História da Agricultura Brasileira*.

O trabalho foi a primeira oportunidade para retomar a atuação na pesquisa, depois da volta ao Brasil, pós-cassação. À época, Yedda constituiu equipes com coordenadores em todos os estados do Nordeste e do Norte. Bessa ficou responsável pelo Amazonas em uma época em que sequer havia graduação de História no estado. “O arquivo público do Amazonas era um horror, tinha coisa apodrecendo no porão. Era tudo jogado. Maria Yedda estava insistindo para que encontrássemos livros de registro de terras”, relembra o historiador.

“A concepção de história dela estava calcada na procura pela documentação. Mas isso não bastava, o historiador tinha que ter uma formação teórica para saber o que perguntar aos documentos”, diz Bessa. Marieta de Moraes concorda com a leitura do colega, “O curso dela era muito baseado na interpretação de fontes. Ensinar os alunos como se lia

as fontes e como se produzia o conhecimento histórico. Era uma coisa bastante inovadora dentro do contexto em que ela vivia”, justifica.

## REDE INTELECTUAL

A ousadia na abordagem contribuía para a formação de uma rica rede intelectual a seu redor. Maria Yedda Linhares está por trás da formação de importantes nomes da bibliografia de História no Brasil. Estampa a lista de ex-orientandos o próprio Francisco Carlos, Hebe Mattos, Sheila de Castro Faria e Sidney Chalhoub. Entre antigos assistentes, Francisco Falcon, Hugo Vaz, Ciro Flamarion Cardoso e Bárbara Levy. “Ela tinha muito essa capacidade de aglutinar e de selecionar alunos muito competentes também, que gostavam de trabalhar com ela. E ela trabalhava muito em equipe”, avalia Marieta de Moraes.

A casa da catedrática – como a sala de aula – era um lugar de encontros potentes. “Toda vez que chegava alguém de outro estado ou país, ela reunia pessoas para conversar, falar sobre política, se informar”, descreve Francisco Carlos Teixeira. O ex-orientado lembra que o apartamento na Rua Cinco de Julho, em Copacabana, teve a varanda incorporada à sala para driblar o tamanho modesto e melhor acomodar convidados. “Ela conhecia todo mundo, de Roberto Carlos até escritores mais variados possíveis. Atores e jornalistas, conhecia todos. Havia uma rede em torno dela. E ela gostava de misturar as pessoas, isso trazia uma alegria imensa”.

E o poder de atração que Yedda exercia extrapolava o circuito acadêmico. Ele incluía ainda artistas e políticos, geralmente, progressistas. Marieta de

Moraes caracteriza Yedda como “uma pessoa muito reconhecida e valorizada pelos alunos e pelas lideranças de esquerda”, principalmente no final do Governo Jango, período em que atuou como a primeira diretora de cultura da UNE. Ela acrescenta que Maria Yedda nunca foi ligada a partido. “O único a que se filiou foi ao PDT, quando foi secretária de educação no Governo Brizola. Agora, era engajada politicamente, pelas reformas de base, pela reforma universitária. Ela era uma pessoa de esquerda inegavelmente. Nunca negou isso”.

## MULHER E POLÍTICA

Segundo Francisco Carlos Teixeira, é na entidade estudantil que Yedda vai ter contato com lideranças como Apolônio de Carvalho e Carlos Marighella. E com Darcy Ribeiro – amigo próximo por toda a vida – e Leonel Brizola. “Não existe essa história de que encontrou o Brizola no PDT. Eles tinham uma relação antiga que vinha do tempo do Governo João Goulart, quando Darcy Ribeiro tinha sido chefe da Casa Civil”, corrige o historiador.

Já a participação de Maria Yedda à frente da secretaria estadual de educação teria como nexos a admiração compartilhada por Anísio Teixeira. “Era a ideia de que a transformação social do país passava pela Educação”, diz Francisco Carlos. A Universidade do Distrito Federal (UDF), um projeto de Anísio Teixeira, foi o primeiro ingresso dela no ensino superior. A instituição foi fechada em pouco tempo pelo ministro à época, Gustavo Capanema, por contrariar as normas da política educacional do Governo Vargas. E, mais tarde, dará origem ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ.



Apartamento em Copacabana abrigou debates acalorados sobre política, cultura e educação.



Aulas conectadas à atualidade tornaram Yedda popular entre os alunos e visada pela repressão

A “Yedda madura” como a classifica Francisco Carlos Teixeira, no período dos anos de 1980, em que conduziu as secretarias de Educação do Rio de Janeiro, “quase na casa dos seus 70 anos de idade” – é interpretada sob as lentes desse passado comum, entre Yedda e Darcy, de amor a Anísio Teixeira. “Anísio Teixeira é o pai de toda a Educação, no Brasil. Sem Anísio Teixeira não haveria educação transformadora no Brasil”, argumenta Francisco Carlos Teixeira.

“Acho que ela imaginava que, com aquele acolhimento, a comida, a chance de ficar ali o dia inteiro, as crianças não estariam mais na rua, expostas à violência. E que esse exemplo seria seguido por outros estados, seria adotado no Brasil inteiro. Havia uma ideia de que a coisa ia pegar”, opina o professor da UFRJ.

Contemporânea à secretária de Educação, Lia Faria atribui à Maria Yedda o atual reconhecimento da educação integral. “Hoje, a educação integral é pauta em qualquer propaganda eleitoral. É claro que a maioria mente, mas passou a ser agenda fundamental”, observa a docente.

Sobre os Centros Integrados de Educação Pública conhecidos como CIEPs, Lia Faria destaca uma concepção de vanguarda e pouco compreendida. “O CIEP abria sábado e domingo para festa, casamento, batizado, festinha de quinze anos, abriu até para velório. O prédio era da comunidade. Não era equipamento social para ficar trancado com cadeado, e sim para ser usado pela população que trabalha, paga impostos e tem direito a esse serviço público”.

## UMA TRAJETÓRIA MARCADA PELA AUTONOMIA E RESISTÊNCIA

Yedda fez História em letra maiúscula. A formação básica e em línguas (francês, espanhol e inglês) desde muito cedo foi praticamente autodidata. Não fez ensino básico. No Nordeste, estudou em casa. Adolescente, migrou para o Rio de Janeiro com o objetivo de realizar os estudos secundários no Colégio São Paulo de Ipanema. Não se adaptou à disciplina moralista das freiras. Ingressou no curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, em 1939. No segundo ano, com apenas 18 anos, disputou e conquistou uma bolsa de estudos na Universidade Columbia, em Nova Iorque, onde permaneceu até 1942. “Essa talvez tenha sido a experiência definitiva de Yedda. O inglês e o espanhol foram fundamentais para ela. Jamais falou português”, avalia Francisco Carlos.

De fato, décadas depois, a língua estrangeira foi a alternativa para a sobrevivência, quando Maria Yedda Linhares teve os direitos cassados pela ditadura (1964-1985). “Quando tiraram todos os empregos dela, ela sobreviveu como tradutora. Inclusive, com outras pessoas assinando, porque nem assinar traduções ela podia”, recorda Lia Faria, coordenadora do Laboratório Educação e República (LER) da UERJ, com quem compartilhou a experiência de gestão pública à frente da Secretaria Estadual de Educação, na década de 1980.

A ditadura foi o inimigo número um da historiadora. Com uma personalidade forte e livre, Yedda provocou reações fortes da repressão e de seus colaboradores. Entre as coisas que não tolerava, o regime militar estava no topo da lista. “Depois do golpe,

ela foi enxotada da Faculdade Nacional de Filosofia, respondeu a vários processos como comunista. Quando houve o golpe, a Rádio MEC, onde atuava como diretora, fez parte da resistência na imprensa, aquela cadeia pela liberdade”, relata Ribamar Bessa.

Na Rádio MEC e na FNFi, Yedda sofreu, por décadas, a perseguição do professor da UFRJ Ermildo Vianna, conhecido colaborador da ditadura e delator. Vianna a substituiu no cargo da estação de rádio e moveu forte campanha de difamação contra Yedda. “Quando ela assumiu uma postura política na UFRJ, os ataques foram muito grandes”, recorda Francisco Carlos Teixeira. “Primeiro vieram as cartas anônimas, houve uma época em que ela não abria mais correspondência, porque eram horrendas. E depois telefonemas, muitos obscenos”.

Maria Yedda Linhares sofreu três prisões arbitrárias, sem conhecimento das acusações, em 1968. Para Marieta de Moraes, o Brasil deixou com ela uma dívida de sofrimentos. “Ela sofreu muito com esses inquéritos internos policiais e acusações. E, nesse ponto, ser mulher significava uma forma de

**"QUANDO ELA ASSUMIU UMA POSTURA POLÍTICA NA UFRJ, OS ATAQUES FORAM MUITO GRANDES"**



**IFCS/HI**  
**Último refúgio da docente na UFRJ**

desmoralização muito pior do que dos homens”, enfatiza a historiadora em relação ao tratamento dos militares às militantes. “Você tem as acusações de ordem ideológica e tem as de ordem moral”.

Além de “comunista”, as fichas nos órgãos de repressão “acusam” a docente de promiscuidade e de lesbianismo. “Durante um longo tempo, Yedda não queria permitir que se abrissem as fichas porque ela sabia das difamações”, retrata Francisco Carlos. Segundo ele, “embora fosse essa mulher muito forte, determinada, feminista avant la lettre [antes da criação da palavra] dos movimentos hoje existentes no Brasil, ela, do ponto de vista pessoal, era uma pessoa conservadora”.

Apesar das perseguições que sofreu, a força de Yedda foi uma de suas características mais marcantes até o fim de sua vida. “Ela tinha uma coisa de resistência. A dona Yedda sabia conviver com a adversidade. Foi presa, cassada, levantou-se e lutou até o último suspiro. É uma mulher de luta”, conta José Ribamar Bessa. “Ela estimulava o audacioso a ter prudência na generalização, e o prudente a arriscar um pouco”, completa o professor.

“Maria Yedda era aquela mulher baixinha, cearense, brava, guerreira, que nunca se dobrou, nunca se curvou. Tem um episódio incrível de quando ela foi cassada, mas não foi exilada – não deu tempo porque os franceses mandaram um convite para ela ir trabalhar lá. Ela teve que procurar o general Golbery para assinar [a permissão]. Daí Golbery ficou enrolando, enrolando, ela se levantou e fez a seguinte pergunta: “afinal, general, quem manda nessa nação?”. Ele imediatamente assinou a saída dela. Isso era a Maria Yedda, uma mulher nordestina, mulher com M maiúsculo”, resume Lia Faria.

# 100 anos de uma pequena notável: homenagem à Maria Yedda Linhares

RENATA BASTOS DA SILVA\*



A professora Maria Yedda Linhares completaria 100 anos no próximo dia 3 de novembro de 2021. Foi neste mesmo mês, em 2011, que ela nos deixou logo após completar 90 anos<sup>1</sup>. Nascida em Fortaleza, Ceará (CE), estudou lá o primário e veio com a família para o Rio de Janeiro durante

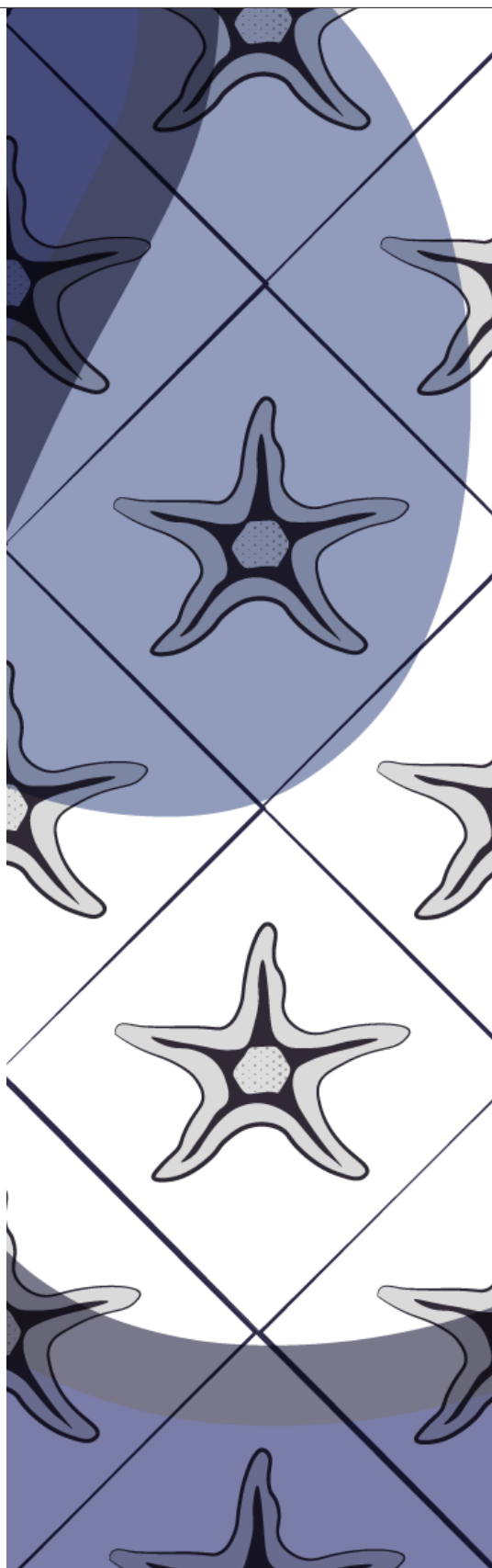
a crise de 1929-1930. Segundo suas próprias palavras: “Eu me desenvolvi intelectualmente acompanhando o Brasil, eu acho que eu acompanhei o avanço que o Brasil fazia na tecnologia, nas ciências, na educação, na cultura a partir dos anos 1930 e eu também fui adquirindo minha experiência, minha

\* Professora de Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pós-doutora em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH) pelo programa de pós-graduação PPFH da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). É autora do livro: Lord Keynes pelo Amauta Mariátegui: A crítica da economia de Keynes na política de Mariátegui. Jundiaí (SP): PACO Editorial, 2019. E-mail: renatabastos@ippur.ufrj.br

vivência, meu conhecimento da vida nesse momento.”<sup>2</sup>

Aconteceram simultaneamente à assunção de Maria Yedda à secretaria municipal e de Darcy Ribeiro enquanto vice-governador e secretário de cultura, além de acumular o papel de gerente da comissão que iria cuidar da elaboração dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs). Ela nos descreveu: “Eu fui secretária de educação aqui da cidade do Rio de Janeiro, e só. Mas, ser secretária de Estado era diferente. Mas, primeiro eu fui só da cidade do Rio de Janeiro. Aqui sim aí a gente pode fazer um trabalho muito bom. Contudo, não havia os CIEPs.”

Ela nos revelou que o sistema que vivenciou no interior do Estado do Rio de Janeiro era difícil de estabelecer um diálogo, ou seja, ela menciona que “no sistema municipal, havia um controle de poder, muito nítido. Havia uma associação de influência de prestígio, entre prefeito, não sei quem mais, vereador e a direção da escola, o médico, o inspetor não sei de onde, um funcionário público federal que já era não sei o quê. Muito bem montado, muito bem articulado. E a escola era importante para prestar serviços à coletividade. A escola prestava serviços à coletividade. Como era





pequena a escola. A luta pela vaga se tornava do ponto de vista político. Político, não estou falando do dinheiro, não estou falando de suborno, nada disso. Prestígio de poder comandar tantos por cento de vagas na escola pública. É um prestígio local. Não é uma crítica que estou fazendo de que há honestidade ou desonestidade do sistema. Não é isso, mas é social e cultural.” Esta sua colocação nos remete à Oliveira Vianna em seu livro *Populações meridionais do Brasil*<sup>3</sup>.

Com todas as dificuldades de gestão pública da educação ela ainda nos revelou a mensagem que deixa para as gerações que vão encarar esse problema o qual ainda persiste conosco, tanto na herança escravista quanto no problema do sistema educacional que, a seguir, como está, é imutável.

Por fim, desta conversa com a pequena notável brasileira, ela se mostrou disposta a continuar pesquisando e nos disse que seguia no ofício da educação dando aula, naquele ano de 2007, na UNIVERSO em Niterói. Assim, podemos apresentar um pouco do que foram esses 90 anos de vida e de persistência pela educação brasileira. Portanto, nesta passagem dos 100 anos de

Maria Yedda Linhares, a homenagem que podemos lhe render é seguir em frente e continuar tentando construir uma gestão educacional democrática e republicana. Maria Yedda Linhares! Presente! (1921-2011). 2021.

## NOTAS

1 Em 2007, em sua casa em Copacabana, Maria Yedda Linhares concedeu uma entrevista ao Grupo de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, intitulado “Ideário Republicano e Escola Fluminense”, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Lia Faria. Posteriormente também concedeu entrevista ao Prof.<sup>o</sup> Ricardo José de Azevedo Marinho, doutor pelo Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade CPDA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. UFRRJ, diretor do Instituto Devecchi e professor da Unyleya Educacional.

2 As citações que fazemos das falas da prof.<sup>a</sup> Maria Yedda Linhares, ao longo do texto, são o resultado de nossa entrevista, que foi gravada e transcrita; a qual nos referimos na nota anterior.

3 VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. Série: Edições do Senado Federal; v. 27.



Artista plástica trabalha em seu atelier no bairro do Flamengo, Zona Sul do Rio de Janeiro, 1982

## #VERSUSimagem

PEDRO SÁNCHEZ\*

Em 2020, como parte do *Programa de Doação de Obras de Fayga para o Brasil*, promovido pelo Instituto Fayga Ostrower, a prensa de gravura da artista foi doada à Escola de Belas Artes da UFRJ. Nas palavras de Noni Ostrower, presidenta do instituto,

Sempre ouvi minha mãe falar que a arte é um patrimônio da humanidade. E ela nos deixou um legado precioso. Foi isso que inspirou a criação do *Programa de doação de obras de Fayga para o Bra-*

*sil*. Privilegiamos museus e universidades públicas, como forma de garantir o acesso democrático ao acervo doado [...]. Até o momento foram contemplados 16 estados do país. O balanço até o momento é de 1683 obras doadas (gravuras, desenhos e aquarelas), 210 matrizes e 1593 publicações.<sup>1</sup>

O programa teve como agenda uma manobra tática: celebrar o centenário de Fayga Ostrower, comemorado naquele ano, justamente em meio a

um cenário político no qual, “arte, cultura, ciência, educação e outras áreas do conhecimento são vistas como inimigos, justo por aqueles que deveriam ser os primeiros a preservar o patrimônio cultural do país”<sup>2</sup> Como contragolpe, Noni vem agora espalhando o legado de Fayga, “como quem lança sementes ao vento, para que frutifiquem em solo fértil e a cultura sobreviva à barbárie”<sup>3</sup>.

A edição n 8 da Revista Versus, faz sua homenagem à artista, trazendo uma seleção de imagens do acervo do Instituto Fayga Ostrower. A fotografia de Fayga debruçada sobre sua prensa, analisando uma prova recém tirada, nos lembra que para a artista, a criação de uma gravura não se limita apenas à gravação da matriz, às incisões, mas amplia-se ao momento da impressão<sup>4</sup>, no qual cores, nuances e valores gráficos são experimentados, avaliados e expressos.

Na gravura, particularmente, os impasses e hesitações, os acasos, as surpresas e conquistas próprios do caminho aventuroso do processo de criação são documentados nas chamadas “provas de estado” – as impressões testes que são tiradas ao longo da trajetória de formação da imagem para confrontar as especulações intelectuais gravadas na matriz à conscientização sensível expressa pela cópia. Nessas idas e vindas, realiza-se uma performance secreta,

flagrada ocasionalmente pela objetiva fotográfica, como nas imagens da artista que vemos aqui.

Além desses registros, vemos, naturalmente espelhadas, gravuras impressas e suas matrizes em metal e em madeira: o objeto cultural pronto a ser apresentado ao público e seu suporte, a arena particular na qual foi travada a batalha da qual aquele é resultado. Trata-se de uma oportunidade de percebermos que aquilo que chamamos “obra de arte” é a consequência de um processo de experimentações e vivências, um objeto capaz portanto de fazer ecoar no tempo nossa breve existência humana. Ouçamos então:

Não tenho muitas ilusões sobre o que podemos fazer individualmente. Cada um de nós só dispõe de um certo espaço vivencial dentro do qual é possível movimentar-se e trabalhar. Ainda que restrito, porém, o espaço existe e é preciso agir nele. É o que devemos às gerações futuras, aos nossos filhos e aos filhos de nossos filhos, na visão esperançosa de que para eles a criação possa tornar-se uma nova dimensão da vida<sup>5</sup>.

Instalada no ateliê de Gravura da Escola, a prensa de Fayga será preservada não somente como um objeto de memória, patrimônio material, mas atualizada como uma ferramenta ativa de criação, levada adiante por estudantes da Universidade.

\* Professor Associado da Escola de Belas Artes – UFRJ, Coordenador do curso de Artes Visuais – Gravura, Editor da publicação independente @cabulozawildlife

1 OSTROWER, Noni. Carta de apresentação do *Programa de doação de obras de Fayga para o Brasil*

2 Idem. Vale informar que a história da doação da prensa para o ateliê de Gravura da Escola é marcada pelas perdas culturais sofridas desde já nesses tempos sombrios, uma vez que o equipamento até então estava instalado e sendo utilizado na Oficina de Gravura do Liceu de Artes e Ofícios, fundada em 1914 por Carlos Oswald e desmontada em 2020 por falta de investimento público.

3 Idem

4 STROWER, Fayga. Debate sobre Gravura. Série de entrevistas publicada no Suplemento Dominical do Jornal do Brasil, 1958/1959.

5 A criatividade na educação, em *A arte como processo na educação*, Funarte, 1981, apud OSTROWER, Noni. Carta de apresentação do *Programa de doação de obras de Fayga para o Brasil*.

**5904,** Gravura água-tinta e buril sobre papel, 1959, 29,8 x 49,3 cm





**5904, matriz**

Matriz de gravura em metal  
Catalogação no IFO: nº 2527-1

**5908,** Gravura água-forte e água-tinta sobre papel, 1959, 24,5 x 39,5 cm





**5908, matriz**

Matriz de gravura em metal  
Catalogação no IFO: nº 2521-2

**7102**, xilogravura sobre  
papel, 1971, 40,3 x 81,9 cm







**7102, matriz**  
Matriz de xilogravura  
Catalogação no IFO: nº 2702-2

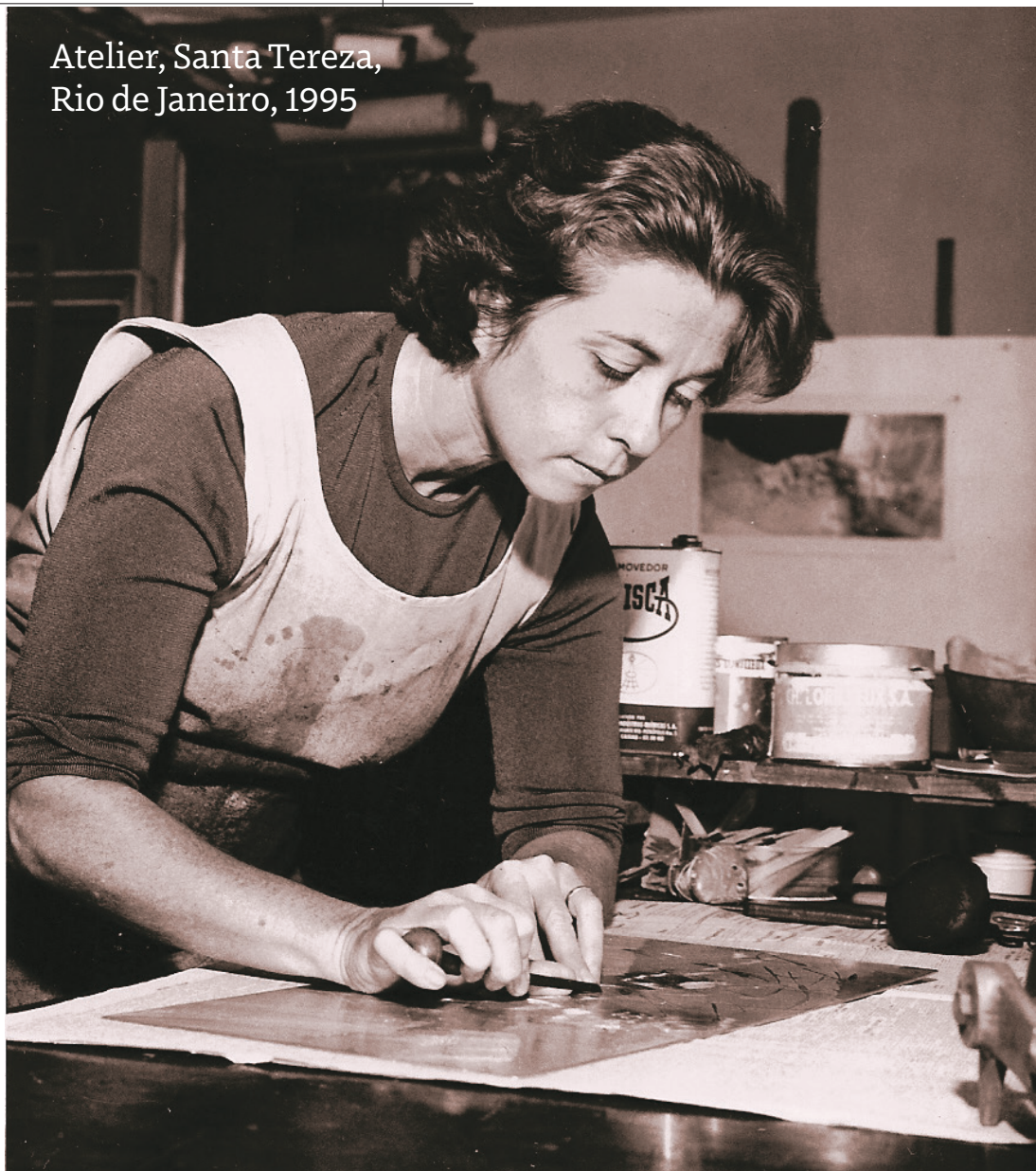


Prensa Fayga na FESO,  
Teresópolis

**"INSTALADA NO ATELIÊ DE GRAVURA DA ESCOLA, A PRENSA DE FAYGA SERÁ PRESERVADA NÃO SOMENTE COMO UM OBJETO DE MEMÓRIA, PATRIMÔNIO MATERIAL, MAS ATUALIZADA COMO UMA FERRAMENTA ATIVA DE CRIAÇÃO, LEVADA ADIANTE POR ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE."**

**Pedro Sánchez**

Atelier, Santa Tereza,  
Rio de Janeiro, 1995



|| Acho o modo de vida hoje muito angustiante para o artista ou para o intelectual, de um modo em geral. O caráter profundamente anti-humanista de nossa sociedade, a sociedade de consumo, impede que o indivíduo realize suas potencialidades humanistas. Os artistas têm de buscar dentro de si aquilo com que querem contribuir, quase sem nenhum apoio fora deles. Este apoio

só existe dentro de seu próprio grupo – intelectuais, artistas – aqueles que têm necessidades paralelas. Não podem apoiar-se nos valores sociais que estão aí, que são corrosivos. Nessa disparidade entre o homem e a sociedade encontro a angústia, tema central da arte contemporâneo".

**Fayga Ostrower, do catálogo da exposição no Museu da Gravura, Bagé, 1983.**

## **Contra o ódio ao pensamento**

**Marilena Chauí**

CONVIDADA ESPECIAL

**Pág. 45**

## **O Admirável Professor Agrícola Bethlem**

Heloísa Barbosa Leite

**Pág. 58**

## **Moacir Sencovski: uma trajetória de amor, sucesso e reconhecimento**

Eliane Ribeiro Pereira

Antônio José B. de Oliveira

**Pág. 62**

## **San Tiago Dantas e a Faculdade Nacional de Direito: lembrança e atualidade**

Fábio Corrêa Souza de Oliveira **Pág. 71**

## **Antonio Barros de Castro – um economista à moda antiga**

Lavinia Barros de Castro

Ana Célia Castro

**Pág. 80**

## **Carlos Vainer: compromisso acadêmico e ética insurgente**

Luis Régis Coli

Soraya Silveira Simões

**Pág. 89**

## **Luiz Alberto Moniz Bandeira: um intelectual do Brasil Gigante e Altivo**

Leonardo Valente

**Pág. 98**

## **Muniz Sodré: Radicalmente Baiano**

Colaboradores Discentes

**Pág. 103**

## **O intelectual e seus livros: um olhar por meio da Coleção Ricardo Tauile**

Bruna Amarante Oliveira

(et al)

**Pág. 111**

# Contra o ódio ao pensamento

Marilena Chauí

## I.

Estamos acostumados a aceitar a definição liberal da democracia como *regime da lei e da ordem para a garantia das liberdades individuais*. Visto que o pensamento e a prática liberais identificam liberdade e competição, essa definição da democracia significa, em primeiro lugar, que a liberdade se reduz à competição econômica da chamada “livre iniciativa” e à competição política entre partidos que disputam eleições; em segundo, que há uma redução da lei à potência judiciária para limitar o poder político, defendendo a sociedade contra a ditadura, pois a lei garante os governos escolhidos pela vontade da maioria; em terceiro, que há uma identificação entre a ordem e a potência dos poderes executivo e judiciário para conter os conflitos sociais, impedindo sua explicitação e desenvolvimento por meio da repressão; e, em quarto lugar,

que, embora a democracia apareça justificada como “valor” ou como “bem”, é encarada, de fato, pelo critério da *eficácia*, medida, no plano legislativo, pela ação dos representantes, entendidos como políticos profissionais, e, no plano do poder executivo, pela atividade de uma elite de técnicos competentes aos quais cabe a direção do Estado. A democracia é, assim, reduzida a um *regime político eficaz*, baseado nas idéias de partidos políticos, que se apresentam no processo eleitoral de escolha dos representantes, de rotatividade dos governantes e de soluções técnicas para os problemas econômicos e sociais.

Ora, há na prática democrática e nas idéias democráticas uma profundidade e uma verdade muito maiores e superiores ao que liberalismo percebe e deixa perceber. Que significam, por exemplo, as idéias de situação e oposição, maioria e minoria, cujas vontades devem ser respeitadas e garantidas pela lei? Elas vão muito além des-

sa aparência. Significam que a sociedade não é uma comunidade una e indivisa voltada para o bem comum obtido por consenso, mas, ao contrário, que está internamente dividida em classes sociais e que as divisões são legítimas e devem expressar-se publicamente. Da mesma maneira, as idéias de igualdade e liberdade como direitos civis dos cidadãos vão muito além de sua regulamentação jurídica formal. Significam que só há *cidadãos* se os indivíduos forem *sujeitos de direitos* e que, onde tais direitos não existam nem estejam garantidos, tem-se o direito de lutar por eles e exigi-los.

O que é um direito? Um *direito* difere de uma *necessidade* ou *carência* e de um *privilégio*. De fato, uma necessidade ou carência é algo particular e específico. Alguém pode ter necessidade de água, outro, de comida. Um grupo social pode ter carência de transportes, outro, de hospitais. Há tantas necessidades quanto indivíduos, tantas carências quanto grupos sociais. Um privilégio, por definição, também é algo particular e específico, dependendo do grupo ou da classe social. Necessidades ou carências, assim como privilégios tendem a ser conflitantes porque exprimem as especificidades de diferentes grupos e classes sociais. Um direito, porém, ao contrário de necessidades, carências e privilégios, não é particular e específico, mas geral e universal, válido para todos os indivíduos, grupos e classes sociais.

Dizemos, então, que uma *sociedade* — e não um simples regime de governo — é democrática quando, além de eleições, partidos políticos, divisão dos três poderes da república, respeito à vontade da maioria e das minorias, institui algo mais profundo, que é condição do próprio regime político, ou seja, quando institui *direitos* e que essa instituição é uma criação social, de tal maneira que a atividade democrática social realiza-se como uma contra-poder social que determina, dirige, controla e modifica a ação estatal e o poder dos governantes.

Os principais traços da democracia podem ser assim resumidos:

1. forma sócio-política que busca enfrentar as dificuldades impostas pelas desigualdades econômicas, sociais, étnicas, religiosas e de gênero introduzindo a idéia dos *direitos* (econômicos, sociais, políticos e culturais). Graças aos direitos, os desiguais conquistam a igualdade, entrando no espaço político para reivindicar a participação nos direitos existentes e sobretudo para *criar novos direitos*;
2. pela criação dos direitos, a democracia surge como o único regime político realmente aberto às mudanças temporais, uma vez que faz surgir o novo como parte de sua existência e, conseqüentemente, a temporalidade como constitutiva de seu modo de ser;
3. única forma sócio-política na qual o caráter popular do poder e das lutas

tende a evidenciar-se nas sociedades de classes, na medida em que os direitos só ampliam seu alcance ou só surgem como novos pela ação das classes populares contra a cristalização jurídico-política que favorece a classe dominante. Em outras palavras, a marca da democracia moderna, permitindo sua passagem de democracia liberal á democracia social, encontra-se no fato de que somente as classes populares e os excluídos (as "minorias") sentem a exigência de reivindicar direitos e criar novos direitos;

4. forma política na qual a distinção entre o poder e o governante é garantida não só pela presença de leis e pela divisão de várias esferas de autoridade, mas também pela existência das eleições, pois estas (contrariamente do que afirma a ciência política) não significam mera "alternância no poder", mas assinalam que o poder está sempre vazio, que seu detentor é a sociedade e que o governante apenas o ocupa por haver recebido um mandato temporário para isto. Em outras palavras, os sujeitos políticos não são simples votantes, mas os verdadeiros soberanos para escolher ocupantes temporários do governo.

### II.

Ora, nossa sociedade não é apenas anti-democrática, mas estruturalmente autoritária e violenta.

Conservando as marcas da sociedade colonial escravista, a sociedade brasilei-

ra é fortemente hierarquizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades, que reforçam a relação mando-obediência. O outro jamais é reconhecido como sujeito nem como sujeito de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade. As relações, entre os que julgam iguais, são de "parentesco", isto é, de cumplicidade; e, entre os que são vistos como desiguais, o relacionamento toma a forma do favor, da clientela, da tutela ou da cooptação, e, quando a desigualdade é muito marcada, assume a forma da opressão. Há, assim, a naturalização das desigualdades econômicas e sociais, do mesmo modo que há naturalização das diferenças étnicas (consideradas desigualdades raciais entre superiores e inferiores), religiosas e de gênero, bem como naturalização de todas formas visíveis e invisíveis de violência, como o racismo, o machismo, a homofobia.

Nela, as leis são armas para preservar privilégios e o melhor instrumento para a repressão e a opressão, jamais definindo direitos e deveres concretos e compreensíveis para todos. Para os grandes, a lei é privilégio; para as camadas populares, repressão. Em nossa sociedade, não existem nem a idéia nem a prática da representação política autêntica. Os partidos políticos tendem

a ser clubes privados das oligarquias locais e regionais, sempre tomam a forma clientelística na qual a relação é de tutela e de favor. É uma sociedade, conseqüentemente, na qual a esfera pública nunca chega a constituir-se como pública, pois é definida sempre e imediatamente pelas exigências do espaço privado (isto é, dos interesses econômicos dos dominantes).

Social e economicamente a divisão social entre os grandes e o povo aparece na polarização entre a carência absoluta das camadas populares e o privilégio absoluto das camadas dominantes, consolidando uma estrutura tirânica que bloqueia a instituição e a consolidação de uma sociedade democrática.

Esta situação se agrava com neoliberalismo, pois este não é, como se propala, um enxugamento racional do Estado e sim a decisão de dirigir os fundos públicos para o capital e retirar-los portanto dos serviços e direitos sociais (alimentação, saúde, educação, moradia, transporte, saneamento, eletricidade, água encanada) que são privatizados como mercadorias que se compram e vendem no mercado, excluindo os que não têm condições sócio-econômicas para adquiri-los.

### III.

Tornou-se corrente o uso de termos fascismo e neo-fascismo para descrever criticamente nosso presente. É verdade que, hoje, embora os governantes não se alcem à figura do autocrata, operam com

um dos instrumentos característico do líder fascista, qual seja, a relação direta com “o povo”, sem mediações institucionais e mesmo contra elas. Também, hoje, se encontram presentes outros elementos próprios do fascismo: o discurso de ódio ao outro – racismo, homofobia, misoginia; o uso das tecnologias de informação que levam a níveis impensáveis as práticas de vigilância, controle e censura; e o cinismo ou a recusa da distinção entre verdade e mentira como forma canônica da arte de governar.

No entanto, em vez de fascismo, denomino o neoliberalismo com o termo *totalitarismo*. Explico:

**Totalitarismo:** por que em seu núcleo encontra-se o princípio fundamental da formação social totalitária, qual seja, a recusa da especificidade das diferentes instituições sociais e políticas que são consideradas homogêneas e indiferenciadas porque são concebidas como organizações. O totalitarismo é a afirmação da imagem de uma sociedade homogênea e, portanto, a recusa da heterogeneidade social, da existência de classes sociais, da pluralidade de modos de vida, de comportamentos, de crenças e opiniões, costumes, gostos e valores.

**Novo:** por que, em lugar da forma do Estado absorver a sociedade, como acontecia nas formas totalitárias anteriores, vemos ocorrer o contrário, isto é, a forma da sociedade absorve o Estado.



Nos totalitarismos anteriores, o Estado era o espelho e o modelo da sociedade, isto é, instituíam a estatização da sociedade; o totalitarismo neoliberal faz o inverso: a sociedade se torna o espelho para o Estado, definindo todas esferas sociais e políticas não apenas como organizações, mas, tendo como referência central o mercado, como um tipo determinado de organização: a *empresa* - a escola é uma empresa, o hospital é uma empresa, o centro cultural é uma empresa, uma igreja é uma empresa e, evidentemente, o Estado é uma empresa. Deixando de ser considerado uma instituição pública regida pelos princípios e valores republicano-democráticos, passa a ser considerado homogêneo ao mercado. Isto explica porque a política neoliberal se define pela eliminação de direitos econômicos, sociais e políticos garantidos pelo poder público, em proveito dos interesses privados, transformando-os em serviços definidos pela lógica do mercado, isto é, a privatização dos direitos, que aumenta todas as formas de desigualdade e exclusão.

**O neoliberalismo vai além:** encobre o desemprego estrutural por meio da chamada *uberização* do trabalho e por isso define o indivíduo não como membro de uma classe social, mas como um empreendimento, uma empresa individual ou “capital humano”, ou como *empresário de si*

*mesmo*, destinado à competição mortal em todas as organizações, dominado pelo princípio universal da concorrência disfarçada sob o nome de meritocracia. O salário não é visto como tal e sim como renda individual e a educação é considerada um investimento para que a criança e o jovem aprendam a desempenhar comportamentos competitivos. Dessa maneira, desde o nascimento até a entrada no mercado de trabalho, o indivíduo é treinado para ser um investimento bem sucedido e a interiorizar a culpa quando não vence a competição, desencadeando ódios, ressentimentos e violências de todo tipo, particularmente contra imigrantes, migrantes, negros, índios, idosos, mendigos, sofredores mentais, lgbtq+, destruindo a percepção de si como membro ou parte de uma classe social, destruindo formas de solidariedade e desencadeando práticas de extermínio.

Quais as conseqüências do novo totalitarismo?

**- social e economicamente**, ao introduzir o desemprego estrutural e a fragmentação toyoiista do trabalho, dá origem a uma nova classe trabalhadora denominada por alguns estudiosos franceses, desde os anos 1980, com o nome de *precariado* para indicar um novo trabalhador sem emprego estável, sem contrato de trabalho, sem sindicalização, sem seguridade social, e que não é simplesmente o trabalhador pobre, pois sua identidade social não dada pelo trabalho nem pela ocupação

e que, por não ser cidadão pleno, tem a mente alimentada e motivada pelo medo, pela perda da auto-estima e da dignidade, pela insegurança e sobretudo pela ilusão meritocrática de vencer a competição com outros e pela culpa perante o fracasso;

**- politicamente,** põe fim às duas formas democráticas existentes no modo de produção capitalista: 1. põe fim na social-democracia com a privatização dos direitos sociais regidos pela lógica de mercado, trazendo o aumento da desigualdade e da exclusão; 2. põe fim na democracia liberal representativa, com a política definida como gestão e não mais como discussão e decisão públicas da vontade dos representados por seus representantes eleitos; os gestores criam a imagem de que são representantes do verdadeiro povo, da maioria silenciosa com a qual se relacionam ininterruptamente e diretamente por meio do twitter, de blogs e redes sociais – isto é, por meio do *digital party* -, operando sem mediação institucional, pondo em dúvida a validade dos congressos ou dos parlamentos políticos e das instituições jurídicas e promovendo manifestações contra essas instituições; 3. introduz a judicialização da política, pois numa empresa e entre empresas os conflitos são resolvidos pela via jurídica e não pela via política propriamente dita. Sendo o Estado uma empresa, os conflitos não são tratados como questão

pública e sim como questão jurídica. A judicialização da política é um efeito da formação totalitária empresarial e não um fenômeno autônomo; 4. os gestores operam como gangsters mafiosos que institucionalizam a corrupção, alimentam o clientelismo e forçam lealdades. Como o fazem? Governando por meio do medo. A gestão mafiosa opera por ameaça e oferece proteção aos ameaçados em troca de lealdades para manter todos em dependência mútua. Como os chefes mafiosos, os governantes têm os *consiglieri*, conselheiros, isto é, supostos intelectuais, que orientam ideologicamente as decisões e os discursos dos governantes; 5. transformam todos os adversários políticos em corruptos: os corruptos são os outros, embora a corrupção mafiosa seja, praticamente, a única regra de governo; 6. passam a ter controle total sobre o judiciário, pois o funcionamento de máfia, faz com que tenham dossiês sobre problemas pessoais, familiares e profissionais de magistrados aos quais oferecem “proteção” em troca de lealdade completa e quando o magistrado não aceita o trato, sabe-se o que lhe acontece;

**- ideologicamente:** 1. estimula o ódio ao outro, ao diferente, aos socialmente vulneráveis (imigrantes, migrantes, refugiados, lagbtq+, sofredores mentais, negros, pobres, mulheres, idosos) e esse estímulo ideológico tor-

na-se justificativa para práticas de extermínio; 2. instiu o que Marcuse denominou discurso totalitário (denotativo, repetitivo, ritualístico, normativo, fechado sobre si) e, com a expressão “marxismo cultural”, persegue todas as formas e expressões do pensamento crítico, inventando a divisão da sociedade entre o “bom povo”, que os apóia, e os “diabólicos”, que os contestam. Por orientação dos *conseglieri*, os gestores pretendem fazer uma *limpeza* ideológica, social e política e para isso desenvolvem uma teoria da conspiração comunista, que seria liderada por intelectuais e artistas de esquerda. Os conselheiros são autodidatas que se formaram lendo manuais e odeiam cientistas, intelectuais e artistas, aproveitando o ressentimento que a classe média e a extrema direita têm com relação a essas figuras do pensamento e da criação, ressentimento produzido pelos liberais, que sempre disseram que o povo não sabe pensar nem votar. Como esses conselheiros são desprovidos de conhecimentos científicos, filosóficos e artísticos, empregam a palavra “comunista” sem qualquer sentido preciso – é um slogan: comunista significa todo pensamento e toda ação que questionem o *status quo* e o senso-comum (por exemplo: que a terra é plana; que não há evolução das espécies; que a defesa do meio ambiente é uma conspi-

ração; que a teoria da relatividades não tem fundamento, etc.). São esses conselheiros que oferecem aos governantes os argumentos racistas, homofóbicos, machistas, religiosos, etc., isto é, transformam medos, ressentimentos e ódios sociais silenciosos em discurso do poder e justificativa para práticas de censura e de extermínio;

**- culturalmete,** 1. a dimensão planetária dessa forma do capital faz com que não exista um “fora”, uma alteridade possível, levando à idéia de “fim da história”, portanto a perda da idéia de transformação histórica e de um horizonte utópico. Como diz Virillo, vivemos no mundo da atopia – isto é, de desaparecimento do espaço topológico de nossa experiência corporal, psíquica e social – e no mundo da acronia – isto é da desaparecimento da experiência do tempo, num mundo sem passado e sem futuro, reduzido a um presente efêmero. Harvey<sup>1</sup> cunhou a expressão “compressão espaço-temporal” trazida pelas tecnologias de informação, que reduzem o espaço ao *aqui*, sem geografia e sem topologia (tudo se passa na tela plana como se fosse o mundo) e ao *agora*, sem passado e sem futuro, portanto sem história (tudo se reduz a um presente sem profundidade). Perdemos a dimensão do futuro como possibilidade inscrita na ação humana enquanto poder para determinar o indeterminado e para ultrapassar situações dadas, compreendendo e transformando o sentido delas, fazem-

1 David Harvey A condição pós-moderna. São Paulo, Loyola, 1992.

do história. Volátil e efêmera, hoje nossa experiência desconhece qualquer sentido de continuidade e se esgota num presente vivido como instante fugaz. Essa situação, longe de suscitar uma interrogação sobre o presente e o porvir, leva ao abandono de qualquer laço com o possível e ao elogio da contingência e de sua incerteza essencial. O contingente não é percebido como uma indeterminação que a ação humana poderia determinar, mas como o modo de ser dos homens, das coisas e dos acontecimentos; 2. a compressão do espaço e do tempo e o toyotismo do *just in time* transformaram o mercado da moda (isto é, do descartável, do efêmero) em paradigma: as obras de arte e de pensamento duram uma “saison” e, descartadas, desaparecem sem deixar vestígio. Para participar desse mercado efêmero, a literatura, por exemplo, abandona o romance pelo conto, os intelectuais abandonam o livro pelo “paper”, o cinema é vencido pelo vídeo-clip ou pelas grandes montagens com “efeitos especiais”. A razão, a verdade e a história são consideradas mitos; o espaço e o tempo são concebidos como sucessão fugaz e volátil de imagens velozes pela compressão dos lugares e dos instantes na irrealidade virtual, que apaga todo contacto com o espaço-tempo enquanto estrutura do mundo; a subjetividade deixa de ser considerada reflexão e interrogação, reduzindo-se à intimidade narcísica, e a objetividade não é o conhe-

cimento do que é exterior e diverso do sujeito, e sim um conjunto de estratégias montadas sobre jogos de linguagem, que representam jogos de pensamento, sem que o conhecimento jamais enfrente a realidade como experiência que suscita interrogação; 3. a fugacidade do presente, a ausência de laços com o passado objetivo e de esperança de um futuro emancipador, suscitam o reaparecimento de um imaginário da transcendência. Assim, a figura do empresário de si mesmo é sustentada e reforçada pela chamada teologia da prosperidade, desenvolvida pelo neopentecostalismo. Mais do que isso. Os fundamentalismos religiosos e a busca da autoridade decisionista na política são os casos que melhor ilustram o mergulho na contingência bruta e a construção de um imaginário que não a enfrenta nem a compreende, mas simplesmente se esforça por contorná-la apelando para duas formas inseparáveis de transcendência: a divina (à qual apela o fundamentalismo religioso) e a do governante (à qual apela o elogio da autoridade política forte);

- **psicologicamente**, leva ao surgimento de uma nova forma da subjetividade, marcada por dois traços aparentemente contrários, mas realmente complementares – de um lado, uma subjetividade depressiva porque marcada pela exigência de vencer toda e qualquer competição e pela culpa se

fracassar. E, por outro lado, uma subjetividade narcisista, produzida pelas práticas das tecnologias eletrônicas de comunicação. Essa nova subjetividade não se define mais pelas relações do corpo com o espaço e o tempo do mundo ou da vida, mas com a complexidade de relações reticulares esparsas e fragmentadas. Essas novas tecnologias operam com a obediência e a sedução no campo mental, porém disfarçadas numa pretensa liberdade de escolher obedecer, pois, os estudos em neurologia revelam que nos usuários, há diminuição das capacidades do lobo frontal do cérebro, onde se realizam o pensamento e os julgamentos, e há grande desenvolvimento da parte do cérebro responsável pelo desejo. Pensa-se menos e deseja-se muito e as empresas desenvolvem aplicativos para enfatizar, direcionar, induzir e estimular desejos. Curtir se tornou uma obrigação, o selfie, o *like* e o *meme* tornaram-se a definição do ser de cada um, pois, agora, existir é ser visto. Dissemos que somente em aparência essas duas formas da subjetividade parecem contrárias, pois, há quase um século, os estudos de Freud revelaram que depressão e narcisismo são as duas faces da mesma moeda.

#### IV.

Quais as conseqüências do totalitarismo neoliberal para a universidade? A idéia de que ela não é uma instituição

social e sim uma organização cujo modelo, evidentemente, é a empresa neoliberal.

Como sabemos, o movimento do capital tem a peculiaridade de transformar toda e qualquer realidade em objeto do e para o capital, convertendo tudo em mercadoria e por isso mesmo produz um sistema universal de equivalências, próprio de uma formação social baseada na troca de equivalentes ou na troca de mercadorias pela mediação de uma mercadoria universal abstrata, o dinheiro como equivalente universal. A isso corresponde o surgimento de uma prática, a prática da *administração*. Essa prática se sustenta em dois pressupostos: o de que toda dimensão da realidade social é equivalente a qualquer outra e por esse motivo é administrável de fato e de direito, e o de que os princípios administrativos são os mesmos em toda parte porque todas manifestações sociais, sendo equivalentes, são regidas pelas mesmas regras. Em outras palavras, a administração é percebida e praticada segundo um conjunto de normas gerais desprovidas de conteúdo particular e que, por seu formalismo, são aplicáveis a todas as manifestações sociais.

A concepção administrada transforma uma *instituição* social numa *organização*, isto é, numa entidade isolada cujo sucesso e cuja eficácia se medem em termos da gestão de recursos e estratégias de desempenho e cuja articulação com as demais organizações se dá por meio da competição. Uma organização se define pela idéia

de instrumentalidade estando referida ao conjunto de meios particulares para obtenção de um objetivo particular, ou seja, está referida a *operações*, isto é, estratégias balizadas pelas idéias de eficácia e de sucesso no emprego de determinados meios para alcançar o objetivo particular que a define. É regida pelas idéias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito, por isso sua temporalidade é efêmera e não constitui uma história.

A instituição social aspira à universalidade. Ao contrário, a organização sabe que sua eficácia e seu sucesso dependem de sua particularidade. Isso significa que a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa, enquanto a organização tem apenas a si mesma como referência, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos particulares. Em outras palavras, a instituição se percebe inserida na divisão social e política e busca definir uma universalidade (ou imaginária ou desejável) que lhe permita responder às contradições impostas pela divisão social e política. Ao contrário, a organização pretende gerir seu espaço e tempo particulares aceitando como dado bruto sua inserção num dos pólos da divisão social, e seu alvo não é responder às contradições e sim vencer a competição com seus supostos iguais.

O neoliberalismo introduz a idéia da

universidade como organização. Ora, como assinala Michel Freitag<sup>2</sup> desde seu surgimento (no século XIII europeu), a universidade sempre foi uma *instituição social*, isto é, uma *ação social*, uma *prática social* fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela. A legitimidade da universidade moderna fundou-se na conquista da idéia de autonomia do saber em face da religião e do Estado, portanto, na idéia de um conhecimento guiado por sua própria lógica, por necessidades imanentes a ele, tanto do ponto de vista de sua invenção ou descoberta como de sua transmissão. Por isso mesmo, a universidade tornou-se inseparável das idéias de *formação*, *reflexão*, *criação e crítica*. Com as lutas sociais e políticas dos últimos séculos, com a conquista da educação e da cultura como direitos, a universidade tornou-se também uma instituição social inseparável da idéia de democracia e de democratização do saber: seja para realizar essa idéia, seja para opor-se a ela, a instituição universitária não pôde furtar-se à referência à democracia como idéia reguladora.

2 Michel Freitag *Le naufrage de l'université*. Paris, La Découverte, 1996.

### A universidade se dedica à docência e à pesquisa.

A docência não é transmissão rápida de conhecimentos nem adestramento adequados às idéias de eficácia, êxito e competição. A docência é um trabalho de *formação*. O que é a formação? Antes de mais nada, como a própria palavra indica, uma relação com o tempo: é introduzir alguém ao passado de sua cultura (no sentido antropológico do termo, isto é, como ordem simbólica), é despertar alguém para as questões que esse passado engendra para o presente, e é estimular a passagem do instituído ao instituinte. Ao instituir o novo sobre o que estava sedimentado na cultura, o trabalho do pensamento reabre o tempo e forma o futuro. Podemos dizer que há formação quando há trabalho do pensamento, isto é, quando o presente é apreendido como aquilo que exige de nós interrogação, reflexão e crítica, de tal maneira que nos tornamos capazes de elevar ao plano do conceito o que foi experimentado como questão, pergunta, problema, dificuldade. A formação recolhe o passado – que foi pensado, dito, feito –, o compreende em seu presente e no nosso; interroga o presente – o que há para ser pensado, dito e feito; e abre o futuro como porvir – o que nossa interrogação deixa para os que virão depois de nós quando se puserem a pen-

sar, dizer e fazer.

A formação é o que permite o nascimento e o desenvolvimento da pesquisa. O que define a pesquisa, quais suas marcas mais importantes? 1. a *descoberta*: seja pelo tema, seja pela metodologia, seja pela descoberta de dificuldades novas, seja por levar a uma reformulação do saber anterior sobre a questão; 2. a *permanência*: a pesquisa não é servil a modismos e seu sentido não termina quando a moda acadêmica acabar porque não nasceu de uma moda; 3. a *idéia de obra*: a pesquisa não é um fragmento isolado de idéias que não terão seqüência, mas cria passos para trabalhos seguintes, do próprio pesquisador ou de outros, sejam seus orientandos, sejam os participantes de mesmo grupo ou setor de pesquisa; existe obra quando há continuidade de preocupações e investigações, quando há retomada do trabalho de alguém por um outro, e quando se forma uma tradição de pensamento na área; 4. *dar a pensar*: a pesquisa faz com que novas questões conexas, paralelas ou do mesmo campo possam ser pensadas, mesmo que não tenham sido trabalhadas pelo próprio pesquisador; ou que questões já existentes, conexas, paralelas ou do mesmo campo possam ser percebidas de maneira diferente, suscitando um novo trabalho de pensamento por parte de outros pesquisadores; 5. *significado social, político ou econômico*: a pesquisa alcança receptores extra-acadêmicos para os quais o trabalho passa a

ser referência de ação, seja porque leva à idéia de pesquisa aplicada, a ser feita por outros agentes, seja porque seus resultados são percebidos como direta ou indiretamente aplicáveis em diferentes tipos de ação; 6. *autonomia*: a pesquisa suscita efeitos para além do que pensara ou previra o pesquisador, mas o essencial é que tenha nascido de exigências próprias e internas ao pesquisador e ao seu campo de atividades, da necessidade intelectual e científica de pensar sobre um determinado problema, e não por determinação externa ao pesquisador (ainda que tenham sido outros sujeitos acadêmicos, sociais, políticos ou econômicos que possam ter despertado no pesquisador a necessidade e o interesse da pesquisa, esta só consegue tornar-se excelente, se nascida de uma exigência interna ao pensamento e à ação do próprio pesquisador); 7. *articulação de duas lógicas diferentes, a lógica acadêmica e a lógica histórica (social, econômica, política)*: a pesquisa inovadora, duradoura, autônoma, que produz uma obra e uma tradição de pensamento e que suscita efeitos na ação de outros sujeitos é aquela que busca responder às questões colocadas pela experiência histórica e para as quais a experiência, como experiência, não possui respostas; em outras palavras, a qualidade de uma pesquisa se mede pela capacidade de enfrentar os problemas científicos, humanísticos e filosóficos postos pelas dificuldades da

experiência de seu próprio tempo; quanto mais uma pesquisa é reflexão, investigação e resposta ao seu tempo, menos perecível e mais significativa ela é; 8. *articulação entre o universal e o particular*: a pesquisa excelente é aquela que, tratando de algo particular, o faz de tal maneira que seu alcance, seu sentido e seus efeitos tendam a ser universalizáveis; quanto menos genérica e quanto mais particular, maior possibilidade de possuir aspectos ou dimensões universais (por isso, e não para contagem de pontos, é que poderá vir a ser publicada e conhecida internacionalmente, quando o tempo dessa publicação surgir).

Inspirando-me em Claude Lefort, quero concluir falando de nosso trabalho como *obra de pensamento*.

Imersa numa história, a obra de pensamento inaugura uma nova história, abre um campo de pensamento inédito graças às críticas das representações instituídas, que obscurecem o presente e o porvir. Mas esse ato inaugural tem como solo um estado radical de não-saber. É como ausência de saber e de ação que o presente suscita a obra, cujo trabalho institui saber e ação. Com efeito, afirmar que a obra de pensamento é um trabalho intelectual significa que há uma matéria a ser transformada pela reflexão. Essa matéria é a experiência imediata e o trabalho da obra consiste em desfazer a suposta positividade dessa matéria, des-



cortinando as questões que ela suscita e é incapaz de responder. O trabalho da obra começa quando revela o sono em que está mergulhada a experiência imediata, quando a desmente e a desmistifica, obrigando-a a pensar-se e, ao fazê-lo, conduzi-la a reconhecer-se como necessária e ilusória. Interpretar o presente é interrogá-lo para desfazer sua aparência, isto é, sua positividade e, com ela, a positividade atribuída tanto à imagem fixa do passado quanto um cálculo apaziguador do futuro. Assim, a articulação entre saber e não-saber, que inaugura a obra como trabalho da reflexão, inaugura também a possibilidade de interrogar um outro trabalho, nascido do primeiro, qual seja, o da transformação do presente. *Trabalho da obra*: maneira de alcançar a obra em seu ponto mais obscuro nas articulações entre teoria e prática, nas dobras da historicidade.

Vivemos um momento sombrio no Brasil quando crueldade e ódio ao pensamento passaram a determinar o espaço público. O ódio ao pensamento não é o que se convencionou denominar de “negacionismo”, mas a decisão deliberada de recusar o núcleo definidor do pensamento, qual seja, a distinção entre o verdadeiro e o falso, decisão que, como mencionei acima, constitui o que Theodor Adorno chamou de *cinismo* ou a mentira como forma de governar. Por isso, mais do que nunca, a defesa da universidade como

trabalho do pensamento e da democracia como criação de direitos é uma tarefa que não podemos recusar.

# O Admirável Professor Agrícola Bethlem

Heloísa Barbosa Leite

É razoável supor que muitos leitores da Revista Versus tenham conhecido o Professor Agrícola Bethlem e sua carreira acadêmica na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ainda assim, é oportuno lembrar alguns fatos que marcaram sua personalidade tão digna e singular. Sua carreira de Professor, na verdade, começou muito mais cedo do que atestam os arquivos da Universidade. Aos 12 anos, já vamos encontrá-lo dando aulas particulares de Matemática para o exame de admissão no Instituto de Educação e no Colégio Militar. E seus pupilos logravam aprovação.

Mas, a facilidade que tinha para as ciências exatas nunca o afastou das outras áreas do conhecimento, dos grandes clássicos da literatura universal, dos autores contemporâneos, da música clássica e tantas outras manifestações da beleza e da grandeza do espírito humano.

Essa formação plural o levou à inde-

cisão no momento de ingressar na Faculdade: medicina, direito ou engenharia? Quem sabe as bem-sucedidas aulas particulares de matemática, que ministrou aos 12 anos, não o fariam escolher o curso de engenharia civil da nossa UFRJ?

Lá, na turma de 1947, aprendeu a admirar, profundamente, os mestres Carlos Nilo Gondim Pamplona e César Cantanhede. Ao concluir o curso, ingressou no mercado de trabalho, sem, contudo, deixar sua Escola, onde foi Professor de 1951 a 1977.

Já em 1956, a convite dos professores César Cantanhede e Felipe Kafuri, Agrícola Bethlem se juntou a Antonio Dias Leite para realizarem, como assistentes, o trabalho de montagem do curso de engenharia econômica, no prédio do Largo de São Francisco. Agrícola Bethlem conseguiu a proeza de ser Coordenador, Professor e aluno, pois não perdeu nenhuma aula da primeira turma, em 1957. Turma

essa que contou com o brilhantismo de Mário Henrique Simonsen.

Paralelamente, buscava exercitar seus conhecimentos acadêmicos na prática empresarial, quando teve oportunidade de realizar inúmeros estágios e visitas técnicas nos Estados Unidos e na Europa, em várias áreas, algumas delas ainda nascentes no Brasil. Já nos primeiros anos da década de 1960, foi eleito primeiro Presidente da Associação Brasileira de Computadores Eletrônicos.

Em 1972, obteve, no Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE), o título de Mestre em Engenharia de Produção. Naquele ano, foi convidado pelo futuro Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Administração da COPPE, que posteriormente se chamaria COPPEAD, e pelo Diretor do então Programa Nacional de Treinamento de Executivos, para auxiliar na estruturação de um Programa de formação de executivos, em nível de Mestrado, e de uma Central Brasileira de Casos para produzir material didático adequado à realidade brasileira. Aceitou e ajudou a estruturar as áreas de Organização de Indústrias, Sistema de Informações e Estratégia do novo Programa e, ainda, as disciplinas da área e a já citada Central Brasileira de Casos, que dirigiu durante 10 anos.

Em 1977, obteve os títulos de Doutor

em Engenharia, bem como o de Livre Docente da UFRJ, nas áreas de Organização de Indústrias e Administração Industrial. Nesse mesmo ano, assumiu, por convite, a função de Professor, em tempo integral do COPPEAD, embora, dentro dos limites impostos pela legislação em vigor, tivesse mantido a função de Diretor e membro do Conselho Deliberativo do Clube de Engenharia.

No intuito de se adequar ainda mais às atividades como docente e já titulado como Doutor, passou parte dos anos de 1977 e 1978, como *Visiting Scholar* na Harvard Business School, a convite dos renomados professores Lawrence e Lorsch, aperfeiçoando-se em técnicas de ensino e pesquisa em administração, em geral, e em estratégia empresarial, em particular.

Em 1997, foi eleito Diretor da Instituição, exercendo seu mandato por dois anos regimentais, sem reduzir suas atividades de pesquisa e ensino. Lançou, em 2003, o livro “Evolução do Pensamento Estratégico no Brasil”. Anteriormente, já havia publicado outros cinco livros, destacando-se, entre eles, “Estratégia Empresarial”, em sua quarta edição, e “Gestão de Negócios: Um Enfoque Brasileiro”.

Ao longo de sua brilhante e profícua carreira acadêmica, construiu um *curriculum vitae* que enchia de orgulho e admiração seus alunos, seus pares, seus colegas e amigos. O título de Professor

Emérito, que recebeu em 26 de novembro de 2003, foi o reconhecimento da UFRJ pelos 53 cursos que ministrou na graduação, pelos 188 cursos e seminários que ministrou na Pós-Graduação, pelos 34 trabalhos publicados em Anais de Congressos nacionais e internacionais, pelos 34 Casos e Notas de Indústrias – todos de empresas brasileiras – registradas na Central Brasileira de Casos e em Instituições congêneres estrangeiras, pelos seus 26 Relatórios Técnicos e de Pesquisa, série COPPEAD, pelas 25 teses orientadas, pelas 70 Bancas de Teses de que participou, por seus 27 cursos de atualização e aperfeiçoamento, no Brasil e no exterior, por seus 54 estágios e visitas técnicas no Brasil, Argentina, Estados Unidos, Portugal, França, Itália, Suíça, Bélgica, Holanda, Alemanha e Inglaterra, por sua atuação, quer como palestrante, debatedor, organizador ou coordenador em 51 Congressos nacionais e internacionais, por sua participação em Conselhos da UFRJ e Comissões Avaliadoras e Julgadoras, da CAPES e do CNPq, bem como em Sociedades Científicas e Profissionais brasileiras e estrangeiras.

Por tudo isso, não há como falar ou escrever sobre o ensino de Administração ou sobre Estratégia Empresarial, no Brasil, sem que se dê ao professor Agrícola Bethlem o lugar que lhe cabe nessas áreas, por conquista e por direito. Como reconhecimento dessa importância e da

história que escreveu como professor e pesquisador, o Instituto o homenageou, merecidamente, dando seu nome à biblioteca do COPPEAD.

Do mesmo modo, não se pode deixar de dizer algumas palavras sobre a criatura humana que encantava seus muitos amigos com sua inteligência e seu fino humor, enfim, um *causeur* como poucos. Agrícola Bethlem era o homem vinho, de que nos fala Cora Coralina em sua poesia, ao classificar os homens em água e vinho. O homem vinho, movido por seus valores inegáveis e nobreza reconhecida – diz ela – guarda seu espírito de conteúdo excelente, em todos os sentidos, para oferecê-lo, em pequenos cálices de cristal, aos amigos e visitantes, excelsos privilegiados. Sua permanente e louvável inquietude intelectual, seu admirável senso estético, sua característica de trabalhador incansável fizeram-no usar as mãos, não apenas para escrever o muito do que escreveu, mas também para fazer dele um esteta, um escultor, que não só usou a argila da mãe terra, mas, ainda, a nobreza do bronze, para esculpir as belas peças que podiam ser encontradas sobre os arquivos e as estantes de sua sala no Instituto.

Palavras ditas por Marcelo Mastroianni, numa memorável entrevista pouco antes de falecer, bem que poderiam ter sido pronunciadas por Agrícola Bethlem:

“Só temo o ócio. Ocioso, sinto-me prisioneiro da minha preguiça.

Por que poupar-se? É preciso atirar-se, partir para a luta. Fazer assim, enquanto se puder fazer.”

E ele sempre se atirava a novas tarefas, a novos desafios: poucos dias antes de 22 de abril de 2015, dia do acidente que o feriu gravemente e acabou por tirar-lhe a vida, conversava com uma grande amiga sobre o curso que, entusiasmado, no vigor intelectual de seus 87 anos, estava preparando para ministrar, em inglês, aos alunos do mestrado do COPPEAD.

Esse era, em palavras pobres, o admirável Professor Agrícola Bethlem.

# Moacir Sancovschi: uma trajetória de amor, sucesso e reconhecimento\*

Eliane Ribeiro Pereira  
Antônio José Barbosa de Oliveira

Ao completar 25 anos de sua criação, a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC) decidiu homenagear Moacir Sancovschi, Professor Emérito, cuja trajetória de vida se confunde com a própria história da unidade. Apesar do isolamento social em decorrência da pandemia do coronavírus, a Direção da unidade realizou uma franca e reveladora entrevista com o homenageado através da ferramenta de teleconferência de vídeo Zoom.

**Eliane:** Moacir, bom dia. É um prazer termos a oportunidade de conversar com você. Gostaríamos de falar sobre sua trajetória de vida, dentro e fora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Estamos comemorando os 25 anos de criação da FACC. Como você chegou à Unidade na época em que ainda existia a FEA (Faculdade de Economia e Administração), queríamos conhecer a sua visão dessa história.

**Moacir:** Fui aluno do Curso de Economia da FEA. Entrei em 1970 e me formei em 1973. Nessa época existiam os cursos de Contabilidade e de Administração, ambos noturnos, e o curso de Economia, que era diurno. Foi uma época conturbada, uma época de muitos problemas políticos...O funcionamento da escola era complicado. Tínhamos professores de renome, alguns participavam de organizações importantes do governo e acabaram se afastando... fui colega de turma do Reinaldo Gonçalves, que é Professor do Instituto de Economia. Seguimos caminhos diferentes, mas acabamos nos reencontrando aqui na UFRJ. Quando me formei, fui para a Fundação Getúlio Vargas (FGV) para fazer o curso especial de graduação em Ciências Contábeis no Instituto Superior de Estudos Contábeis (ISEC). Era um curso intensivo, com aulas das 7h30 às 17h30, que permitia que profissionais graduados em Economia,

Direito, Engenharia ou Administração se formassem em Contabilidade em um ano. Quando terminei esse curso, no final de 1974, o Professor Aluysio Guimarães, Diretor do Instituto, me convidou para ser professor no Instituto Superior de Estudos Contábeis (ISEC/FGV). Eu era novo e ali iniciei minha carreira acadêmica. Comecei dando aulas para pessoas muito mais velhas do que eu. Eram advogados, economistas, administradores, engenheiros que trabalhavam no governo, em empresas privadas estatais ou eram profissionais liberais. Todos queriam obter um título de Contabilidade.

**Antonio:** Nessa época você perdeu o contato com a FEA?

**Moacir:** Paradoxalmente, trabalhando no ISEC/FGV comecei a trilhar o caminho de volta à FEA. O primeiro movimento nesse sentido ocorreu quando o Professor Aluysio Guimarães, que também era professor da FEA, me pediu para ajudá-lo nas aulas de finanças que ele ministrava regularmente no curso de graduação em Administração.

Alguns anos depois, quando o Curso Especial de Graduação em Ciências Contábeis do ISEC foi substituído pelo curso de mestrado, o Professor Josir Simeoni Gomes, então Coordenador do mestrado e Chefe do Departamento de Contabilidade da FEA, juntamente com o Professor Aluysio Guimarães criaram um projeto para ajudar o curso de graduação em Con-

tabilidade da FEA, que passava por problemas, e para dar aos alunos do curso de mestrado a oportunidade de fazer os estágios docentes, requisito a ser cumprido para obterem seus títulos. Foi assim que aqui chegaram a Professora Araceli Cristina, o Professor José Augusto, a Professora Vilma Rita Lopes e muitos outros que ingressaram no corpo docente da FEA, mas acabaram se desligando da Faculdade por vários motivos. Nessa mesma época, dois professores do Departamento de Contabilidade da FEA se aposentaram e eu e o Professor Natan Szuster ingressamos no corpo docente nas vagas que eles ocupavam.

Acredito que o grupo do ISEC que chegou à FEA na segunda parte dos anos 80 transformou a imagem e a cultura do Departamento de Contabilidade e criou um fato novo na Faculdade. Até a nossa chegada, a maioria dos professores tinha cursos de graduação, trabalhava em empresas privadas ou agências do governo e vinha no cair da tarde para ministrar as aulas no período da noite. Todos nós tínhamos cursos de mestrado, alguns já tinham concluído cursos de doutorado e, principalmente, não éramos muito mais velhos do que nossos alunos. Chegávamos cedo e nos misturávamos aos estudantes da casa. Usávamos materiais e recursos instrucionais mais atualizados.

**Eliane:** Mas como se deu essa transição da FGV para a FEA?

**Moacir:** O sentimento que tive quando assumi o cargo de professor na FEA era que estava voltando para casa. Aqui encontrei funcionários que conheci como aluno, como Dona Odaléia e o Nivaldo, alguns dos meus professores no curso de Economia, vários dos meus professores do curso que havia concluído na FGV, que também eram professores dos departamentos de Contabilidade e de Administração da FEA e alguns ex-alunos do curso de mestrado do ISEC.

**Antônio:** Eram jovens professores, era quase que um encontro de gerações...

**Moacir:** Pois é... nossas gerações eram muito próximas. Falávamos a mesma “língua” e tínhamos hábitos similares. A minha percepção era que havia um clima efervescente e muito propício à criatividade. Os alunos muito interessados e os professores encantados... todos faziam o trabalho com muita seriedade, sabe? E os discentes respondiam de forma positiva. Essas mudanças foram bem recebidas pelos professores mais antigos. Alguns se sentiram incentivados a se inscrever em cursos de mestrado e as trocas de experiência se tornaram muito comuns.

**Eliane:** Como era essa dinâmica?

**Moacir:** Quando a turma do mestrado chegou, era comum que os profes-

sos chegassem pouco antes das aulas iniciarem, ministrassem suas aulas e fossem embora. De repente os alunos começaram a ter uma nova experiência. Nós chegávamos mais cedo, conversávamos mais com eles e os incentivávamos a prosseguirem os estudos tão logo fosse possível, sem prejuízo da vida profissional. Revimos a bibliografia usada nas disciplinas e incluímos livros mais modernos, alguns recém traduzidos e artigos de revistas especializadas. Frequentávamos a biblioteca e solicitávamos a aquisição de novas obras e da assinatura de revistas estrangeiras. Eventualmente, dividíamos as mesas da biblioteca com os alunos.

Como os antigos professores tinham um grande comprometimento com as atividades profissionais nas organizações onde atuavam, eles valorizavam muito os aspectos normativos e procedimentais da contabilidade nas aulas e nos testes. Não era comum que recomendassem que os alunos lessem ou fizessem pesquisas. Diferentemente, nós incentivávamos a leitura de pesquisas e uma visão crítica dos aspectos normativos e procedimentais da Contabilidade.

**Antônio:** Nesse ano de 1989, ainda existia a FEA. Então, você vivenciou essa transição da transformação de FEA em FACC. Houve mudanças significativas? Muitas vezes quando analisamos algum fato pretérito, acabamos pensando com a



cabeça de hoje e não conseguimos ter a dimensão, ou mesmo um entendimento maior do que a coisa efetivamente pode ter sido para quem vivenciou. Assim, eu te pergunto, como foi vivenciar essa transformação da FEA em FACC?

**Moacir:** Quando iniciei minhas atividades na FEA, o espaço dedicado aos departamentos de Contabilidade e Administração era muito pequeno. Havia somente as salas dos departamentos. Não havia salas para os professores. Com frequência, recorríamos às salas de reuniões e à biblioteca para trabalhar quando chegávamos mais cedo. Por outro lado, o número de professores nos departamentos das disciplinas de contabilidade e administração era pequeno.

Comparado com os nossos departamentos, o Departamento de Economia tinha grande número de professores e ocupava a maior parte do prédio. À noite, após o encerramento do expediente do curso de Economia, as salas do prédio da FACC eram usadas principalmente pelos alunos e professores do Departamento de Contabilidade. Dessa forma, as aulas para as turmas do curso de Administração eram ministradas nas salas do Instituto de Psicologia, da Escola de Serviço Social e de outras unidades estabelecidas no campus da Praia Vermelha, que estavam disponíveis no período noturno.

Em 1989, quando cheguei, a Congre-

gação da FEA era integrada basicamente por professores do curso de Economia. O Departamento de Contabilidade passou a ter três representantes. O Professor Josir Simeone Gomes, o Professor Natan Szuster e eu. Esse desequilíbrio acabava limitando os recursos que eram destinados aos departamentos de Contabilidade e Administração.

**Eliane:** E como isso mudou?

**Moacir:** Há 25 anos os professores do Departamento de Economia tomaram a iniciativa de se separarem dos departamentos de Contabilidade e Administração e assim surgiu a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. Esse movimento, com certeza, não aumentou o volume de recursos disponíveis para a Faculdade que nascia, mas criou a oportunidade para que competíssemos por recursos com as demais unidades do CCJE, ao invés de dividirmos recursos com o Departamento de Economia, para que desenvolvêssemos as novas atividades de forma independente.

**Antônio:** A graduação em Economia, no desmembramento da FEA se uniu ao Instituto de Economia Industrial, de pós-graduação, favorecendo a vinculação do corpo docente aos programas de mestrado e doutorado. Isso não aconteceu com a gente porque na época, Administração e Ciências Contábeis não tinham seu programa de pós-graduação. A tra-

jetória que nos narrou parece ter contribuído para que vocês naturalmente tivessem um protagonismo na criação do programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis na FACC.

**Moacir:** A Professora Vilma Rita Lopes foi a primeira Diretora da FACC e coube a ela a difícil tarefa de dar vida à Faculdade. Creio que ela venceu por estar totalmente comprometida com esse propósito, por ter trabalhado com afinco para realizá-lo e por ter feito isso com o coração. No entanto, muito do que foi feito nesse período deveu-se também ao trabalho incansável da Professora Araceli Cristina. No meu entendimento, foi ela quem mobilizou os professores para criar o mestrado. Os recursos eram escassos, mas isso não a desanimou.

**Eliane:** Mas a experiência do mestrado da FGV também ajudou bastante, não é?

**Moacir:** O Mestrado em Ciências Contábeis do ISEC/FGV teve uma trajetória surpreendente. Ele foi o segundo curso de mestrado desse tipo no Brasil, foi fruto de um crescimento orgânico, foi muito bem-sucedido, mas em um curto período foi liquidado junto com outros reputados cursos de mestrado e doutorado da FGV por causa de uma crise causada por decisões do governo federal em 1990.

As instalações do prédio onde estava o

curso de mestrado eram espartanas, mas a direção tinha certa autonomia para usar o espaço. E a usava para aproveitá-lo da melhor forma possível. Portanto, não havia muito conforto para os professores nem para os alunos. Mas, tudo isso era compensado pelo empenho de um grupo de professores comprometidos com o trabalho e pelo engajamento de alunos que chegavam de vários estados do Brasil com o firme propósito de serem bem-sucedidos em um curso da FGV, uma instituição de prestígio no Brasil e no exterior.

Quando o curso de mestrado da FGV foi encerrado, algumas instituições se dispuseram a receber os professores, os alunos e a manter o curso em funcionamento. Dentre elas, os professores optaram pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

No calor da batalha, ninguém pensou em como seria a inserção do curso em uma instituição com características bem distintas da FGV. Assim, tivemos que aprender a conviver em um ambiente que nos era estranho. As diferenças culturais tiveram consequências para professores e para alunos, cada um experimentou essa transformação de forma distinta. Alguns se adaptaram rapidamente, outros nem tanto.

Nesse ínterim, os alunos do mestrado do ISEC que fizeram estágios acadêmicos no Departamento de Contabilidade da

FEA defenderam suas dissertações e, por concurso, ingressaram no corpo docente do departamento. Dessa forma, constituiu-se uma equipe de professores que tinha uma forte identidade cultural e que assumiu a coordenação do Departamento de Contabilidade, criando aqui uma comunidade com alto grau de autonomia que reproduzia em boa medida o clima que vivenciávamos no ISEC. Nessa onda, as Professoras Araceli e Vilma estimularam os professores do departamento a sonhar com um curso de mestrado que fosse criado à nossa imagem e semelhança.

A constituição da FACC criou as condições necessárias para que o curso de mestrado fosse implementado. Com o passar do tempo, o corpo docente foi se renovando com ex-alunos do próprio curso e com professores formados em outras universidades. Atualmente, são poucas as pessoas que se lembram do prédio rosa da Praia de Botafogo que abrigou o curso de mestrado da FGV. Porém, quem viveu aquela experiência se diverte com o fato de que alguns rituais adotados no nosso curso foram originalmente concebidos por lá.

Falando em hábitos, uma instituição da FEA que eu apreciava particularmente e que se perdeu ao longo do tempo era a sala dos professores. Eram salas que tinham uma grande mesa com cadeiras ao redor e eventualmente algumas poltronas encostadas nas paredes onde os professo-

res se reuniam antes das aulas. Elas eram imprescindíveis porque não havia salas individuais para os professores dos departamentos de Contabilidade e de Administração.

**Eliane:** Onde ficavam essas salas de professores?

**Moacir:** Como durante muito tempo dei aulas para os alunos da Administração e da Contabilidade, frequentei duas dessas salas. Uma era provavelmente a sala de reuniões do Instituto de Psicologia e a outra, salvo engano, era a sala da Congregação da FACC.

À medida que nós chegávamos para as aulas, íamos para estas salas. Era um momento de confraternização e de trocas de experiências. Essa convivência era funcional porque favorecia a formação de laços de amizade e de uma cultura comum para pessoas que passavam os dias em diferentes organizações e tinham formações distintas.

Fui convidado por professores com quem me reunia frequentemente para participar de várias atividades, também indiquei professores para conhecidos que me consultavam. Algumas dessas atividades duraram muitos anos. Também era usual que professores solicitassem indicações de alunos para estagiar ou para serem contratados como funcionários nas empresas onde trabalhavam.

**Eliane:** Eu acho que faltava isso na

FACC. Agora nós vamos voltar a ter. Revigoramos a sala de professores e teremos um espaço para as pessoas se encontrarem de novo. Isso é muito importante, não é?

**Moacir:** Os espaços de convivência são importantes para que as pessoas possam se afastar das suas salas de trabalho e relaxar. Além disso, esses espaços estão totalmente alinhados com o melhor espírito das atividades acadêmicas. No entanto, a utilização desses espaços deverá ser um pouco diferente daquela que era feita na época que comecei a trabalhar por aqui. Antes havia muitos professores contratados em regimes de vinte ou quarenta horas, hoje a maioria dos professores tem dedicação exclusiva. Mas essa não é uma questão relevante para a administração da Faculdade. Como no filme *O Campo dos Sonhos* (1989), “se você construir, eles virão” e farão um bom uso desse espaço.

**Antônio:** O que você traz são aspectos dos prós e contras que a gente tem, ao analisarmos a carreira docente. E agora a quase total predominância da dedicação exclusiva e o que isso traz de bom ou não para a própria instituição.

**Moacir:** Quando penso sobre o regime de dedicação exclusiva no caso dos professores de Contabilidade e Administração, me lembro do Professor Synval Santana argumentando sobre a

importância de testarmos na prática o que ensinamos. Como ele diz, os laboratórios dos contadores e dos administradores são as empresas. Os conceitos e as técnicas com que trabalhamos foram criados e aperfeiçoados nas empresas. E esses conhecimentos somente terão sentido se contribuírem para atenderem as necessidades de quem os utiliza. Para isso, é importante entendermos os problemas que esses profissionais enfrentam e nos expressarmos de forma que eles compreendam. Isso só se consegue convivendo, ainda que temporariamente, com administradores e contadores nas empresas onde eles trabalham.

**Eliane:** Faz falta, não é, Moacir?

**Moacir:** Em minha opinião, estamos dedicando proporcionalmente mais tempo às atividades acadêmicas que à convivência com os profissionais nas empresas em que eles trabalham, criando um hiato entre o que produzimos e o que eles precisam. Isso fica evidente quando se percebe que os profissionais do mercado raramente leem as revistas onde publicamos nossos trabalhos.

Julgo que deve haver um meio termo preferível entre o pragmatismo de quem tem que entregar resultados com data marcada e o rigor e os cuidados de quem quer fazer um trabalho acadêmico de qualidade.

**Eliane:** Dado seu lugar de Emérito e toda a sua trajetória na FACC, a seu ver,

qual seria o cenário para a Unidade nos próximos 25 anos?

**Moacir:** Como todo especialista, tendo a olhar o mundo a partir dos marcos que pautam minhas atividades. Sendo assim, julgo prudente me limitar a indicar algumas questões que no presente me parecem relevantes.

A primeira questão é que, cada vez mais, as empresas privadas competem com as universidades na geração de conhecimentos. Elas têm recursos, têm incentivos e seus administradores não necessariamente têm as preocupações que restringem as atividades de professores e pesquisadores. Nesse caso, acredito que as oportunidades para parcerias entre universidades e empresas privadas deverão estar entre as nossas prioridades. A adequada exploração dessas oportunidades beneficiará as empresas, as universidades e a sociedade.

A segunda questão é que, para formarmos profissionais competentes e conscientes, precisamos compreender que funções eles desempenharão, o contexto em que atuarão e os desafios que enfrentarão. Uma pesquisa mostrou que uma tarefa relevante na formação de profissionais é minimizar o choque de realidade ocupacional. Esse será mais um motivo para priorizarmos as parcerias entre universidades e empresas.

A terceira questão é que educar e pesquisar têm custos significativos e está cada vez mais claro que os governos não têm re-

ursos suficientes para financiar adequadamente essas atividades. Portanto, nós também teremos que nos precaver contra o choque de realidade ocupacional, valorizar os produtos do trabalho que realizamos e buscar os recursos necessários para o financiamento das nossas atividades nas empresas que os utilizam e deles se beneficiam.

**Antônio:** Pensando nesses 25 anos da FACC, que momentos de sua trajetória você destacaria?

**Moacir:** Complicado. Eu não consigo falar de momentos... foi um período da minha vida.

Certa vez o Veríssimo comentou em uma crônica a dificuldade que temos de avaliar a relevância dos acontecimentos que presenciamos. Para exemplificar, contou a história de um francês que estava indo ao trabalho e viu ao longe uma balburdia se formando. Perguntou a um passante o que estava acontecendo e lhe foi dito que havia um problema na Bastilha. Ele seguiu irritado para o trabalho e não percebeu que fora testemunha de um evento que mudou a história. De certa forma, essa constatação se aplica a todos nós.

**Antonio:** Moacir, para encerrarmos, que mensagem final você deixaria para os leitores desta nossa entrevista?

**Moacir:** De fato eu quero que este texto seja um elogio às pessoas que re-

almente construíram a FACC. Fui um trabalhador e uma testemunha ocular desse processo. Quando entramos nas salas de aula, encontramos os alunos acomodados nas carteiras, as luzes acesas, o computador ligado e tudo mais pronto para darmos nossas aulas, normalmente esquecemos que isso só foi possível porque uma equipe criou todas as condições para que pudéssemos fazer nosso trabalho. Não pensamos nas dificuldades envolvidas na criação dessas condições e quanto esforço isso requereu. Então, me parece fundamental reconhecer o mérito das pessoas que nos deram os meios para fazermos nosso trabalho.

Em retrospecto, sinto não ter me envolvido mais nas atividades de que tomei parte. Como diz a letra da música dos Titãs, devia ter complicado menos e ter me importado menos com problemas pequenos. Mas do meu jeito, sempre lutei para fazer o melhor que podia.

**Eliane:** Fez muito, Moacir. Para nós, você é motivo de grande orgulho! É o motivo de acreditarmos que podemos dar certo, que vale a pena lutar pelo futuro. Não tenha dúvida disso.

**Moacir:** Fazer a FACC funcionar é um projeto coletivo que atravessa gerações. Todos nós integramos esse coletivo, hoje são vocês que estão no coman-

do, criando as condições para que o nosso futuro seja melhor que o que vivemos no passado e no presente.

---

\*Transcrição: Gabriel Martins Freire Ginuino e Adir Portugal Viana Veloso Cunha.  
Revisão e texto final: Eliane Ribeiro Pereira.

# San Tiago Dantas e a Faculdade Nacional de Direito: lembrança e atualidade

Fábio Corrêa Souza de Oliveira<sup>1</sup>

## A Faculdade e seus professores

Uma Faculdade, na sua melhor expressão, é mais do que uma reunião de professores e alunos com o trabalho de ensinar e aprender. Demanda mais do que uma sede. Pela sua vocação, pela sua história, que é a sua memória, a Faculdade adquire alma, ganha personalidade, passa a ser *alguém*. Neste processo de constituição, no qual seu destino vai sendo traçado, há um ganho progressivo de unidade: os professores formam o *corpo docente*; os alunos, o *corpo discente*. Ao que se junta o *corpo administrativo*. Há uma *Congregação*. O seu prédio passa, então, a ser chamado de casa (mais do que *house, home*). E, para aqueles que nela se *formaram*, que nela viveram e que, assim, a ela deram vida, a Faculdade é a sua *alma mater*.

A formação, profissional e de caráter,

pode, inclusive, não se esgotar ao término dos cinco anos do bacharelado ou de outros na Pós-Graduação. Aquele que trocou de lugar na sala, que de aluno foi a professor, percebe que a Faculdade vai seguir na sua formação. E vice-versa. Sim, a Faculdade forma seus próprios docentes, ainda que não venham dos seus próprios bancos. O professor ingressa em uma tradição, em uma comunidade, em um *romance em cadeia* (para tomar de empréstimo a figura que Ronald Dworkin utilizou para retratar o Direito), prossegue estudando, aprendendo para ensinar, não inaugura um voo *solo*, passa a compartilhar um caminho, um percurso já em curso.

Em um recente estudo, escrevemos:

Uma instituição deve irradiar uma atmosfera de constrangi-

<sup>1</sup> Professor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da UFRJ. Mestre e Doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisador Visitante na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (CAPES/Doutoramento). Pós-Doutorado em Direito na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (CNPQ). Membro da Comissão de Assessoria Jurídica do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas/CCJE-UFRJ.

mento para aqueles que nela trabalham, uma adequação que deriva da tradição, da sua história, da sua memória, de bons exemplos por parte daqueles que antes estiveram lá. Assim, uma instituição é mais do que o conjunto daqueles que a compõem em um certo momento. A instituição reúne valores, uma maneira de se movimentar, tem um nome a zelar, deve transmitir orgulho aos seus membros, possui uma liturgia. O indivíduo que ingressa na instituição está sujeito a esta *força gravitacional*. Na linguagem do esporte, é o *peso da camisa*. A instituição deve inspirar respeito, compromisso e tem o condão de fazer do seu membro momentâneo alguém melhor. É o *espírito de honra* mencionado por Max Weber<sup>2</sup>.

O presente texto traz à lembrança, em tom de singelo tributo, Francisco Clementino de San Tiago Dantas, que se graduou e foi professor catedrático da ainda hoje chamada Faculdade Nacional de Direito (FND), como enuncia a antiga placa no frontispício da Casa. Neste ano em que a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio

de Janeiro (UFRJ) completa 130 anos, a Revista Versus – Revista de Ciências Sociais Aplicadas do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) abrir as suas páginas para referenciar um acadêmico que honrou a sua Faculdade e a Universidade do Brasil é providência de todo oportuna e conveniente.

A Faculdade recebe seus professores por meio de outros professores. Professores formam professores, não apenas em sala, mas também pelos seus escritos. Há uma continuidade – o que é natural entre as gerações. Esta estabilidade, que não impede a mudança, a crítica, é, pois, também dinâmica, esta linha condutora é a Faculdade, um local de encontro, que traduz um alinhamento, o qual, em maior ou menor escala, pode se fazer em *escola*. Na FND não é possível lecionar Direito Administrativo sem conhecer, por exemplo, a obra do Professor Themístocles Brandão Cavalcanti; ensinar Teoria Geral do Estado ou Direito Constitucional ignorando, *e. g.*, a produção do Professor Pedro Calmon (Reitor da Universidade) e do Professor Afonso Arinos de Melo Franco; Direito Internacional Privado sem dialogar, *v. g.*, com o Professor Haroldo Valladão; Teoria do Direito sem levar em conta as lições, por exemplo, do Professor Hermes Lima; ministrar Direito Civil ignorando os ensinamentos, entre outros, do Professor San Tiago Dantas.

2 OLIVEIRA, Fábio Corrêa Souza de. *Reserva de governo e reserva da ciência: a pandemia e o pandemônio*. Revista de Estudos Institucionais, Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 1.066-1.082, set./dez. 2020, p. 1.074.



Neste muito breve artigo, após uma exposição sumária da vida e da obra de San Tiago Dantas, selecionamos cinco momentos de expressão do seu magistério, todos ocorridos na Faculdade de Direito e que servem também para sublinhar a dignidade do professorado, a excelência da FND, além de se mostrarem atuais, de sorte a contribuir para a compreensão da aguda crise na qual o Brasil mergulhou e para a sua emersão, definindo, mais uma vez e sempre, a missão que a Faculdade de Direito da UFRJ tem de cumprir<sup>3</sup>.

### Breves notas sobre a vida e a obra de Santiago Dantas

San Tiago Dantas nasceu, no Rio de Janeiro, em 1911. Em 1928 ingressou na Faculdade de Direito da, na época denominada, Universidade do Rio de Janeiro. Depois de formado, em 1932, foi nomeado para a cátedra interina de Legislação e Economia Política do Curso de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes, o qual alcançaria autonomia em 1945, dando ensejo à Faculdade Nacional de Arquitetura. No mesmo ano, passou a integrar a Ação Integralista Brasileira, afastando-se em 1937, mesmo ano em que foi efetivado, por concurso, na cátedra antes ocupada interinamente. Assumiu, dois anos depois, a cadeira de Instituições de Direito Civil e Comercial da Faculdade de Ciências Econômicas e

Administrativas do Rio de Janeiro, instituição posteriormente incorporada à Universidade do Brasil, quando passou a adotar o nome de Faculdade Nacional de Ciências Econômicas.

Em 1940, aos 29 anos, tornou-se Professor Catedrático de Direito Civil da Faculdade Nacional de Direito, tendo apresentado a tese *Conflito de Vizinhança e sua Composição*. Seu discurso de posse teve ocasião no dia 30 de agosto de 1940. Logo após o seu ingresso, no ano seguinte, foi escolhido pela Congregação da Faculdade para proferir o discurso em homenagem ao cinquentenário da Faculdade, que se deu em 25 de outubro de 1941, sob o título *Renovação do Direito*. Após acompanhar a turma por quatro anos, eleito paraninfo, pronunciou, em fins de 1945, a palestra *Novos Rumos do Direito*. Ao fazer a aula inaugural da FND do ano de 1955, San Tiago Dantas fez uma das suas mais célebres conferências, talvez a de maior destaque ou repercussão no meio, intitulada *A Educação Jurídica e a Crise Brasileira*, um marco propositivo de uma nova metodologia de ensino-aprendizagem. Em 1957, no discurso aos formandos *Em Defesa do Direito*, ao lado de outras formulações, retoma a questão metodológica vazada na lição de abertura do ano letivo de 1955. São estas as cinco *lectures* que dão os contornos do

<sup>3</sup> Consulte-se <https://www.santiagodantas.com.br/>. Neste site é possível colher as obras de Santiago Dantas aqui citadas, além de dados sobre a sua trajetória.

tópico seguinte.

De 1941 a 1945 foi Diretor da recém-constituída Faculdade Nacional de Filosofia. Recebeu, em 1962, o título de doutor *honoris causa* da Universidade de Cracóvia. A partir de 1958 a sua vida política se intensificou, tendo sido eleito, neste ano, Deputado Federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro e reeleito em 1962, ambos os sufrágios por Minas Gerais<sup>4</sup>. Chegou a ser candidato, na condição de vice, na chapa de Tancredo Neves, ao governo de Minas Gerais. Ao lado de Afonso Arinos de Melo Franco e João Augusto de Araújo Castro elaborou a Política Externa Independente, inaugurada com Jânio Quadros, tendo sido nomeado Embaixador do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU). Foi também Ministro das Relações Exteriores no exercício de Tancredo Neves enquanto Primeiro-Ministro, quando da primeira fase da presidência de João Goulart. Já, sob o sistema presidencialista, San Tiago Dantas assumiu o cargo de Ministro da Fazenda. Cinco meses após a quebra constitucional/institucional que gerou a destituição do Presidente, teve o passamento.

Entre as suas obras literárias, no campo acadêmico, destaca-se o famoso *Programa de Direito Civil*, em três volumes, reunião das aulas proferidas, entre 1942 e 1945, na Faculdade Nacional de Direito, com edição comercial, respectivamente, em 1977, 1978 e 1979<sup>5</sup>. A reunião de anotações de aula ensejou ainda, em 1991, o livro *Direitos de Família e das Sucessões*<sup>6</sup>, que é correspondente ao quarto tomo do *Programa de Direito Civil*, encerrando, assim, a coleção. A tese de catedrático também se transformou em livro, com a 2ª edição datada de 1972. No livro *Problemas de Direito Positivo: Estudos e Pareceres*, com 1ª edição em 1953 e republicado em 2004, o Professor da FND trata de temas além do Direito Civil, desenvolvendo estudos, por exemplo, no campo do Direito Constitucional e do Direito Administrativo<sup>7</sup>. Neste volume consta o pioneiro e balizador capítulo “Igualdade perante a Lei e due process of law”, publicado antes, em 1948, na Revista Forense. Nele, San Tiago Dantas defende a versão substantiva da cláusula do devido processo legal, tendo sido, como não poderia deixar de ser, marcador para a nossa dissertação de mestrado, com o que perfilhamos a elaboração do Professor da casa<sup>8</sup>.

Do seu trabalho no Ministério das Re-

4 Confira-se *Perfis parlamentares: San Tiago Dantas*. Brasília Câmara dos Deputados, 1983.

5 A publicação foi da Editora Rio, já, portanto, após a morte do autor. Revisão do texto e anotações por José Gomes Bezerra Câmara, aluno de San Tiago Dantas na sua primeira turma na FND. Contou com atualização de Laerson Mauro.

6 DANTAS, San Tiago. *Direitos de família e das sucessões*. Atualização de José Gomes Bezerra Câmara e Jair Barros. Rio de Janeiro: Forense, 1991.

7 DANTAS, San Tiago. *Problemas de direito positivo: estudos e pareceres*. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

8 OLIVEIRA, Fábio Corrêa Souza de. *Por uma teoria dos princípios: o princípio constitucional da razoabilidade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

lações Exteriores, em 1961 e 1962, veio à lume, em 1962, a coletânea *Política Externa Independente*<sup>9</sup>. No mesmo ano sai o livro *Figuras do Direito*, que reúne discursos e exames sobre personalidades da cultura jurídica brasileira, incluindo, Rui Barbosa, Clóvis Beviláqua, Francisco Campos, entre outros, além de docentes da Faculdade Nacional de Direito, o Professor Lacerda de Almeida e o Professor Matos Peixoto<sup>10</sup>. Na ciência política, a obra *Poder Nacional, Cultura Política e Paz Mundial*, reunindo conferências feitas na Escola Superior de Guerra, publicada em 2014<sup>11</sup>. Além da produção jurídica e política San Tiago Dantas escreveu um celebrado ensaio sobre Dom Quixote<sup>12</sup>, antecedendo um movimento de juristas rumo à literatura que veio a se intensificar nas últimas décadas.

Já se afirmou que a produção textual de San Tiago Dantas não seria correspondente à sua potência intelectual. Alberto Venâncio Filho, egresso da FND (1956) e membro da Academia Brasileira de Letras (sucessor de Afonso Arinos), anotou, no prefácio à reedição do livro *Palavras de um Professor*, que, tendo San Tiago Dantas exercido o magistério “com absoluta dedicação e desvelo”, dele “não surgiram

os livros correspondentes à expressão de sua inteligência e cultura.”<sup>13</sup> Na orelha do livro *Figuras do Direito* escreveu: “é San Tiago Dantas um escritor avesso a publicar livros, em cuja vida a ação prática tem prevalecido sobre a especulação intelectual. Suas obras são o resultado de episódios de que participou, de atividades que exerceu – e muitas vezes conduziu – ou de trabalhos ensejados pela profissão.” Imediatamente a seguir uma nota para apontar que o mesmo caracteriza Rui Barbosa e Francisco Campos.

É bem verdade que a tese com a qual conquistou o cargo de Professor Catedrático foi a sua única obra escrita no formato de uma doutrina acadêmica em molde clássico<sup>14</sup>. O *Programa de Direito Civil*, a sua publicação mais longa, é fruto das notas taquigráficas das aulas apresentadas na FND. Parte dos seus escritos teve edição póstuma. Isto, porém, em nada minimiza a contribuição ao pensamento por parte de San Tiago Dantas. A pujança acadêmica não passa necessariamente pela confecção de Manual/Tratado ou de livros variados sobre diversos assuntos. A originalidade, a representatividade, a proeminência e a influência de um pro-

9 DANTAS, San Tiago. *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

10 DANTAS, San Tiago. *Figuras do Direito*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

11 DANTAS, San Tiago. *Poder nacional, cultura política e paz mundial*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2014.

12 DANTAS, San Tiago. *D. Quixote: um apólogo da alma ocidental*. Rio de Janeiro: AGIR, 1948. Trata-se de conferência feita, em 1947, em comemoração ao quarto centenário de Cervantes, no auditório do Ministério da Educação, sob a presidência do Embaixador da Espanha. Em 1964, o texto foi republicado pela Tempo Brasileiro e, no ano de 1979, pela Universidade de Brasília.

13 DANTAS, San Tiago. *Palavras de um professor*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. VII. A 1ª ed. é de 1975.

14 DANTAS, San Tiago. *Conflito de vizinhança e sua composição*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1972.

fessor não reclamam isto. A produção extensiva da atualidade revela bem o que se diz. E, afinal, as vidas e as inclinações são diferentes. O *Programa de Direito Civil* é uma obra magistral. *Conflito de Vizinhança e sua Composição* é obra divisora de águas. *Problemas de Direito Positivo: Estudos e Pareceres* reúne estudos exemplares. San Tiago Dantas redigiu textos que marcaram época e que, como escritos clássicos, não são de uma só época. As aulas são manifestação central da atividade magisterial. E, aqui também, como sempre, o exemplo. Ensinar pelo exemplo. Manter a coerência entre a vida acadêmica e a vida política – as duas vocações tratadas por Max Weber<sup>15</sup> – é uma virtude, e honra o professorado.

### Cinco lições e a atualidade de San Tiago Dantas

Nos idos de 1940 era de praxe, ao assumir o cargo de Professor Catedrático, um discurso de posse. O discurso de San Tiago Dantas é uma ode ao compromisso acadêmico, denota o júbilo com o qual assentava o seu magistério na Faculdade de Direito, deixando, assim, a Escola Nacional de Belas Artes, externando a satisfação e a honra

de tê-la integrado. Declara que “o ideal do magistério jurídico” se pôs “como uma sugestão irresistível”: “estou escolhendo e assumindo o meu destino.” Compromete-se então: “Professor é o que serei; a existência do professor será a minha existência; meus ideais, meus trabalhos, minha vida pública, quero que se contenham no professorado, e, se possível, que dele irradiem.”<sup>16</sup> Inserido no contexto da II Guerra Mundial (já após, por exemplo, à queda de Paris), mas sem mencioná-la expressamente e sem reduzir o ponto a ela, San Tiago Dantas alude a um generalizado “sentimento de inutilidade do Direito”, uma “decadência do Direito”. O Professor se referia às transformações que vão se impondo ou que aspiram a se impor à margem do sistema normativo. Mas tal não significa a mínima renúncia ao Direito. Ao invés, aposta na sua crítica/força/recuperação, “pois o Direito é a disciplina do equilíbrio social, e a sua excelência se mede pela exatidão com que modera e contrasta as forças em trabalho pela desagregação da sociedade.”<sup>17</sup> Vale observar que quando liga o “espírito conservador” ao “espírito civilístico”, não há correspondência ao sentido vulgarizado com que se utiliza amiúde o termo *conservador* no ambiente político conflagrado do Brasil de hoje<sup>18</sup>. Ao manifestar o orgulho de se juntar ao corpo

15 WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. Tradução por Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2010.

16 DANTAS, San Tiago. *Palavras de um professor*, cit., p. 2.

17 Idem, p. 3.

18 “O Direito Civil é, porém, o campo das aquisições lentas, das transformações aluvionais. (...) É em outros domínios do Direito que as ideias novas travam seus combates, mas o Direito Civil é o campo de escolha e de fixação das vitórias definitivas. (...) O Direito Civil é estudo ascético, em que as colheitas são tardias; paciência, constância, método e tempo são, mais do que quaisquer outras, as condições do êxito.” P. 5.

docente, saúda nominalmente professores que o antecederam e, dirigindo-se aos alunos, promete exercer a cadeira “com amor e indeclinável entusiasmo”, concluindo: “desse amor pela cátedra, desse sentimento vivo de ser ela uma conquista e um lar”, declarou Dantas, “é que desejo nutrir o meu magistério, suprimindo pela dedicação e pelo esforço um pouco do muito que me falta para me igualar aos meus pares.”<sup>19</sup> Afirmado querer ser um “professor digno”, o novo Professor Catedrático adentra na Casa da Moncorvo Filho empenhado, denotando humildade e com a fleuma de estilo.

Em *Renovação do Direito* (1941), Dantas comemora os cinquenta anos da “nossa jovem e gloriosa Academia” e convida a meditar sobre o seu destino. As tradições construídas, ao longo do cinquentenário, formam “um elo poderoso” que firma a “convivência intelectual.” Homenageando os mestres do passado, em menção à linha discipular, enuncia:

Quero render-lhes a homenagem que no dia de hoje transborda dos nossos peitos; seus grandes nomes são as nossas glórias, seus pensamentos e livros são os episódios culminantes da nossa história externa, os gestos e as palavras que deles nos

ficaram são a crônica doméstica que de cada escola faz uma imensa família, por onde sem cessar se escoam as gerações.<sup>20</sup>

Assinala que a problemática que desafia a Faculdade a se manter atual – pois “não mais se reconhecem os valores sociais com que trabalharam os juristas de há cinquenta anos” – converge para a “relação entre a Política e o Direito.”<sup>21</sup> E arremata “o destino de uma Faculdade é o destino do Direito a que ela serve.”<sup>22</sup> “Refazer a doutrina”, conclama manter a “Escola Jurídica da Universidade Brasileira” viva, na “marcha ascensional”. E, neste passo, “o que sonhamos não terá talvez a modéstia de quem começa, mas o arrojo de quem prossegue com a experiência das vitórias.”<sup>23</sup> O Professor termina afirmando “uma serena confiança no futuro”.

No discurso *Novos Rumos do Direito* (1945), rejeita a ideia de que a evolução histórica está fadada a se dar contra a cultura jurídica, contra o Direito. Defende, pois, o Direito pela sua renovação. E que a renovação é trabalho dos acadêmicos. Pode-se ver, nesta fala, uma bem evidente dimensão *social* com a crítica de que, de acordo com o *status quo*, “só a situação de proprietário apresenta condições de se-

19 P. 7.

20 P. 10.

21 Pontua o autor: “se é certo que nem toda política cria um Direito, também é certo que o criar um Direito é a suprema verificação histórica a que se pode submeter uma política.” P. 16.

22 P. 16.

23 P. 19.

gurança e estabilidade capazes de conferir ao homem o pleno sentimento de independência.”<sup>24</sup> Sustenta, então, que o foco seja o trabalho e não a propriedade privada. Ao defender a distribuição das riquezas, aponta que a “transição para a economia planificada ou para a economia dirigida representa, assim, uma tendência irreversível”<sup>25</sup>. Faz, nesta linha, um elogio a Franklin Roosevelt, patrono da turma da qual foi paraninfo. Ao afirmar que “só o regime democrático é compatível com o Direito”, afasta, então, os regimes totalitários de qualquer jaez e adverte: “Se há um dever da consciência jurídica brasileira, que se possa considerar primordial, é esse de colocar o país a salvo de toda ditadura.”<sup>26</sup>

Embora não se atenha apenas a esta questão a aula *A Educação Jurídica e a Crise Brasileira* (1955) tem relevância capital para a reflexão e o debate sobre a metodologia de ensino do Direito e, conquanto não possa ser tido como o ponto deflagrador de uma revolução da forma de exercer a docência, despertou aceso debate e a sua influência não

deve ser minimizada. A partir da percepção de que a Universidade tem papel decisivo na crise social, devendo “confessar grandes culpas” em razão de uma “burocratização estéril”, “desertando o debate dos problemas vivos”, San Tiago Dantas propugna por uma nova didática, o *case system* em prevalência (não em substituição) ao *text system*, tendo também variação por disciplina<sup>27</sup>. Trata-se de um ensino fincado em problemas e não tanto em amplas exposições sistemáticas e abstratas de institutos e teorias (“aulas de preleção” e “sessões de trabalho”). Trata-se de um “ensino casuístico” como instrumento de otimização do aprendizado e aliança com a concretude, de comprometimento com a realidade.<sup>28</sup> O autor defende também a adoção de uma flexibilidade curricular que permita a especialização, sem a perda, claro, de uma sólida formação geral. A bem da “vivificação da educação jurídica”, do burilamento do “raciocínio jurídico, adestrado na solução de controvérsias”, anota Dantas:

No ensino casuístico, o aluno não é um ouvinte que precisa dizer ao menos duas vezes por ano, se assimilou as preleções da cátedra; é um participante ativo, que tem a palavra desde o

24 P. 25.

25 P. 27.

26 P. 29.

27 Explica o Professor: “O objetivo primordial do professor, a que ele passa a dedicar o melhor do seu esforço, não é a conferência elegante de cinquenta minutos sobre um tópico do programa, mas a análise de uma controvérsia selecionada, para evidenciação das questões nela contidas e sua boa ordenação para o encontro de uma solução satisfatória; o estudo do raciocínio em cada uma de suas peripécias; o preparo da solução, com a consulta não só das fontes positivas, como das fontes literárias e repertórios de julgados; e, afinal, a crítica da solução dada, com o cotejo das alternativas.” P. 61.

28 “A educação voltada para o próprio raciocínio jurídico, pondo sua ênfase no exame e solução de controvérsias específicas, e não no estudo expositivo das instituições, reconduz o jurista ao fato social gerador do Direito, situa o seu espírito na raiz do problema para que a norma deve fornecer solução.” P. 63.

primeiro dia, que discute, colabora, investiga as fontes e apresenta os seus estudos, dando do seu aproveitamento muitos testemunhos.<sup>29</sup>

O tema é retomado no discurso *Em Defesa do Direito* (1957), quando reitera o “estudo de caso” como método de otimização do aprendizado e, assim, como a melhor estratégia para que o que se faz nas salas de aula tenha maior repercussão positiva para além das suas paredes. Há uma associação que percorre a elaboração de Dantas: *crise social/crise da cultura jurídica/crise do ensino jurídico*. Ao fazer “a defesa do Direito”, ao enunciar que o Direito, mais do que um ideal, é uma “luta pela justiça e pela verdade”, ao defender “a superposição da lei à política, da norma ao ato de arbítrio”, conclui, em mais uma sentença de manifesta atualidade diante das hodiernas circunstâncias críticas do país: “Lutar pelo Direito é hoje lutar pelo princípio de legalidade, como o entendemos no mundo democrático, isto é, como submissão das relações sociais e do próprio governo ao império da norma jurídica.”<sup>30</sup>

### Considerações finais: os professores e a sua Faculdade de Direito

Pode parecer uma trivialidade quando usualmente se faz relação entre o professor e a Faculdade à qual se acha ligado. Mas há um significado maior, transcendente nes-

te apontamento. O vínculo institucional é companhia, promove a conversação entre os de hoje e os de ontem, embala o senso de pertencimento. Ora, o professor é qualificado pela Faculdade e, simultaneamente, a qualifica. Professor *da* Faculdade. Da Faculdade de San Tiago Dantas e de tantos outros insignes mestres. E isto confere um elevado senso de responsabilidade a quem tem o privilégio de sucedê-los. Seja em 1940 ou mais de 80 anos depois. Não há *tabula rasa* na Faculdade Nacional de Direito.

San Tiago Dantas pensou a FND, postulou, à frente do seu tempo e do tempo de hoje ainda, a *metodologia do caso*, que deveria ser *lugar comum*, propôs a especialização curricular, não implantada e que leva a busca pela especialidade para fora do ambiente universitário. Como verbalizado no seu discurso de posse na cátedra, seu professorado irradiou pela sua intensa e profícua vida política. Pautou a Política Externa Independente, hodiernamente contrariada. Alertou para a vigilância contra os ímpetus centralizadores presentes na história do país, em mais um chamado de patente atualidade e importância. E entendeu que a FND tinha (e tem), em cumprimento do seu destino, um eminente papel a desempenhar, contribuiu para o seu engrandecimento e, como ele próprio declarou, amou “a nossa Faculdade Nacional”.

29 P. 72.

30 P. 50.

# Antonio Barros de Castro – um economista à moda antiga<sup>1</sup>

Lavinia Barros de Castro<sup>2</sup>  
Ana Célia Castro<sup>3</sup>

Em agosto de 2021, completam-se dez anos do falecimento de Antônio Barros de Castro, um dos maiores formuladores do pensamento desenvolvimentista brasileiro na segunda metade do século XX e início do século XXI. Castro foi um economista de seu tempo. Junto com Carlos Lessa, Maria da Conceição Tavares – e o mestre de todos eles, Celso Furtado – contribuiu para a criação de um pensamento econômico genuinamente brasileiro.

Castro foi Professor Emérito do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde lecionou de 1980 até agosto de 2011 as disciplinas de Economia Brasileira, Política Econômica Comparada e História Econômica. Ainda no Instituto de Economia, Castro foi Editor Chefe do Boletim de Conjuntura por muitas décadas. Sua vida profissional começou

na CEPAL, Nações Unidas (1962-1973). Logo após esse período, esteve como visiting scholar na Universidade de Cambridge (1873-1974), foi membro do Institute for Advanced Study em Princeton (1978-1979), professor visitante na Universidade de Oxford (UK), Berkeley (USA) entre outras. Castro assumiu a Presidência do BNDES em 1992, voltou ao Banco como Diretor (2004-2007) e Assessor da Presidência (2007-2010). Durante todo esse período não deixou de lecionar e de escrever artigos e livros, de orientar seus alunos e inspirar vocações acadêmicas, bem como as orientadas para as políticas públicas.

Superar o atraso, reduzir desigualdades, eliminar os ciclos de retroalimentação da pobreza, transformar a estrutura produtiva, reduzir a dependência externa

1 As autoras agradecem a Eduardo Figueiredo Bastian por suas sugestões.

2 / Economista do BNDES, professora de Economia Brasileira do IBMEC.

3 Diretora do Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE) da UFRJ.



– eram essas as principais palavras de ordem desses economistas. Eram confiantes da ideia de que existia um Brasil “do futuro” – e que este não era o Brasil que seguia suas vantagens comparativas naturais.

Mas Castro tinha também suas singularidades. A maior delas era a independência de seu pensamento analítico. Discordava profundamente dos economistas que, nas suas palavras, perseguiram: “o ideal neoclássico de transformar a economia numa gramática do comportamento, que tem em conta, unicamente, os preços, as preferências e as dotações de fatores da economia” (Castro, 2004, p. 165). Durante toda a sua vida, manteve a firme convicção, comum aos estruturalistas, de que os objetos de análise em economia têm características fortes próprias, onde os comportamentos são em grande medida (ainda que não integralmente) condicionados pelos setores e pelas grandes escolhas (idem).

Castro, porém, mesmo quando concordava, achava sempre uma forma de, em parte, discordar. Em todas as suas reflexões encontramos ponderações que são exploradas muito além das notas de rodapé. Algumas vezes, se trata de ponderações teóricas densas. Em outras, são ponderações que emergem de considerações históricas, do estágio do

desenvolvimento da economia, de dados e estatísticas desconcertantes, que contradizem o senso comum, ou, ainda, a partir de novos condicionantes externos.

Esse mesmo comportamento reproduzia-se em suas aulas e palestras. Nelas, depois de uma grande explanação, não raro fazia uma grande pausa e acrescentava: “Tudo isso é verdade. Acontece, que o jogo mudou”, de onde se seguiam propostas de agendas contemporâneas, adequadas ao “novo jogo”. Algumas vezes, Castro discordava de si mesmo, sendo o primeiro a admiti-lo: “Acontece que eu estava errado.” Pensar e repensar, escrever e reescrever.

Este artigo pretende ilustrar a irreverência do pensamento de Antonio Barros de Castro a partir do sétimo ensaio da obra “Sete Ensaios de Economia Brasileira”, jamais publicado, mas que foi tema recorrente do curso de economia brasileira que ele lecionava no Instituto de Economia da UFRJ. O objetivo maior é mostrar um economista (e professor) à moda antiga, que não dispensa história, teoria, fatos e dados e, sobretudo, imaginação à serviço de um propósito maior: a de pensar um projeto de desenvolvimento e uma agenda de transformação.

### **Distribuição de Renda – o sétimo ensaio não publicado**

O livro “Sete ensaios sobre a economia Brasileira” (Castro, 1969) traz, na realidade, apenas seis ensaios, ainda que a ideia central

do artigo seja sugerida em outros ensaios do livro<sup>4</sup>. Em “Conversas com Economistas”, organizado por Mantega, G. e Rego (1999), Castro se refere a esta história:

“Quando eu apresentei essas ideias (sétimo ensaio) pela primeira vez em 1968, houve um choque de tal ordem que até hoje me sinto constrangido de lembrar. Obviamente, eu não tinha embasamento empírico, até porque o que eu estava dizendo era o que me parecia que iria acontecer. Então, como era totalmente fora da corrente, várias pessoas me diziam: ‘Castro, cuidado, vai de vagar porque isso pode ser um delírio’. Aí o Isaac Kerstenetzky<sup>5</sup> me disse o seguinte: ‘Olha! O censo que nós estamos planejando vai permitir checar essa hipótese. Por que você não espera as primeiras apurações?’. É por isso que não tem o sétimo ensaio. Levou anos para sair esse levantamento. O fato de que contrariava frontalmente a visão de esquerda, ao mostrar que a economia voltaria ao crescimento em plena ditadura, mexia comigo, mas francamente não me demovia de dizer o que pensava. A não publicação foi uma tolice. Ficou, no entanto, o registro criteriosamente feito por Bresser Pereira no seu livro *Desenvolvimento e Crise no Brasil* a partir de uma palestra realizada na PUC de

São Paulo em 1968.”<sup>6</sup>

O texto abaixo entre aspas e sombreado reproduz parte da aula proferida pelo Professor no curso de Economia Brasileira proferido em 1996, mostrando a riqueza de suas aulas de economia brasileira:<sup>7</sup>

“O Brasil possui marcadíssima concentração de renda, entre as maiores existentes no mundo. Esta característica une direita e a esquerda como um problema a ser enfrentado. Trata-se de uma economia com características híbridas, metade Bélgica, metade Índia. Uma Belíndia, como na célebre expressão de Edmar Bacha<sup>8</sup>. Este é um postulado. Um ponto de partida para quem estuda o Brasil.

Uma estrutura tão dispare é um convite à reflexão para diversas escolas de pensamento: reflexão modelística, estruturalista, com suas divisões irreduzíveis, Kaleckiana (dividindo a análise em seus departamentos: D1 + D2 + D3), entre outras. A discussão sobre a distribuição de renda criou uma personalidade cultural do pensamento brasileiro. Isto porque dicotomias extremas pedem uma reflexão teórica. Outro país da América

4 Por exemplo, Ver Castro (1969) p. 125 e p. 131.

5 Isaac Kerstenetzky se tornaria Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre 1970-1979. Antes, chefiou o Centro de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Economia (1954-1959) e foi diretor de pesquisas no Instituto (1964-1970) e diretor da Revista Brasileira de Economia. Além de sua fundamental atuação à frente do IBGE, Kerstenetzky era um grande professor de história – e um amigo de Castro.

6 Castro (1989), pp. 163 e 164. A referência mencionada é Luis Carlos Bresser-Pereira e Pereira e Sobrinho (1983)

7 A aula não foi gravada, trata-se de uma reprodução, com algum grau de imprecisão, a partir de anotações recompostas por Lavinia Barros de Castro, que foi sua aluna no curso de mestrado.

8 Ver Bacha (2012) e Taylor e Bacha (1976).

Latina que também possui acentuada dicotomia é a Argentina. Porém, lá, a dicotomia é setorial: trata-se da Economia industrial versus a Economia Agrária Exportadora, bem explorada por Canitrot<sup>9</sup>.

Entre 1960-80, o Brasil viveu um crescimento muito rápido que conviveu com a má distribuição de renda. Nos primeiros anos da década de 1960, porém, houve uma interrupção abrupta – o crescimento se reduziu. Foi nesse contexto que surgiram as teses estagnacionistas. A má distribuição de renda seria vista como estagnadora, como incompatível com o crescimento rápido. Essa é a ideia central desenvolvida por Furtado.

Mas antes de prosseguir, vamos dar um passo atrás. Quais as origens da má distribuição de renda brasileira?

Em primeiro lugar, há, claro, uma herança histórica adversa, fruto da escravidão e da distribuição da terra que se seguiu, marcada por latifúndios e permeada pela própria regra do direito brasileiro. A prova de que a questão da má distribuição de renda tem suas raízes históricas é a comprovação de que naqueles estados que não tiveram o passado colonial, como é o caso de Santa Catarina e de toda a Serra Gaúcha, a desigualdade de renda é menos acentuada.

Em segundo lugar, há aquilo que au-

tores como Raimundo Faoro, Caio Prado e outros acentuaram: a formação da burguesia brasileira e a relação peculiar do Estado com brasileiro para com a sociedade: o Estado Patrimonialista. Como esses autores registram de forma magistral, na transição para o capitalismo as elites no Brasil permaneceram intactas.

Por fim, existe uma tradição que chamaria de “pensamento progressista”, que no Brasil sempre foi muito pessimista quanto à possibilidade do desenvolvimento e, principalmente, quanto à industrialização. Esta é uma tese cara ao Marxismo, que tem suas raízes nos trabalhos de Lênin. Nesses trabalhos as reformas (solução via revolução) aparecem como a única possibilidade de remoção da má distribuição de renda.

Qual é a tese de Celso Furtado? Ele parte do pressuposto que existem desequilíbrios estruturais (pessoal, regional e setorial) na economia brasileira que nos condenariam à estagnação. A substituição de importações havia permitido um contorno ao problema distributivo, pelo crescimento e redução da pobreza. Porém, uma vez passado este subterfúgio, voltaria a realidade da má distribuição de renda e retornaria à estagnação. A visão era de que a crise vivida na primeira metade dos anos 1960 era uma crise cíclica, endógena. Desde os anos 1940, a dinâmica capitalista brasileira se dava por elementos endógenos, especialmente ligados à inter-relação entre os setores da economia.

<sup>9</sup> Refere-se ao economista argentino Adolfo Martin Prudêncio Canitrot (1928-2012). Ver: Canitrot (1975).

Assim, a crise dos anos 1960 devia-se a uma desaceleração dos investimentos em bens de capital, que havia repercutido sobre o restante da economia. A queda dos investimentos verificados estava associada ao fato que o Plano de Metas representava um grande bloco de Investimento, que acabou por gerar excesso de capacidade produtiva, reduzindo a rentabilidade das novas inversões – o que afetou o resto dos setores – o que explicaria a crise do período.

Seguindo os passos de Furtado, Maria da Conceição Tavares e José Serra escreveram o artigo: “Mais além da estagnação.” Só que então veio o crescimento endemoniado do Milagre. Como explicar? Eu tentei explicar o fenômeno no sétimo ensaio do livro "Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira", mas o artigo nunca foi publicado.

A tese estagnacionista, afirmava que a queda do crescimento (ocorrida em meados dos anos 1960) se devia ao esgotamento do modelo de substituição de importações. A queda do coeficiente de importação, diminuía a amplitude da substituição. A pauta de importação se tornava mais rígida (exigindo mais recursos financeiros), cresciam as exigências tecnológicas e de know-how, com retorno cada vez menores, já que se tratavam de setores com elevada relação capital-produto. Era cada vez mais difícil prosseguir. A demanda também se transformava e os produtos requeriam escala cada vez maior para se tornarem ren-

táveis.

O ponto central de Furtado é de que como a Substituição de Importações é concentradora (exige-se concentrar em poucos produtores para ganhar escala e é também concentrada em termos regionais), o crescimento do mercado não se fazia a taxas suficientes para viabilizar novos investimentos. Sem a distribuição de renda haveria, portanto, uma insuficiência de demanda. Caía o dinamismo – e entrava-se na crise dos anos 60.

O artigo de Furtado foi escrito em meados dos anos 1960. O problema é que o chamado Milagre brasileiro (1968-1973) traria uma enorme complicação à esta tese. A esquerda brasileira não queria ouvir falar nos sinais de revitalização que estavam visíveis no início do milagre. A ideia de que o Brasil sem as famosas reformas de base dos anos 1960, o país voltaria a crescer, de que o capitalismo voltava a funcionar em plena ditadura era insuportável para a esquerda.

No meu artigo não publicado “Reflexões sobre o modelo brasileiro”, a concentração de renda, seria, ao contrário, dinamizadora. Isto porque, antes, nas condições iniciais da economia brasileira, de fato, a concentração de renda era capaz de impedir a industrialização. Estaríamos aqui reproduzindo a visão clássica.

Qual a visão clássica? A de que clas-

ses abastadas aumentavam a demanda por serviços domésticos, artesanato de luxo, criados, entre outros consumos suntuários. Ou seja, nessas condições, concentrar a renda não criava mercado para a indústria. Mas a economia norte americana já havia nos provado que poderia ser diferente, a partir da história que ocorreu com os duráveis de consumo. Neste país os automóveis eram adquiridos inclusive por indivíduos de rendas médias e altas. Eram manufaturados para todas as classes de renda. Como isso era possível? Era possível pela ideia do consumo de massas – redução dos custos, por ganhos de escala e pela criação de substitutos. Schumpeter afirmava que as meias de náilon haviam criado uma revolução. Antes só existiam as meias de seda, possível apenas para o consumo das princesas. A inovação das meias de náilon tornava possível seu consumo por todas as plebeias. Mas e no Brasil?

O meu ponto é que aqui a renda era tão baixa, que ninguém iria consumir duráveis. Neste contexto – e era isso que eu explorava no artigo – desviar renda dos trabalhadores para as classes médias e abastadas podia, ao contrário, aumentar o mercado. Isto seria especialmente

verdadeiro na economia brasileira onde os mais pobres se limitavam, basicamente, a adquirir alimentos. Como a fronteira da oferta residia, no Brasil, exatamente na produção de automóveis, a concentração adicional da renda, alavancada pelo crédito ao consumo, longe de inviabilizar, estaria propiciando a re-dinamização do crescimento, liderado pela indústria.

Mas acontece que eu estava também errado. Menos errado do que outros, mas também errado. Sim, eu apostei que o milagre não seria estagnador, mas eu não conhecia os dados do economista John Wells, da Universidade de Cambridge, que mostravam que já estava ocorrendo a difusão dos duráveis no Brasil.”

Neste momento da aula, Castro desenhava a curva “S” de difusão tecnológica<sup>10</sup>, explicando que de acordo com a teoria estagnacionista, não haveria o ramo superior do “S”. A difusão dos duráveis ficaria contida pela falta de demanda. Na sequência, o Professor apresentava um conjunto de dados de difusão de consumo de duráveis: rádios (observando que esses eram os únicos duráveis que já eram difundidos antes mesmo do milagre), televisores, equipamentos de som, geladeiras, eletrodomésticos e até mesmo automóveis<sup>11</sup>. As explicações para a difusão seriam: consumo

10 Atribui-se a Schumpeter (1939) a descoberta de um padrão cíclico de trajetória tecnológica. Na versão usada no curso o eixo das ordenadas expressava o percentual da população que já possuía um determinado bem durável; e o eixo das abscissas representa o tempo. Espera-se que cada durável tenha seu consumo disseminado ao tempo em um formato em “S”, que se inicia em patamar baixo, cresce de forma expressiva, e atinge um platô. A cada novo produto introduzido, surgia uma nova curva, mas todas de mesmo formato.

reprimido, elementos culturais (objetos desejados pela população), o próprio barateamento dos produtos e a atuação das financeiras, que passaram a oferecer crédito ao consumidor<sup>12</sup>.

O restante da aula era dedicado à discussão dos dados. Primeiro eram apresentados os dados de crescimento da renda entre 1960 e 1970, divididos entre decis (ordenando dos 10% mais pobres até os 10% mais rico). Castro ressaltava o ganho da renda das classes mais altas, mas também que a fatia mais baixa da renda (primeiro decil) teria tido também grande crescimento de renda. Quem havia realmente perdido, explicava, eram os trabalhadores urbanos. Chamava também a atenção para o fato de que, embora os dados não permitissem concluir definitivamente, a piora da distribuição de renda provavelmente estaria associada à fórmula salarial do PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo, 1964). Portanto, o agravamento teria ocorrido antes do chamado milagre econômico ("Milagre").

Em seguida, o professor começava a fazer suas ressalvas aos dados. Antes de tudo, haveria um "viés dos decis baixos". Por se tratarem de rendas monetárias, as estatísticas de distribuição de renda não

incorporavam os rendimentos da economia de subsistência, subavaliando os rendimentos da população mais pobre. Ocorre que, devido ao processo de ampla urbanização ocorrido no Milagre, uma grande transferência de mão de obra do setor primário para o setor urbano teria ocorrido. Assim, a renda de subsistência, que antes não era captado pelas estatísticas, passara a ser computada pelo recebimento de salários, entrando possivelmente com rendimentos muito baixos nas estatísticas. Em consequência, as diferenças de renda real nos dois decis, afirmava, poderiam estar exagerados<sup>13</sup>. Fenômenos semelhantes decorriam da incorporação de novos elementos na força de trabalho, como mulheres e jovens (menos de 20 anos), que ao ingressarem no mercado de trabalho passaram a ser incorporados nas estatísticas. A própria redução do número de desempregados, com incorporação de trabalhadores menos qualificados, reforçava o viés dos decis baixos.

Castro ressaltava então a importância de distinguir pobreza e desigualdade: a distribuição de renda poderia estar piorando estatisticamente, mas era possível que o bem-estar estivesse melhorando

---

11 "Assim, por exemplo, se apenas 9,5% e 23% dos domicílios urbanos possuíam, respectivamente, televisor e geladeira em 1960, estas cifras haviam saltado para 73% e 66% em 1980 (Castro, 1989, p.3). "Até mesmo o consumo de artigos de luxo, como automóveis, teria saltado de 14% para 28% dos domicílios urbanos entre 1970 e 1980" (Castro, 1989, p. 12).

12 Sobre os mecanismos de financiamento ver Tavares (1972).

13 Houve de fato redução do pessoal sem rendimento da PEA entre 1960 e 1970 de 15% para 9,5%.

para alguns<sup>14</sup>. Por fim, mencionava que havia problemas dos dados do censo em 1960, pois não havia a informação sobre a renda individual e que possivelmente haveria também vieses dos decis mais elevados, por conta de sonegação e rendas mantidas no exterior<sup>15</sup>.

Da análise do decil, passava-se a discussão das implicações do caráter empregador do Milagre. Ao contrário de outros países latino-americanos (mostrava os dados), no Brasil, teria sido possível crescer o emprego, simultaneamente, na indústria e no campo. Porém, muito embora o consumo estivesse se difundindo, não era possível falar em uma “revolução de consumo de massas”. Como ele colocou em um artigo: “Primeiramente, a massa dos salários cresceu de fato muito rapidamente ao longo do referido período – e isso certamente semeou oportunidades de investimento, em maior ou menor medida aproveitadas pelas empresas. Ocorre, porém, que este crescimento resultou predomina-

mente, do aumento do número de trabalhadores ... Isso sugere que os trabalhadores diversificaram seu padrão de consumo, ingressado em massa no consumo dos duráveis mais acessíveis e desejados, através da aquisição grupal (familiar) dos novos bens. Indubitavelmente, não é disto que se fala quando se tem em mente a clássica revolução do consumo ocorrida nos Estados Unidos após a primeira Guerra Mundial, ou os fenômenos congêneres ocorridos na França e na Itália nos anos 50 e 60” (Castro, 1989).

A aula prosseguia com a discussão de dados regionais. Somente após toda a discussão dos dados, o professor apresentava a controvérsia da distribuição de renda dos anos 1960, mencionando as principais teses e recomendando um conjunto vasto de leitura: Tolipan e Tinel (1975), Langoni (1973), com especial recomendação para o artigo de Wells (1977) – e dava por encerrada a aula<sup>16</sup>.

### Conclusão

Buscamos aqui mostrar que Antonio Barros de Castro foi um economista do seu

14 O professor destacava ainda que os decis intermediários não eram propriamente o que nós alunos chamávamos de “classe média”, mas sim operários, por exemplo, do ABC paulista. O que chamávamos de “classe média” seriam os decis superiores. Castro também ressaltava problemas decorrentes da inflação, já que as rendas oscilavam ao longo do tempo: “A inflação mostra um quadro muito pior do que a realidade, porque é uma fotografia e as rendas oscilam.”

15 A discussão dos vieses anteriores é discutida por Langoni em diversos artigos. De acordo com o autor, na hora de organizar os dados entre 1960 e 1970 teria sido feito o seguinte processo: a) correção pela inflação (comparação de rendas monetárias). B) correção pela taxa acumulada de crescimento da renda real per capita no novo período (o país ficou, em média, mais rico). Esse ajuste era necessário porque se a correção não fosse feita, estaríamos deslocando artificialmente indivíduos para classes mais elevadas. A partir desse tratamento, seguia-se uma correção por processo estatístico para obter as rendas médias efetivas para classe de renda em 1960. Esse processo também era descrito pelo professor Castro.

16 Foge ao escopo desse artigo apresentar a controvérsia. Ver: Barone, Bastos e Mattos (2015). De forma muito resumida, destacamos aqui brevemente três posições. A primeira se resume na frase célebre do Ministro Delfim Netto: “É preciso primeiro crescer, para depois dividir o bolo”. Isto é, tornar, primeiro, escasso o fator mão de obra, de renda, ao elevar a propensão a poupar da economia (s), elevaria “g”. A tese oposta é a já vista de Furtado (1965).

tempo: usava dados, sem ser escravo do empirismo; buscava na teoria argumentos para a construção lógica das transformações econômicas; usava história para testar e calibrar suas convicções. Através do ensaio não publicado, buscamos mostrar também que Castro era um economista singular, dotado de um pensamento crítico construtivo, através do qual refinava argumentos e pensamentos. Mas, sobretudo, pretendemos defender que Castro era um economista à moda antiga, um grande professor, que inspirou e instigou seus alunos na busca de um projeto de desenvolvimento, um projeto de nação.

### Bibliografia:

BACHA, E. Belíndia 2.0: Fábulas e Ensaio sobre o País dos Contrastes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, (2012).

BARONE, R. S., BASTOS, P. P. Z., & MATTOS, F. A. M. D. (2015). A distribuição de renda durante o "milagre econômico" brasileiro: um balanço da controvérsia. *Texto Para Discussão, IE/Unicamp*, (251).

BAER, Werner, Isaac Kerstenetzky, and Annibal V. Villela. "As modificações no papel do Estado na economia brasileira." (1973).

CASTRO, Antonio Barros de. "Sete ensaios sobre a economia brasileira." Rio de Janeiro: Forense 2 (1969).

\_\_\_\_\_ (1989): Consumo de Massas e Retomada do Crescimento – Sugestões para uma estratégia. Seminário para Elaboração do Plano Estratégico do Banco do Brasil, Brasília. Uma síntese do artigo foi publicada em Novo Modelo de Crescimento para o País - o Papel do Banco do Brasil. Coordenação Geral do projeto, César Manoel de Medeiros.

\_\_\_\_\_ (1999). Antonio Barros de Castro. *Conversas com economistas brasileiros II*. Guido Mantega e José Marcio Rego (Ed.) São Paulo: Editora 34

\_\_\_\_\_ (2004): "Entrevista com Antonio Barros de Castro" em Vieira, Rosa Maria, and Carlos Eduardo Carvalho. "Dossiê: Desenvolvimentismo e Pensamento Estruturalista." *Pesquisa & Debate. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política* 15.2 (26).

CANITROT, Adolfo (1975). "La experiencia populista de redistribución de ingresos." *Desarrollo económico* (1975): 331-351.

LANGONI, C. (1973). *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.

FURTADO, Celso (1965). "Political obstacles to economic growth in Brazil." *International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944-)* 41.2 (1965): 252-266.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SOBRINHO, Alexandre José Barbosa Lima. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SCHUMPETER J.A., (1939). *The Theory of Innovation. Business Cycles; A Theoretical, Historical and Statistical Analysis of the Capitalist Process*. (84-150) New York: McGraw Hill.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TAYLOR, Lance, and Edmar L. BACHA, . "The unequalizing spiral: A first growth model for Belíndia." *The Quarterly Journal of Economics* (1976): 197-218.

TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (Org.) (1975). *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar.

WELLS, John. The diffusion of durables in Brazil and its implications for recent controversies concerning Brazilian development. *Cambridge Journal of Economics*, v. 1, n. 3, p. 259-279, 1977.

A ênfase é que a relação K/Y estaria se elevando, reduzindo o crescimento. Por fim, a terceira tese é a de Langoni (1973), para o qual piora da distribuição de renda seria resultado dos desníveis educacionais existentes no Brasil e da relação direta observada entre níveis de educação e de renda. Como os educados são um fator escasso, teria aumentado a demanda por esse tipo de trabalhador, piorando a distribuição de renda. Existem também na literatura trabalhos empíricos que negam que os desníveis educacionais verificados na renda pudessem explicar a magnitude das diferenças de renda.



# Carlos Vainer: compromisso acadêmico e ética insurgente

Luis Régis Coli<sup>1</sup>  
Soraya Silveira Simões<sup>1</sup>

O economista e sociólogo Carlos Vainer, atualmente professor titular aposentado e colaborador do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ), é alguém cuja trajetória se confunde com o próprio desenvolvimento do campo do Planejamento Urbano e Regional no Brasil. Ainda que isso muito signifique, sua história vai muito além. Suas contribuições acadêmicas, sua atuação institucional e engajamento político, ao longo de décadas, revelam um compromisso público raro, tanto ontem quanto hoje: “É em relação à minha geração que me situo para pensar e narrar minha trajetória intelectual e acadêmica, que foi, sempre, embora de maneiras diversas ao longo de minha vida, inseparável de meu engajamento político. [...] A ge-

ração constitui, indubitavelmente, o lugar social e intelectual a partir do qual e no qual me formei e caminhei intelectual e politicamente. Atuei no movimento estudantil; estive por um tempo na militância clandestina; por três vezes estive preso, tendo saído da última vez para o exílio. Retornei ao Brasil após a anistia, militei no Partido dos Trabalhadores, dele me desencantei, tendo-me afastado do ativismo partidário desde meados dos anos 1990. Todos estes eventos são datados historicamente e referidos à geração 68. E não deixa de ser com uma certa dose de orgulho que me reconheço e reivindico a condição de geração 68.”<sup>2</sup>

## Primeiros passos

Ao rememorar o início de sua

1 Professores do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ).

2 Todas as citações foram retiradas do Memorial submetido ao Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Titular em Planejamento Urbano e Regional do IPPUR-UFRJ, *Edital n. 28, de 15/06/2005*

trajetória, Vainer não tem dúvidas: “Não há como escapar: todas as vezes em que busco rememorar o espaço-tempo de meus primeiros exercícios intelectuais e dos primeiros momentos em que minha inteligência desperta para o pensamento crítico, me encontro no Colégio de Aplicação da Faculdade Nacional de Filosofia (CAP/ FNFi), da então Universidade do Brasil. [...] Ambiente intelectual, o CAP constituía também espaço de intenso debate político, sobretudo a partir de 1964. A instalação da ditadura militar e a repressão, que se abateu sobre alguns dos alunos e professores, ofereciam a muitos de nós o ingrediente que faltava para um início de engajamento político, no movimento secundarista.”

Em 1967 ingressou na Faculdade de Economia e Administração (FEA) da Universidade do Brasil e, nela, teve como objetivos principais o estudo e o engajamento no movimento estudantil. “Havia uma certa complementaridade: de um lado, continuava a ler os clássicos do marxismo-leninismo em grupos de leitura e estudos. De outro lado, a organização política de que me aproximei exigia que seus simpatizantes frequentassem as aulas assiduamente e fossem alunos de destaque. Mais que isso, devíamos transformar cada aula em um momento para despertar a consciência política dos colegas, desafiando incansavelmente a ‘ciência burguesa.’”

O ano de 1968, seu segundo ano como estudante, seria bem mais conturbado e fortemente marcado pela ação política: “Preso no Congresso da União Nacional dos Estudantes, em Ibiúna, fui rapidamente libertado; mas logo a seguir minha prisão (preventiva, se dizia à época) foi decretada e, a partir de então, a ilegalidade vai alterar profundamente minha vida. Continuei atuando no movimento estudantil, como vice-presidente da União Metropolitana dos Estudantes, frequentando várias universidades, mas para atividades políticas, não mais escolares. [...] O AI-5, o descenso do movimento estudantil, o recrudescimento da repressão, tudo isso, no início de 1969, vai empurrar-me, a mim e a muitos colegas e companheiros, para a luta clandestina contra a ditadura. Os anos de chumbo, para mim, foram os anos da clandestinidade e da prisão. Até que, em início de 1971, fui libertado e banido do país. Iniciavam-se os longos anos do exílio, no qual retomaria uma trajetória acadêmica que a clandestinidade e a prisão haviam interrompido.”

Instalado no Chile, presenciou o golpe contra Salvador Allende e mais uma vez precisou buscar refúgio. Após três meses no México, foi para a Bélgica e depois para a França, onde trabalhou como porteiro, professor de português e concluiu os estudos: “O golpe de 11 de setembro

de 1973, no Chile, nos levou a reformular as expectativas. Ele nos advertia de que a derrota era muito mais profunda do que jamais aceitáramos, o que significava que o exílio tenderia a se estender muito além do que havíamos imaginado. Uma vez protegido pela acolhida da embaixada do México, em Santiago do Chile, tomei a firme decisão de buscar refúgio na França, a fim de retomar os estudos. Cheguei a Paris no início de 1974.” Após finalizar sua graduação, em 1979 terminaria seu doutorado em *Développement Economique et Social - Option Développement Rural en Pays Sous-Développés. Université de Paris I - Panthéon/Sorbonne*.

Tomando como referência as “vias de desenvolvimento” compreendidas nas obras de Lênin, buscou iluminar aspectos fundamentais do avanço do capitalismo no Brasil: “Acredito ter podido encontrar novos nexos e chaves para o entendimento de nossas especificidades ao ter utilizado a noção de vias do desenvolvimento em minha investigação histórica sobre a produção agrícola e as relações de trabalho e produção no campo brasileiro. O escravidão, a transição para o trabalho livre, a conformação de um campesinato livre nas áreas de implantação de imigrantes no sul do país, as relações tradicionais no latifúndio e as transformações por que passaram no pós-guerra, a ocupação de fronteiras,

o conjunto destas dinâmicas, processos e etapas são examinadas para explicar as complementaridades e contradições – penso ainda hoje que de maneira bastante original e provocante – entre o processo de acumulação do capital e o desenvolvimento do capitalismo na agricultura.”<sup>3</sup> O ano de 1979 foi marcado pela aprovação da Lei da Anistia no Brasil, e Vainer, assim como muitos outros refugiados da ditadura militar no Brasil, retornaria ao país: “Enquanto ultimava a preparação de minha tese, avançava no Brasil o movimento pela anistia. Em 29 de junho 1979 defendi a tese. Em 28 de agosto foi aprovada a Lei de Anistia. Suspendi as negociações que vinha fazendo para conseguir um posto de assistente de meu orientador e comecei a organizar a volta. Em princípios de outubro de 1979, embarquei, com minha companheira Sonia e meu filho Paulo, nascido em Paris. Era o fim do exílio. Saíra banido e voltava doutor. Com a anistia, no entanto, minha vida era, uma vez mais, revolucionada por movimentos e rupturas históricas. A grande diferença é que, desta vez, eu iria poder empacotar minhas coisas com calma e não perderia, uma vez mais, os livros.”

### No IPPUR-UFRJ

O ingresso, poucos meses de-

3 Desta tese de doutorado foi traduzido e publicado apenas um capítulo, com o título “Do Corpo Marcado ao Território Demarcado”, Centro de Estudos Migratórios, 2000.

pois, como Professor Visitante no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRJ, seria o início de uma longa história de atuação na Universidade, que dura até o presente e se estenderia para muito além do IPPUR. Em um Instituto que tem como preocupações centrais a cidade e a região, Vainer direcionou seus primeiros esforços para as pesquisas no âmbito da questão migratória, o que, depois de algum tempo, lhe permitiu levar adiante importante projeto apoiado pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep): “Com o apoio da Finep, que se renovou ao longo dos anos 1980, pude lançar-me a uma pesquisa de fôlego, de caráter histórico, sobre o sentido, eficácia, formas, ideologias e retóricas que marcaram, desde o fim do tráfico de escravizados, as concepções e ações do estado brasileiro voltadas para gerar, direcionar, favorecer ou bloquear deslocamentos espaciais de população. Nesta pesquisa, pude visitar e aprofundar a pesquisa anteriormente feita sobre a imigração estrangeira e o papel do Estado no processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Com a ajuda de mestrandos e pesquisadores que integraram a equipe de pesquisa, pudemos explorar as múltiplas dimensões – demográfica, econômica, política e ideológica – da questão migratória ao longo do período estudado. Pude também avançar na identificação e

estudo das diferentes razões de estado – razão econômica, razão nacional, razão racial – que, de maneira convergente ou contraditória, informaram a elaboração e implementação de políticas migratórias.” Várias foram as dissertações de mestrado orientadas e muitas as publicações, tendo Vainer coordenado o Grupo de Trabalho sobre Migrações da ABEP (Associação Brasileira de Estudos Populacionais).

A década de 1980 também marcaria o início de uma parceria que se renova até os dias atuais, estabelecida com o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), e que articula atividades de pesquisa, ensino, extensão e assessoria técnica: “Por volta de 1986, ouvi de colegas que estudavam conflitos sociais no campo referências à luta de populações que seriam deslocadas compulsoriamente para dar lugar à implantação de grandes barragens hidrelétricas na bacia do rio Uruguai. Minhas curiosidades e preocupações teóricas tinham, tudo indicava, um campo de pesquisa empírica possível. Em 1987, após minha primeira visita a Erechim, capital da CRAB (Comissão Regional dos Atingidos da Barragem do Alto Uruguai), hoje, MAB-SUL (Movimento de Atingidos por Barragens-Sul), tinha a convicção de que, de fato, encontrava-se ali um campo fértil para o tratamento de muitas das questões que tinha em mente.” Os conflitos

gerados pela implementação de projetos hidrelétricos deram fruto a uma grande variedade de pesquisas, dissertações e teses, no âmbito da linha Setor Elétrico, Território, Meio Ambiente e Conflito Social (SET-MACS), por ele coordenada, assim como a Assessoria Técnica e Educacional a Movimentos de Atingidos por Barragens (ATE-MAB) que, em colaboração com o MAB-Sul, concebeu, elaborou e implementou uma metodologia de planejamento participativo, experimentada nas áreas de influência das barragens de Ita e Machadinho: “A elaboração do Plano de Recuperação e Desenvolvimento Econômico e Social das Comunidades Atingidas pelas Barragens de Ita e Machadinho (PLANDESCA) envolveu 7 estudantes, em 2001. Por quase um mês, morando nas comunidades, desenvolveram uma pesquisa de campo sobre as condições de vida da população atingida.”<sup>4</sup>

Também como parte desse trabalho de assessoria, Vainer se envolveu na organização do I Encontro Internacional de Atingidos por Barragens (ocorrido em Curitiba, 1997), que abriu um amplo e rico canal de comunicação tanto com movimentos de atingidos por barragens de vários países, quanto com pesquisadores das mais diversas áreas disciplinares – ecologia, ciências políticas, geografia, antropologia

etc: “No ano seguinte, quando, com o apoio do Banco Mundial, se constitui a World Commission on Dams, pude integrar o *International Committee on Dams, Rivers and People*, que acompanhou de perto os trabalhos da comissão.”

Cabe mencionar, ainda na esfera da ação pública, a consultoria prestada à Eletrobrás, de 2003 a 2004, na área de impactos sociais de grandes empreendimentos do Setor Elétrico e desenvolvimento local/regional de áreas impactadas: “Pela primeira vez aceitava engajar-me numa experiência deste tipo, pois sempre busquei manter total independência de agências governamentais diretamente ou indiretamente associadas ao planejamento territorial. Ao mesmo tempo, confesso que a posse de um novo governo e a liberdade de trabalho prometida pelo Prof. Luiz Pinguelli Rosa, então presidente da Eletrobrás, bem como o apoio do próprio MAB, estimularam-me a aceitar o desafio (e, felizmente, não me arrependo). Na Eletrobrás, não obstante alguns desentendimentos e muitos mal-entendidos, tive a satisfação de ver que a metodologia do PLANDESCA transformada em ponto de pauta do MAB em suas negociações com o Governo empossado em 2002 transformou-se em política governa-

4 Esta experiência deu origem a um artigo e foi o 1º colocado no Prêmio FUJB de Extensão Universitária – II Congresso de Extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trabalho Premiado: PLANDESCA – Plano de Recuperação e Desenvolvimento Econômico e Social das Comunidades Atingidas pelas Barragens de Ita e Machadinho. Ocorrido nos dias 3 a 5 de outubro de 2001.

mental, com base em texto preparado por mim, quando a Diretoria da Eletrobrás aprovou o Programa de Desenvolvimento Econômico e Social das Comunidades Atingidas por Empreendimentos Elétricos (PRODESCA). O circuito pesquisa científica-acadêmica, ensino, extensão universitária, participação democrática, políticas públicas realiza-se plenamente neste caso – o que, infelizmente, é um caso raro.”

Relacionado às linhas de pesquisa do IPPUR “Planejamento, Meio Ambiente e Tecnologia” e “Planejamento, Território e Desenvolvimento Regional”, foram inúmeros os trabalhos publicados no Brasil e no exterior. Vainer foi convidado a representar a comunidade acadêmica no *Dams and Development Forum*, do *United Nations Environment Programme* e integrou a Comissão Especial sobre Violações de Direitos dos Atingidos por Barragens, da Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana<sup>5</sup>.

No início dos anos 1990, ainda que familiarizado com os debates que se davam em torno da questão urbana, Vainer não se considerava um pesquisador do tema. O que veio a seguir, entretanto, daria a ele inserção definitiva nas pesquisas em planejamento urbano,

tendo como resultado a produção de um pequeno texto, hoje um verdadeiro clássico da área: *Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano*. “A questão urbana foi atrás de mim quando, em outubro de 1994, no exercício de meu segundo mandato de Diretor do IPPUR, recebi do Prefeito da Cidade convite para integrar e comparecer à cerimônia solene de instauração do Conselho da Cidade – Conselho do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. Meio confuso e sem saber o que fazer, e apesar da desconfiança, compareci ao evento (em 30 de outubro de 1994) para tomar conhecimento de que, com a assessoria de consultores catalães, se iniciava a elaboração de um plano estratégico para nossa cidade. Durante um ano, acompanhei o processo deflagrado, por acreditar que havia ali algo de novo que emergia na forma pela qual a cidade passava a ser pensada e planejada. Comecei a perseguir o tema, seja na literatura sobre cidade, seja na literatura de administração empresarial – *business* –, de onde os conceitos, concepções e modelos do planejamento estratégico urbano haviam sido importados. Fascinado pela evidência de que o transplante de modelos empresariais para o tratamento da cidade conduz a pensar e tratar a cidade,

5 Em 2018, Vainer foi convidado e passou a integrar o Grupo de Trabalho Barragens, Mineração e Direitos Humanos, do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos. Também neste ano foi convidado a ser um dos relatores da Plataforma DHESCA - Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, na temática de mineração, grandes projetos e remoções forçadas.

simultaneamente, como empresa, mercadoria e pátria, comecei a oferecer cursos que escrutinavam a literatura a esse respeito. Ao ampliar a revisão da literatura, deixo-me conta de que não estava diante de mais um factóide de nosso criativo Prefeito, mas diante de um novo e complexo modelo emergente de planejamento urbano, que já havia conquistado várias cidades nos países centrais e se deslocava agora para conquistar a periferia. O Rio de Janeiro, primeira cidade a dotar-se de um plano estratégico na América Latina, como se jactava o Secretário de Urbanismo, não era senão vitrine e plataforma a partir da qual o modelo viria a ser difundido para o Brasil e América Latina.”

### Engajamento institucional

Nesse período de imersão nos estudos sobre o chamado Planejamento Estratégico, a biblioteca do Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (COPPEAD) tornou-se destino obrigatório para a leitura da *Harvard Business Review* e do que preconizavam os arautos do pensamento neoliberal. A literatura apologética sobre o tema era farta, em contraste com a escassez da bibliografia crítica, o que exigia uma discussão consequente, no IPPUR, que resultasse em novas disciplinas no curso de mestrado e em um novo curso de especialização. A Especialização em *Política Pública e Planejamento Urbano*,

criada em 1987, segue, até hoje, como um dos mais procurados por profissionais e jovens graduados ingressantes no IPPUR. Em meio ao amadurecimento da crítica formulada ao tratamento das cidades como mercadoria, o curso de doutorado em Planejamento Urbano e Regional foi iniciado, em 1993.

Porém, para que os novos cursos pudessem ser estruturados no âmbito do Instituto, o professor Carlos Vainer dedicou-se à estruturação da Biblioteca do IPPUR, no início da década de 1980, e, como membro destacado para representar a biblioteca do Instituto naquele então, participou do processo de criação do Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI) da UFRJ.

Essa experiência com a organização de acervos teria consequências muito mais abrangentes no âmbito da UFRJ em outros momentos de sua trajetória, inclusive os mais recentes. Vainer liderou a criação e coordenou a Comissão da Memória e Verdade da UFRJ (CMV-UFRJ), de 2012 a 2019, e, à frente do Fórum de Ciência e Cultura (FCC) – para onde foi convidado, em 2012, tendo permanecido como Coordenador do FCC durante a gestão dos Reitores Carlos Levi e Roberto Leher – coordenou o *Seminário Você Faz Cultura* (2012), que aprovou a proposta de Política Cultural, Artística e de Difusão Científico-Cultu-

ral, homologada pelo Conselho Universitário em 28 de agosto de 2014. Com isso, a UFRJ tornou-se a primeira universidade brasileira a aprovar uma política específica desta natureza<sup>6</sup>. Em seguida, coordenou a Primeira Conferência Interuniversitária de Cultura do Rio de Janeiro, no âmbito da Conferência Nacional de Cultura, e liderou a criação do Fórum Interuniversitário de Cultura do Rio de Janeiro, o qual também coordenou. Nesta época, integrou, ainda, o Conselho Municipal de Cultura como representante das instituições de ensino superior.

Foram muitas as iniciativas desse tipo enquanto foi Coordenador do Fórum de Ciência e Cultura (2012-2018), dentre as quais destacamos as três propostas de criação de novos órgãos ligados ao FCC: o Núcleo de Rádio e TV; o Sistema de Museus, Acervos e Patrimônio; e a Universidade da Cidadania. A criação de todos esses órgãos foi aprovada pelo Conselho Diretor do FCC e pelo Conselho Universitário, através da Resolução n. 4, de 28 de julho de 2018, após alguns anos de intensa interlocução com a comunidade universitária e com os movimentos sociais, que passaram a ter voz e voto em um órgão da UFRJ: a Universidade da Cidadania – hoje, UC Resiste.

A criação da Universidade da Cidadania talvez tenha sido o projeto mais ousado de sua trajetória na Coordenação do Fórum de Ciência e Cultura por ter envolvido dezenas de grupos acadêmicos da UFRJ e de outras universidades, mas, sobretudo, movimentos sociais, grupos culturais, sindicatos, coletivos de direitos humanos, ONGs, numa experiência pioneira de criação de um espaço voltado para o diálogo de saberes acadêmicos e saberes populares.

Carlos Vainer é reconhecido pela sua atuação em prol da democratização da universidade e nas ações consequentes de construção institucional (*institutional building*). Os exemplos são muitos, além dos aqui já mencionados: construção da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), fundada em 1983 (mesmo ano em que se dedicava à estruturação da Biblioteca do IPPUR), associação da qual foi Secretário Executivo e Presidente; criação, em 2010, e coordenação do Programa de Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social (GPDES/IPPUR-UFRJ); e participação na fundação da Associação Nacional de Ensino e Pesquisa no Campo de Públicas (ANEPCP). “No momento em que a desmoralização do Estado e, através dele, da esfera pública oferece os mais for-

6 Em janeiro de 2018 o Conselho Universitário aprovou a Política Cultural, Artística e de Difusão Científico-Cultural – Plano de Trabalho 2017-2019.



tes argumentos para o discurso neoliberal, é necessário que a universidade pública se engaje claramente a favor da defesa de um estado republicano e democrático. Ora, nos últimos anos, junto com a desmontagem ou fragilização da organização da administração pública, assistimos a um correlato desaparecimento dos cursos que deveriam estar formando quadros profissionais para esta esfera. A multiplicação de MBAs e a transformação dos cursos de graduação em cursos de *business* chamam a atenção para a necessidade de um engajamento universitário para formar administradores públicos, dotados de formação pluridisciplinar e educados, no sentido pleno da palavra, numa perspectiva efetivamente republicana. O Curso de Graduação em Gestão Pública e Desenvolvimento, com uma forte ênfase na área do planejamento urbano e do desenvolvimento municipal, mas além de preencher uma evidente lacuna, abre novos e desafiantes campos de experimentação.”

Como se vê, alguém que se reivindica Geração 68 faz de cada passo uma história e, nela, de maneira indiscutível, vê-se a trajetória de uma geração brutalmente atravessada pelo Estado e que transformou essa experiência em uma práxis marcada pela coerência em todo tempo, a todo tempo. Pela sua coerência e por seus múltiplos compromissos e engajamentos, a ética insurgente de Carlos Vainer constitui um

patrimônio do IPPUR e da UFRJ, um exemplo e uma inspiração para nossos estudantes e para a nova geração de docentes que dá continuidade ao trabalho a que ele tem dedicado sua vida.

# Luiz Alberto Moniz Bandeira: um intelectual do Brasil Gigante e Altivo

Leonardo Valente<sup>1</sup>

Luiz Alberto Moniz Bandeira foi um dos intelectuais contemporâneos que mais lutou, tanto no *front* acadêmico e científico, quanto no político, por um Brasil que se assumisse como gigante e altivo, para que, com isso, pudesse finalmente se tornar desenvolvido, justo e protagonista no cenário internacional, um formulador de agendas, e não apenas um país em busca de alinhamentos assimétricos. Sua morte, em 2017, representou uma perda ainda não reparada para o “progressismo brasileiro”, especialmente para sua ala, que defende um papel mais relevante do país no mundo como fator *sine qua non* para superação de suas desigualdades e seu atraso históricos.

Professor, pesquisador e escritor, Moniz Bandeira nunca se rendeu a modismos intelectuais, e suas obras são uma combinação rara de texto de um excelente historiador com a percepção de

um apurado analista de geopolítica. Fazia parte de um seleto grupo de pensadores, entre os quais estavam Hélio Jaguaribe, Samuel Pinheiro Guimarães, Celso Amorim e Williams Gonçalves, que acredita que, pelas condicionantes estruturais do Brasil (tamanho, população, potencial econômico e recursos naturais), o país não tem condições para ser médio desenvolvido: ou é um dos protagonistas, ou é um caso de fracasso. Trata-se de pensamento oposto ao de pensadores brasileiros de tradição idealista-liberal, tradicionalmente defensores da tese de que o Brasil deve ocupar uma posição mediana que não desperte incômodo ou desconfiança entre as grandes potências, para que possa, dessa forma, garantir seu desenvolvimento. Moniz Bandeira acreditava no Brasil potência, mas uma potência integracionista e com dois grandes focos de atenção: um deles no país vizinho Argentina e outro nos Estados Unidos. O primeiro, convertido de

<sup>1</sup> Professor de Relações Internacionais e Geopolítica, Diretor do Instituto de Relações Internacionais e Defesa (IRID), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

rival histórico a grande parceiro geopolítico, com o qual se formaria o principal eixo de integração sul-americana; o segundo, a grande potência do sistema internacional com a qual o Brasil deveria manter uma relação horizontal e pragmática, voltada para seus interesses e para a implosão de antigos conceitos geopolíticos norte-americanos de áreas de influência.

Argentina e Estados Unidos foram os principais objetos de pesquisa da extensa obra de Moniz Bandeira, infelizmente ainda não tratada com o devido valor nas escolas brasileiras de Relações Internacionais. Vencedor do Prêmio Jabuti, o maior da literatura brasileira de ficção e não ficção, foi um dos poucos pesquisadores a compreender as relações profundas entre o Brasil e os EUA, a divulgar que elas vão muito além de questões conjunturais e históricas, e que existe uma ferida estrutural e estratégica entre as duas nações, que um dia precisará ser resolvida. O desafio do Brasil, dizia ele, será se impor aos EUA como país realmente soberano e desfazer de forma definitiva a doutrina de que, no continente americano, não há espaço para uma segunda potência. Duas obras dele se destacam nesse tema: *Brasil Argentina e Estados Unidos: da Tríplice Aliança ao Mercosul (1870-2003)*, publicada pela editora Revan em 2003, e *Formação do Império Americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque*, lançada em 2005 pela Civilização Brasileira.

Os dois livros são complementares. O primeiro, uma das obras documentais mais completas sobre a atuação dos Estados Unidos no Cone Sul, e o segundo, um dos poucos livros sobre formação dos Estados Unidos e sua presença no mundo a partir de um olhar estratégico brasileiro.

Seu último livro, *A desordem mundial*, publicado em 2016 pela Civilização Brasileira, também entrou para o hall de suas principais contribuições. Sem dúvida, trata-se de uma das mais importantes produções intelectuais recentes para se entender os tempos turbulentos que chacoalhavam e ainda chacoalham o tabuleiro do poder entre as nações. Moniz Bandeira previu com muita acuidade o acirramento das disputas entre Estados Unidos e China, a segunda com apoio da Rússia, pela hegemonia. Não apostou em um mundo com novas lideranças, mas em um sistema marcado pelo caos, pela indefinição e pelos riscos de crises e guerras, tanto as híbridas, quanto as convencionais. De maneira didática, mas sem perder a densidade, conseguiu ordenar um sem-fim de fatos históricos até então carentes do devido tratamento conceitual, sempre com fundamentação relevante, para o entendimento de um sistema internacional em franco e perigoso processo de desestruturação. Moniz Bandeira mostra, ainda, que os Estados

Unidos não tinham mais a capacidade de manter a estabilidade internacional e que sua liderança, apesar de presente, já dava claros sinais de deterioração. O que hoje se vê de forma muito mais clara foi antecipado por ele com ênfase, em um tempo em que as nuvens densas dos acontecimentos ainda encobriam o entendimento sobre o que acontecia.

A partir de suas pesquisas históricas e conclusões analíticas sobre o passado e presente, era um pesquisador que não tinha medo das análises prospectivas do futuro, pois acreditava que estas eram de enorme importância para o planejamento do Brasil como nação. Segundo ele, a nova ordem de transição pós hegemonia norte-americana, ainda com grande preponderância dos Estados Unidos, será “a ordem marcada pela desordem”, pelo menos por parte relevante deste século.

Em meio a uma Europa, continente cuja própria unidade se encontra ameaçada, a uma Síria assolada por uma das mais cruéis guerras que perdurou até pouco tempo, a um preocupante crescimento das extremas-direitas em todo o mundo, ao terrorismo internacional e a ex-repúblicas soviéticas convertidas em alvo de perigosa disputa geopolítica entre Washington e Moscou, Moniz Bandeira conseguiu, em seus últimos anos de vida, estabelecer nexos estruturais e

relações causais sofisticadas, que ajudam a compreender o mundo para além da visão dominante anglo-saxã, tradicionalmente defensora da hegemonia norte-americana. O autor também alerta para outros fatos, muito mencionado no pós 11 de Setembro, no momento em que lançou seu último livro, pouco analisado nos círculos intelectuais, mas que se confirmou de maneira inequívoca com a eleição de Donald Trump: os de que a mais importante democracia do mundo, conhecida por tentar espalhar seu regime, continua a ver suas liberdades declinarem a passos largos; e que isso contribui acentuadamente para o colapso da ordem internacional. Uma superpotência inconformada com a ascensão de nações rivais que escapam ao seu controle e que, para fazê-las recuar na disputa pelo poder, é capaz, inclusive, de sacrificar parte das liberdades individuais que a tornou tão sedutora e admirada, como fez não apenas com Trump, mas durante o governo de George W. Bush e sua doutrina conhecida como Guerra ao Terror.

Posicionar o Brasil no meio desse caos era seu objetivo maior. Integracionista convicto, tinha a certeza de que o desenvolvimento da América do Sul só será possível por meio da formação de um bloco político e econômico coeso e que, para isso, uma profunda parceria com a Argentina é requisito fundamental. Moniz Bandeira defendia um Mercosul que se amplias-

se para a toda a América do Sul por meio de integração física e logística. Sabia que a criação de instituições regionais fortes, que promovessem ações integradoras entre os países, como estradas, usinas elétricas e redes de energia comuns, fortaleceria o bloco e dificultaria reversões no processo de integração fomentadas por setores internos e externos contrários ao bloco.

Crítico feroz do golpe contra a Presidente Dilma Rousseff – assim considerava e chamava sua saída do governo –, não teve medo de estabelecer com densidade as relações entre as conjunturas interna e externa que levaram o Brasil à crise. Erros na política doméstica e conflitos latentes entre grupos distintos e com aliados diferentes no mundo, além de uma enorme miopia dos países em perceber que seu crescente protagonismo internacional, incomodaram grandes atores e foram, a seu ver, os principais componentes da derrocada brasileira.

Moniz Bandeira alertou para o fato de que o combate à corrupção se tornou tendência mundial, atingiu países tão distintos quanto Argentina, África do Sul e Coreia do Sul e, com mesmo *modus operandi* entre eles, um enorme protagonismo das polícias nacionais, do Judiciário e do que por aqui convencionou-se chamar de “delações premiadas”. Tais ideias na época pareciam teorias da conspiração, mas, pouco tempo após sua morte, começaram a ser comprovadas em vazamentos de informações. Sua

apurada capacidade de análise sistêmica o fez ver relações entre as manifestações na Ucrânia, a Primavera Árabe, a crise política sul-africana e as quedas das presidentes sul-coreana e brasileira. Essas relações farão, segundo o autor, partes dos livros de história daqui a algumas décadas.

Baiano de Salvador, nascido em 1935 em berço de família tradicional baiana com origem em Portugal, os Garcia d'Ávila, mudou-se aos 19 anos para o Rio de Janeiro, onde formou-se em Direito e trabalhou como jornalista em jornais importantes como o *Correio da Manhã* e o *Diário de Notícias*. Concluiu o doutorado em Ciências Políticas pela Universidade de São Paulo (USP) em 1961, no auge de sua militância política. Filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), foi um dos organizadores da corrente que ficou conhecida como Política Operária (Polop). Após o golpe militar de 1964, asilou-se no Uruguai, acompanhando o presidente João Goulart. Retornou ao Brasil poucos anos depois de forma clandestina e foi preso pelo regime durante dois anos no início da década de 1970. O autor tem um longo histórico de pesquisa e aulas em diversas instituições e chegou a ser indicado pela União Brasileira de Escritores (UBE) ao Prêmio Nobel de Literatura, em 2015, por sua contribuição intelectual para o

Brasil.

Escreveu por quase toda a vida e costumava dizer que os livros são como tanques de guerra, as principais armas dos intelectuais. Sempre rechaçou de forma ferrenha o apego acrítico às teorias políticas internacionais. Para ele, teoria que aparentemente não cheirava, mas, na verdade, fedia, pois a neutralidade seria só uma utopia e, na maior parte dos casos, um exercício de notória má-fé.

O estudo das teorias das Relações Internacionais, predominantemente anglo-saxãs, sem um forte componente reflexivo a partir de realidades locais e nacionais, seria, em sua visão, um cavalo de Troia para países de periferia, cristalizando a hegemonia dos ricos e a irrelevância dos pobres. Suas ideias sobre esse tema até hoje influenciam de forma direta o Instituto de Relações Internacionais de Defesa (IRID), que se apresenta como um instituto voltado para a pesquisa do Sul Global, para o entendimento das relações entre centro e periferia do sistema internacional e para a análise e desenvolvimento de teorias que dialoguem e, ao mesmo tempo, sejam complemento e contraponto às teorias tradicionais das Relações Internacionais. Moniz Bandeira partiu, mas seus livros-tanques permanecem, assim como seu legado.

# Muniz Sodré: Radicalmente Baiano

Laura Asbeg  
Isabelle Marie  
Isabela Coimbra  
João Pedro Abdo  
Jade Seiblitiz

Em maio do ano passado, em meio a tantas perdas, fomos todos pegos de surpresa quando foi dada a notícia de que seria internado, em razão de complicações relacionadas à Covid-19, o Professor Emérito da Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Muniz Sodré. Durante esse período, o Professor recebeu diversas demonstrações afetuosas, entre elas um livro-homenagem *Muniz Sodré: homenagem à vida e ao amor*, organizado por Zilda Martins, Marcello Gabbay e Julie Raika Moisés, lançado em 2020 e que compila depoimentos de várias personalidades sobre Muniz. Todas essas iniciativas serviram para evidenciar o quão querido e admirado é Muniz, dentro e fora da ECO. Em entrevista concedida aos colaboradores discentes da Revista Versus, o Professor contou como foi receber tamanha demonstração de afeto naquele momento tão sensível de sua vida.

## A egrégora força de Muniz

Muniz explica que, após 43 dias no hospital e duas entubações, a experiência com a doença mostrou que o acaso, mas também a forma física, podem influir sobre o processo: “vi jovens, pessoas que conhecia, morrerem”, afirma. O Professor, que é faixa preta no karatê e mestre de capoeira, acrescenta que nunca foi uma pessoa sedentária e que, no entanto, a corrente de orações e pedidos feitos por alunos e amigos, bem como a competência e assistência das enfermeiras e dos médicos foram decisivas para sua recuperação.

Em entrevista ao jornal *O Globo*, publicada em 12 de junho de 2020, enquanto ainda estava no hospital, Muniz relatou a experiência de internação pela Covid-19 aos 78 anos, destacando a vontade coletiva para que melhorasse: “nunca pensei que tivesse tantos amigos. Os alunos da

ECO foram de uma solicitude. Eles, amigos e professores, se mobilizaram com cuidados, eram tantas mensagens. [...] Foram criadas redes de oração. Todo dia na igreja do Largo do Machado, às 19 horas, tem uma missa virtual voltada para mim”.

A comoção que se estabeleceu em seu entorno, segundo perspectiva do próprio Muniz, está ligada à ideia de que a vida não seria somente um fato biológico, mas do ponto de vista psicossocial, de como você a recebe: “a vida é uma doação do comum”, uma doação que os outros fazem, que a comunidade faz. A solidariedade, o cooperativismo e o desejo coletivo pela vida do Professor foram a expressão, nesse sentido, de doação do comum e da força da comunidade: “foi um comum que se constituiu de amigos, alunos, leitores [...] para quem acredita, se chama ‘*égrégora*’ que quer dizer a força da comunidade”, relata. Muniz atribui a essa força sua recuperação, exprimindo sua gratificação: “eu não sabia que tanta gente estava partilhando a minha experiência”.

Confessa, ainda, que passou por momentos duros e de muita angústia, chegando a ter alucinações por conta dos remédios e, depois, quando precisou fazer, por um mês e meio, o tratamento de hemodiálise. O quadro de Muniz, hoje, é excelente: “estou muito bem agora,

voltei a fazer karatê online, até a segunda dose da vacina”, brinca. Queixa-se, apenas, da “fadiga do Zoom”, o cansaço provocado pelo excesso do uso da ferramenta “Zoom”, de reuniões na web, já que quase todos os dias realiza aulas, conferências e entrevistas pela plataforma. Encerra reiterando: “a comunidade comum me doou a vida, acrescentou o social ao biológico”.

### O Cabeça de Capoeira

Para alguém como Muniz, pouco convencional, se pode esperar o mesmo percurso singular quando se olha para sua trajetória. Ele se descreve como “um nerd diferente, que gosta de lutas”. Começou a trabalhar aos 14 anos no *Jornal da Bahia* que, de acordo com ele, foi sua primeira formação, considerada como a sua verdadeira universidade. Mesmo trabalhando com afinco, foi aprovado no vestibular em terceiro lugar para o curso de Direito, na Universidade Federal da Bahia. Ele se formou e chegou a ter, até, a carteira da ordem. No entanto, seu interesse floresceu para a sociologia e filosofia, que circundavam o curso. Além de seu olhar ter se voltado também para outros assuntos, como economia e jornalismo.

Com a chegada de tempos difíceis, passou a ser perseguido pela ditadura por fazer parte de um jornal com viés de esquerda. Então, ele se mudou para o Rio de Janeiro em busca de uma vida melhor e para tentar



a sorte, como ele mesmo afirma. Um grande destaque que tinha era o aprendizado autodidata de línguas estrangeiras, como inglês, francês, alemão, espanhol, italiano e um pouco de russo e árabe, abrindo portas para trabalhar no *Jornal do Brasil*.

Em questão de tempo, ganhou uma bolsa para cursar o mestrado na França, em Jornalismo, também sendo justificada pela facilidade em aprender francês, com um pouco de sotaque baiano. Ao retornar, com um mestrado em comunicação, viu o nascimento da Escola de Comunicação da UFRJ, que era o antigo curso de jornalismo da Faculdade de Filosofia. Um curso totalmente desprezado por ser novo e que tinha uma grande vantagem por não ser tão vigiado pelo regime ditatorial quanto os cursos de sociologia e filosofia.

“Meu percurso é multifacetado e pluridisciplinar. Eu me considero uma pessoa plural. Eu sou mais horizontal, porque gosto de muitas coisas ao mesmo tempo. Então, minha visão é pluridisciplinar porque gosto de línguas, filosofia, sociologia, antropologia e música”, relata o Professor.

E, assim, encaminham-se quase uma centena de livros e artigos, como um pensador prático. O seu gosto diversificado pelas mais diversas atividades que realiza, pode ser justificado por genética também diversificada, como um retrato do povo brasileiro. Pelo lado materno, o avô desce de índios Tupinambás, do ramo dos

Abatirás, do Recôncavo Baiano; e, a avó, de ciganos. Já pelo lado paterno, sua avó era negra, filha de pessoas escravizadas.

“Fui capoeirista e esse feito é metáfora da minha formação, porque a capoeira é uma coisa muito brasileira e, aparentemente, você briga dançando. Quem joga capoeira sabe, que ela é dança em uma hora; e, em outra, pode ser uma briga danada. Eu tenho uma cabeça de capoeira que sabe dançar em coisas diferentes, mas sempre ligadas à esfera do conhecimento”, sintetiza Muniz.

Em uma vista panorâmica sobre a sua vida acadêmica, celebra as instituições públicas de qualidade. Afinal, foram os meios pelos quais ele teve acesso à educação, já que não poderia custear seus estudos. E na contemporaneidade, tornou-se Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Professor Emérito da UFRJ.

Descreve-se como um “universitarista convicto da universidade pública”, exercendo com muita energia seu papel na UFRJ, acompanhando o cotidiano da universidade, reunindo-se na reitoria para discutir pontos de melhora e, principalmente, defendendo a pesquisa no país. Ainda se orgulha em falar do destaque que a UFRJ teve na avaliação de universidades na América Latina e no Brasil.

### As transformações na paisagem

## universitária e as políticas de democratização do ensino

Muniz Sodré se autodenomina um “defensor irrestrito da política de cotas”. Ao relatar sua trajetória na UFRJ, principalmente na Escola de Comunicação, o Professor enfatizou as profundas mudanças na paisagem universitária e na mentalidade da direção da universidade.

Já com um mestrado em Sociologia da Informação e Comunicação, pela Université de Paris IV, Paris-Sorbonne, em 1967, Sodré entrou na UFRJ como docente da então recém-criada Escola de Comunicação, em pleno regime militar: “eu poderia ter entrado na sociologia, feito esse percurso na antropologia, na filosofia, mas eram áreas muito vigiadas pelos militares, a Faculdade de Filosofia era a faculdade mais vigiada da UFRJ”, afirma. Segundo Sodré, a Escola de Comunicação era um ambiente menos vigiado porque à época nem os militares e nem a própria Universidade sabiam direito o que era a comunicação.

Diante disso, a primeira grande mudança na paisagem universitária vivenciada por Muniz foi a transição do regime militar para o regime democrático e a ampliação da Escola de Comunicação, que quando criada já não se tratava mais do antigo curso de jornalismo. “Hoje, a Escola de Comunicação se firmou na

universidade, bem como a comunicação como objeto teórico. É um objeto tanto teórico como um objeto prático do século XXI”, relata.

Uma segunda grande mudança exposta pelo Professor foi a democratização dos espaços de direção da universidade, através da ampliação da ocupação desses cargos por docentes de outros cursos. “Com isso, as coisas na universidade foram se modificando, mudou um pouco a mentalidade da direção da universidade, que sempre foi, digamos, uma oligarquia de certas áreas. Quando eu entrei na universidade, o Reitor era da área de direito e a direção se focalizava muito entre as áreas de direito, medicina e engenharia”, expõe.

Apesar dos avanços, Muniz relembra que “a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a maior do país, ainda com os setores fechados e reacionários, principalmente na área tecnológica e técnica, foi uma das últimas a acolher a diversidade racial das cotas”, ressaltando o pioneirismo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde foi Professor visitante durante 4 (quatro) anos, depois que se aposentou na UFRJ. De acordo com o escritor, a UERJ “é uma grande experiência democrática” e “tem uma abertura para os menos favorecidos na vida, que são negros, mestiços”.

Já tendo ocupado cargos no primeiro e no segundo mandato do governo Lula, respectivamente como membro do Conselho

de Desenvolvimento Econômico e Social e presidente, com uma gestão exitosa, da Biblioteca Nacional, Muniz considera a política de cotas, a qual sempre foi um apoiador, “o grande avanço do governo Lula e da sociedade brasileira”. “[...] Eu não acho tão linda e bonita a hipótese das cotas, eu acho somente necessária. Não é bonito esteticamente, mas a meritocracia pura não seria a melhor opção, definitivamente”, pondera. A política de cotas, portanto, é, para o Professor, a responsável pela grande transformação da paisagem humana das universidades. Sodré ainda ressalta a importância de, em 2012, o Supremo Tribunal Federal ter sacramentado a política democratização do ensino através das cotas raciais.

“Quando ia ministrar palestras no Nordeste, eu via, de repente, os públicos se colorizarem. Ao invés de serem colonizados, estão sendo colorizados. Mestiços, negros, brancos, era o público que eu via. Aqui, no Rio de Janeiro, vi se formar coletivos de jovens intelectuais negros, onde, às vezes, eu vou falar. Vi se formar um novo tipo de intelectualidade, onde está emergindo a maioria de mulheres notáveis, estudiosas, produtivas, trabalhando em ONGs, escrevendo livros, textos, argumentando. Isso me enche de orgulho, isso me enche os pulmões”, enaltece o Professor.

A questão racial se encontra muito presente nas obras de Muniz Sodré, as quais se dividem entre mídia, abordando questões

de mídia e comunicação, e em cultura nacional. Alguns dos principais livros que versam sobre esta segunda temática são *Claros e Escuros*, que é um livro sobre identidade nacional e racismo; *A Verdade Seduzida*, um livro sobre cultura brasileira, com a pregnância de negros; *Samba, o dono do corpo*, sobre cultura negra, e, até mesmo, seu livro de Filosofia *stricto sensu*, publicado há 2 anos, *Pensar Nagô*, que, para grande surpresa do Professor, está na quinta edição. “Considero um livro difícil, mas as pessoas leem e me convidam muito para falar desse livro”, diz.

“Minha entrada na questão racial não se deve ao fato de eu me identificar como negro; e eu me identifico como negro, mas não é isso, é que essa é uma questão funda, prática, filosófica e conceitual que atravessa não só o Brasil, mas atravessa o mundo nesse momento. A questão racial emergiu no mundo, não mais como um tópico de segunda ordem, não mais como uma contradição secundária, como os marxistas ortodoxos diziam e dizem. É uma contradição de primeiro plano no mundo inteiro. A questão é profunda e vai atravessar o século. E eu estou surfando na onda do antirracismo, no movimento antirracista”, enfatiza o Professor, que, finalmente, se define em duas palavras, como “um intelectual e antirracista”.

## Os zumbis, os monstros e a grotesca sociedade incivil

A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer. Nesse interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparece.

- Antonio Gramsci

Muniz Sodré havia recebido em seu celular, dias antes da nossa entrevista, um meme. Na figura, enviada por uma pessoa de esclarecimento presumível, havia a imagem do Presidente da República montado em um cavalo, seguida por um texto sobre um suposto vaticínio do médium Chico Xavier proferido em 1952. A previsão falava que um homem a cavalo, cuja primeira letra do nome seria a mesma do Brasil, libertaria o país décadas mais tarde. "Eu olhei e disse: está infectada!", exclama Muniz.

Essa infecção, a qual o Professor se refere, não foi causada pelo vírus mortal que assola o mundo há mais de um ano. Tampouco atinge o sistema respiratório ou qualquer outro conjunto de órgãos de nossos corpos. É uma patologia cívica, da qual também podemos padecer. "E havia sintomas", indaga: "você não acha engraçado que, de uns tempos para cá, tenha aumentado o fascínio por zumbis?". Para o Professor, são prefigurações da "sociedade incivil" que presenciamos

atualmente, conceito trabalhado por ele em seu último livro *A Sociedade Incivil: Mídia, Iliberalismo e Finanças*.

Com o esvaziamento da representação no sistema democrático, um buraco se fez. Referenciando o filósofo italiano Antonio Gramsci, explica: "o velho já morreu, e o novo ainda não veio. Nesse claro e escuro entre o velho e o novo, os monstros aparecem". É o que temos no momento, um governo teratológico, expressão que deriva da palavra grega *teratós*, em português, monstro. Um governo com ímpeto de destruição, que não é da ordem da racionalidade civil. "Não é de construir nada. Destroí a cultura, destróí o controle do meio ambiente, destróí a dignidade das pessoas etc. É um plano concertado de destruir a própria vida, na medida em que é contra a vacina, contra as medidas de sobrevivência", completa.

Para Muniz, isso evidencia não mais um embate entre esquerda e direita, mas sim uma briga de velhas categorias: "do bem – como estruturação da *pólis* – contra o mal – como desestruturação –, mas também pode ser visto como uma patologia pública, uma patologia cívica". Esse mal patológico, afirma, é da ordem do grotesco. Aqui, o Professor se refere não ao grotesco do lugar-comum, mas sim a uma categoria estética reconhecida, que trabalha, desde a década de 1970, com a Professora Raquel Paiva, sua companheira de longa data na

vida e na biblioteca.

A estética do grotesco diverge da estética predominante no ocidente. Esta última, conforme coloca Muniz, é uma estética da *barriga para cima*: "valoriza a cabeça, os céus, as divindades, os valores excelsos etc.". A outra, não. "O grotesco é uma estética da *barriga para baixo*". É a valorização do que está mais perto da terra, do húmus da terra", explica. O Professor conta que a estética do grotesco sempre esteve aí e sempre fez rir, principalmente nas camadas subalternas da sociedade.

Contudo, sua relação com a baixaria, mostra o lado perverso do grotesco. É, portanto, uma estética do rebaixamento da linguagem, do rebaixamento dos gestos, do rebaixamento da civilidade. Mas Muniz ressalta: "essa [estética] do excelso, da *barriga para cima* tem um lado perverso também. Podia-se exterminar índios em nome de Deus, podia invadir povos em nome da igreja, podia queimar mulheres em nome da igreja. Tudo isso está na outra estética". E o grotesco pode surgir desse vazio da representação democrática que contemplamos hoje.

"O Presidente da República, ele é uma figura grotesca", afirma. As simbolizações do atual governo mostram um claro compromisso com o rebaixamento, com facilitação do discurso e da linguagem: "o *Golden Shower*. Qual o sentido disso? Há um empobrecimento da razão, das emoções, da

palavra. Isso é o grotesco atuado". Mas para essa infecção também há vacina. O Professor Muniz Sodré acredita na recomposição da política democrática e não na sua demonização: "precisamos redefinir a política pela luta social, pela incorporação de novos extratos, pela incorporação da cultura à economia".

## O Homem e o Rio

"A Bahia

Estação primeira do Brasil

Ao ver a Mangueira, nela inteira, se viu

Exibiu-se sua face verdadeira

Que alegria

Não ter sido em vão que ela expediu

As Ciatas pra trazerem o samba pra o Rio

(Pois o mito surgiu dessa maneira)

E agora estamos aqui

Do outro lado do espelho

Com o coração na mão

Pensando em Jamelão no Rio Vermelho

Todo ano, todo ano

Na festa de Iemanjá

Presente no dois de fevereiro

Nós aqui e ele lá

Isso é a confirmação de que a Mangueira

É onde o Rio é mais baiano"

- Onde o Rio é mais Baiano, Caetano Veloso

Muniz Sodré nasceu em São Gonçalo dos Campos, na região de Feira de Santana, no interior da Bahia. E como ele

mesmo disse, é radicalmente baiano. A Bahia pintou-lhe a infância para que o Rio pudesse lhe rasgar a juventude e a adultez, e assim, fala da cidade maravilhosa como um amálgama de simbolismos que deflagra e atrai o que o Brasil tem de melhor: a cordialidade, a fraternidade popular, até musicalidade e o acolhimento aos migrantes.

E dessa forma, recitando a obra do também filho do recôncavo primeiro do Brasil, Caetano Veloso, perguntamos Muniz, onde o Rio é mais baiano?

Num primeiro momento, nos diz que é impossível deixar de pensar que o Rio, tal como o temos hoje, nasce de uma faceta lúdica de Brasil, que irrompe nos rádios e televisões dos lares e começa a atingir a periferia e a parcela dos imigrantes nordestinos, na música, no samba. “O Rio foi civilizado pelos baianos”, brada. Tal composição, iniciada no século passado, contou com os que habitaram a Cidade Nova, a Saúde, e que de lá geraram os grandes compositores e geniais artistas, que mesmo sendo do Rio, vêm de toda parte. Muniz fala que o Rio é mais baiano, onde ele é mais Rio, e só é Rio enquanto é *outros*.

Ainda, delinea e expressa sua indignação para com a conjuntura atual e chama de decadentes as políticas que conferem à cidade a imagem de violenta e perigosa: “o Rio de Janeiro não pode

ser um território tomado por milícias, nem por traficantes e nem por uma polícia que executa pessoas”. E, portanto, se perder na hibridização de coisas nacionais boas que a caracterizam e, historicamente, a fizeram ser o que é.

Saúda Tia Ciata, Pixinguinha, Ernesto Nazaré, Marcelo Tupinambá e tantos outros. E finaliza reiterando que o Rio só existe enquanto Bahia, Pernambuco, Paraíba, Sul, e toda a síntese que lhe constrói.

# O intelectual e seus livros: um olhar por meio da Coleção Ricardo Tauile

Bruna Amarante Oliveira<sup>1</sup>  
Josiane Silva de Alcântara<sup>2</sup>  
Luiza Hiromi Arao<sup>2</sup>  
Priscila Gonçalves Soares<sup>2</sup>  
Roberto Mauro dos Santos Facce<sup>2</sup>

## Introdução

A biblioteca é um espaço voltado para o armazenamento e tratamento de diversos tipos de materiais como livros, manuscritos, periódicos, documentos eletrônicos, entre outros. É um local de guarda da memória científica, técnica e cultural, de um indivíduo, de um coletivo ou de uma instituição. Segundo o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (CUNHA; CAVALCANTI, 2008), uma biblioteca pode ser uma coleção ou um espaço voltado para reunião de coleções, composto de materiais impressos, manuscritos e eletrônicos armazenados de forma ordenada, visando ao estudo, à pesquisa e à leitura. Outro fator a ser considerado no entendimento de bibliotecas é que não se constituem apenas em um

tipo, pois sua especificidade é determinada “[...] pelas funções e serviços que oferece, pela comunidade a que atende, e pelo seu vínculo institucional.” (SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS, [202-?]).

Nosso *locus* de análise é a biblioteca universitária, logo, é importante pontuar que uma instituição dessa natureza tem como missão estabelecer um diálogo direto com a tríade acadêmica – ensino-pesquisa-extensão –, e sua função é dedicar-se à história, à memória e à cultura, tendo em vista os papéis social e pedagógico que cumpre (ALVES, 2015). Nessa definição, não se perde de vista que essa instituição é responsável pela salvaguarda da memória e do patrimônio documental das ciências,

1 Técnico-administrativo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Bibliotecária-chefe da Biblioteca Eugênio Gudín (UFRJ/CCJE).

2 Técnico-administrativo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), lotado na Biblioteca Eugênio Gudín (UFRJ/CCJE).

da cultura e dos seus produtores, construindo, desta forma, um *status* simbólico aos objetos/suportes que integram os seus acervos.

A proposta deste texto é apresentar José Ricardo Tauile (1945-2006), economista, professor e ex-diretor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a partir de um conjunto documental estratégico para análise: a coleção bibliográfica reunida pelo professor e que foi doada pela família à Biblioteca Eugênio Gudín (BEG)<sup>3</sup>, em 2007, após o seu falecimento.

Ao refletirmos sobre os intelectuais que atuaram em espaços públicos de debate, que propuseram como tarefa a construção de projetos políticos de caráter nacional ou local, seus legados documentais se apresentam como repertórios importantes e interessantes para acessarmos representações de suas trajetórias. Logo, a tarefa de pensar um intelectual por meio da sua coleção nos conecta, diretamente, com as relações de memória construídas no ambiente socioinstitucional e nas políticas de preservação desenvolvidas nos espaços de salvaguarda do patrimônio bibliográfico.

Neste texto, mobilizaremos o conceito

de *coleções especiais* para definir o conjunto dos materiais, em sua grande maioria livros, selecionados e colecionados por José Ricardo Tauile no exercício das suas atividades acadêmicas, que foi alçado à condição de “especial” pela BEG e sua comunidade acadêmica. Apesar de a BEG dispor de outras coleções especiais, igualmente interessantes e reunidas por personalidades importantes no campo das ciências econômicas, daremos destaque à Coleção Ricardo Tauile, como uma oportunidade de rememorar parte da trajetória científica de um pesquisador que contribuiu significativamente para os debates nacionais sobre economia do trabalho, modelos de desenvolvimento econômico e economia solidária, e caminhos para a formulação de políticas públicas nestes campos.

Desse modo, apresentaremos algumas informações sobre o docente, sua vida e sua atuação acadêmica, e, por fim, algumas peculiaridades da coleção salvaguardada na Biblioteca Eugênio Gudín.

### **José Ricardo Tauile: uma pequena biografia**

José Ricardo Tauile nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 20 de julho de 1945 e morreu na cidade de São Paulo em 10 de dezembro de 2006. Sua vida na UFRJ teve

3 A Biblioteca Eugênio Gudín (BEG) do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) está localizada na Avenida Pasteur, nº 250, Palácio Universitário, Urca, Rio de Janeiro. Foi criada em 1938 e, atualmente, atende aos cursos de Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, Relações Internacionais, Defesa e Gestão Estratégica Internacional. Tem como missão atender às demandas de estudo e pesquisa de docentes, discentes, técnicos administrativos das unidades já mencionadas e de todos aqueles interessados nas temáticas de seu acervo.



início em 1964, ano em que ingressou no curso de Engenharia Civil, com conclusão em 1968. Segundo Sabóia (2009, p. 3), chegou a trabalhar como engenheiro civil, porém suas preocupações sociais e seu interesse pela política fizeram com que mudasse de caminho e optasse pela Economia na pós-graduação. Concluiu o mestrado em 1976 e o doutorado em 1984, ambos na New School for Social Research, em Nova York (EUA)<sup>4</sup>. Nessa instituição, com tendência marxista, foi orientado pelo Professor Anwar Shaikh, economista que segue essa mesma tendência e autor de vários trabalhos sobre a dinâmica do sistema capitalista (PAIXÃO, 2011). A visão marxista e o interesse pela compreensão do funcionamento do sistema capitalista e de suas mudanças orientaram a vida profissional de Tauile (SABÓIA, 2006, p. 3). Entre 1990-1991 finalizou o pós-doutorado na Universidade de Paris XIII (Paris-Nord). Nesta instituição, o contato e o diálogo com Benjamin Coriat<sup>5</sup> fizeram com que compartilhassem “[...] expresse interesse pelo modelo japonês de organização do trabalho.” (PAIXÃO, 2011, p. 538), o que levou Tauile, posteriormente, dedicar-se ao estudo desse modelo.

Tauile iniciou sua carreira como professor universitário em 1976, no curso

de Economia da Tecnologia no Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE/UFRJ). Em 1978, fez concurso para professor assistente na antiga Faculdade de Economia e Administração (FEA); em 1979, participou da criação do Instituto de Economia Industrial, instituição de pós-graduação em Economia. Durante sua vida acadêmica na UFRJ, Tauile foi professor assistente, adjunto e, desde o concurso prestado em 1989, titular. Na sua esmerada carreira na UFRJ, orientou inúmeras monografias de graduação, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Nos anos de 1986-1990 e 1994-1996, Tauile foi, respectivamente, vice-diretor e diretor do Instituto de Economia Industrial, atualmente Instituto de Economia. Foi também representante de vários conselhos<sup>6</sup>. Em 2005, juntamente ao professor Aloísio Teixeira, fundou o Laboratório de Estudos Marxistas, do Instituto de Economia, que atualmente o homenageia, pois carrega o seu nome. Foi o principal responsável pela escolha do nome da revista do Instituto de Economia da UFRJ, *Revista de Economia Contemporânea*.

Sua obra é abrangente e diversificada, sendo os principais assuntos e especialidades: economia do trabalho, reestruturação produtiva, modelos de desenvolvimento econômico e economia solidária. Publicou

4 Em 2005 passou a ser conhecida como New School University.

5 Economista francês, professor da Sorbonne-Paris-Nord University, especializado em economia industrial, inovação e propriedade intelectual.

6 Todo esse trecho teve como base o Currículo Lattes de Tauille, <http://lattes.cnpq.br/6436903809441957>.

34 artigos em periódicos, 12 capítulos de coletâneas, 10 artigos em anais de congressos e seis relatórios técnicos em pesquisa. Publicou, pela Contraponto, em 2001, o livro *Para (re)construir o Brasil Contemporâneo*; foi coautor, em 2005, do livro *Empreendimentos Auto-gestionários Provenientes de Massa Falida*, publicado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (Senaes/MTE).

Tauile notabilizou-se por abordar em sua obra as mudanças tecnológicas e seus impactos sobre o trabalho e as questões sociais. Segundo Brasil e Brasil (2010, p. 10), o autor “buscou compreender as modificações operadas no interior da fábrica, as transformações de base técnica e seu rebatimento sobre a organização do trabalho, para interpretar as mutações no mundo do trabalho e, mais ainda, a natureza da crise capitalista”.

Segundo Paixão (2011, p. 541), no campo da teoria econômica, a base da abordagem de Tauile refere-se aos “[...] vínculos existentes entre o processo e as relações de trabalho e o modelo de desenvolvimento do país aqui lido criticamente dentro de sua bruta realidade histórica”.

Em sua obra percebemos o interesse nas transformações mundiais do capitalismo, com suas inovações tecnológicas

e novas formas de organizações e relações de trabalho. Contudo, a realidade brasileira nunca foi esquecida por ele. Em seu trabalho, percebemos inúmeros projetos e propostas de transformação para a economia brasileira. Um aspecto importante da obra de Tauile, segundo Paixão (2011, p. 540), é a “crítica da modernidade e a defesa do contemporâneo em termos de um modelo de desenvolvimento para o país”, que seria “[...] assentado em bases socioeconômicas e políticas profundamente diferenciadas ao qual herdamos de nossa *velha modernidade*.” (PAIXÃO, 2011, p. 556, grifo do autor).

Em seus últimos anos, Tauile dedicou-se à Economia Solidária, vendo-a como uma alternativa para o desenvolvimento do capitalismo no país e como uma forma para a saída da crise econômica. Segundo Brasil e Brasil (2010, p. 23), Tauile “pensou e acreditou em um projeto de sociedade melhor; envolveu-se na teoria e prática da Economia Solidária; nutriu esperança, sem abdicar do rigor acadêmico; diagnosticou e propôs formas de ultrapassar dificuldades”. Segundo os autores, o legado de Tauile extrapola os limites acadêmicos e reafirma a atualidade e a relevância das utopias, concretas ou não.

Tauile era um entusiasta e militante da Economia Solidária e mantinha uma relação de empatia com o tema, porém havia preocupação com os limites e possibilida-

des da área, uma vez que aliava análises sobre a realidade posta, mas não abdica-va de perspectivas em relação a um futuro melhor. Havia otimismo e esperança, sem, contudo, deixar de lado o olhar agudo e crítico do cientista social.

### **Coleção Ricardo Tauile: uma preciosidade da Biblioteca Eugênio Gudín**

Nosso entendimento por coleção especial é aquele apresentado por Pinheiro (2015), que a define como uma reunião de itens reconhecidos por seu valor *artifactual*, que passam à categoria de preciosos, singulares, ou por sua raridade ou por estar associada a personalidades importantes para a cultura nacional ou para uma instituição. Conforme aponta a International Federation of Library Association (IFLA, 2020) esta tipologia de coleção reúne materiais considerados insubstituíveis, excepcionalmente raros ou com valor inestimável, assim, em muitos casos, demandará o uso de critérios de seleção utilizados no campo dos estudos dos livros raros<sup>7</sup>, apesar de nem sempre arrolar materiais antigos ou marcantes da história da cultura impressa do mundo ocidental.

No caso da coleção em análise, nos

referimos à reunião de materiais de valor simbólico e inestimável, que tem sentido dentro do nosso contexto institucional, por ser fruto do colecionismo de uma personagem relevante para nossa comunidade acadêmica. Ou seja, esta coleção é resultado da ação ativa, em primeiro lugar, de um sujeito, e, posteriormente, dos seus representantes, que imprimiram suas marcas, suas expectativas e seus diálogos científicos com disciplinas e autores. Dessa forma, os itens que integram a coleção tornam-se únicos e valiosos por essa íntima conexão entre o seu produtor, a instituição em que estava inserida e a temática representada no repertório em debate.

Cabe aqui pontuar que a BEG possui, ao todo, cinco coleções especiais, que estão indexadas na Base Minerva, nosso catálogo público. São elas: Coleção Obra Antiga, Coleção Eugênio Gudín, Coleção Ricardo Tolipan, Coleção Ricardo Tauile e Coleção Fernando Cardim<sup>8</sup>. Em 2020, nossa biblioteca recebeu parte do legado documental do economista Carlos Lessa (1936-2020), professor emérito do Instituto de Economia.

Das cinco coleções especiais, quatro têm a particularidade de serem, anteriormente, bibliotecas particulares<sup>9</sup> que, com o falecimento dos seus proprietários, fo-

7 Segundo modelo proposto por Pinheiro (2015, p. 34), os critérios para estabelecer a raridade de um item são definidos de acordo com a natureza e a história das obras e dos exemplares, sendo eles: “1) limite histórico, 2) aspectos bibliográficos, 3) valor cultural, 4) pesquisa bibliográfica, e 5) características do exemplar”.

8 A Coleção Fernando Cardim encontra-se em processamento técnico.

9 A Coleção Obra Antiga se diferencia de outras coleções, pois as obras foram selecionadas a partir do acervo geral, “objetos de empréstimo domiciliar”, com o intuito de preservar as obras clássicas e consagradas que poderiam ser perdidas (MEDEIROS, 2012, p.6).

ram selecionadas e doadas pela família à instituição, para que seu legado fosse preservado aos futuros pesquisadores. Cirne (2003) afirma que uma biblioteca particular “[...] nasce a partir da tríade formada pela intimidade entre leitor e livro, o intelecto dispensado sobre as obras no processo de produção científica e a cultura absorvida ou criada em torno delas.” Ainda, afirma que não importando o tamanho da coleção essa tríade aparece de forma parcial ou total.

Assim, ao adentrar o acervo, essas coleções recebem o nome do seu curador para facilitar a identificação no conjunto geral da biblioteca. Identificamos os “representados” nessas coleções para que o público não perca a noção que estamos preservando a memória de professores ou pesquisadores que marcaram a trajetória institucional e nacional das ciências econômicas. Desta forma, nosso primeiro intuito é tentar garantir a integridade física e intelectual da coleção, respeitando sua unidade e as operações realizadas para sua formação. No caso da Coleção Ricardo Tauile, o acervo foi selecionado pela viúva e por seu grupo de trabalho (MEDEIROS, 2012), ou seja, não foi produzida apenas com a participação do seu curador original.

Conforme acontece em muitas ins-

tuições de salvaguarda de documentos, infelizmente não há muitos registros sobre como essa coleção foi formada – se é parte ou o todo de uma outra coleção reunida por Tauile –, quais foram os critérios de seleção realizados pela viúva e o grupo de trabalho ou como ocorreu a negociação para esse repertório integrar o acervo da Universidade. Nosso caminho foi rememorar a trajetória dessa coleção a partir do que os itens nos contam e pelos relatos das bibliotecárias que trabalhavam à época na BEG<sup>10</sup> quando a coleção foi incluída no acervo.

A coleção, após seleção, foi destinada à biblioteca como forma de preservar uma parte do legado material do seu colecionador. Segundo relatos, a ideia inicial era homenagear a chegada das coleções do falecido professor e de outro ex-professor do Instituto de Economia falecido anos antes, Ricardo Tolipan, com a criação de um espaço reservado exclusivo. No entanto, o conjunto foi disposto em um armário-vitrine – juntamente com as outras coleções especiais da BEG –, com o intuito de apresentar as preciosidades da biblioteca aos nossos consulentes. Em conjunto com outras práticas associadas ao tratamento da coleção, a iniciativa de dispor a coleção, fisicamente, em um espaço separado ajudava a construir uma ideia de distinção,

10 Agradecemos a disponibilidade das bibliotecárias aposentadas Ângela Ponce de León Braga, Maria Aparecida de Andrade Teixeira e Jane Maria Medeiros.

11 A Coleção Ricardo Tauile, assim como as outras coleções especiais da BEG, ficam disponíveis para consulta local, porém não é possível o empréstimo domiciliar. As informações das nossas coleções especiais estão dispostas na Base Minerva, catálogo on-line da UFRJ ([www.minerva.ufrj.br](http://www.minerva.ufrj.br)).

além de chamar a atenção da comunidade acadêmica para os nossos *tesouros*<sup>1</sup>.

Em termos gerais, a Coleção Ricardo Tauile é constituída de livros e somente um fascículo de periódico. Neste conjunto, percebemos a fluidez do seu colecionador com outros idiomas, que reuniu obras em inglês, português, francês, espanhol. Há a presença de nomes clássicos do campo das ciências sociais e econômicas, como Karl Marx, Joseph Alois Schumpeter, Vladimir Lenin, Louis Althusser, Friedrich Engels, David Ricardo, entre outros. Está presente em sua coleção itens dos economistas Maria da Conceição Tavares, Reinaldo Gonçalves, Aloisio Teixeira e Mário Luiz Possas, seus colegas contemporâneos à sua passagem pela UFRJ, demonstrando formas de sociabilidade no meio acadêmico.

O livro mais antigo da coleção é a obra *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, de Adam Smith, publicada em 1937. Ao olharmos as temáticas mais representadas, fica evidente que, mesmo após a seleção dos seus representantes, a coleção bem retrata os domínios de interesse do professor, contemplando estudos sobre o capitalismo, teoria marxista, desenvolvimento econômico e, principalmente, mudanças de tecnologia e suas relações com o trabalho e a renda.

Para além da sua coleção propriamente dita, ao longo dos anos, o acervo da BEG reuniu os trabalhos que o professor publicou, e damos destaque especial à sua intensa colaboração na série *Texto para Discussão*, publicada desde os anos 1980 pelo Instituto de Economia da UFRJ. Temos um total de 17 *papers*<sup>12</sup> que nos permitem caminhar nos temas de pesquisa de interesse de José Ricardo Tauile e a forma como ele desenvolveu análises sobre as características das bases tecnológicas e o impacto de suas transformações na organização do trabalho. Sua abordagem não se restringiu às tendências nacionais, pois buscava entender como estava em curso a difusão da automação, da robótica e da indústria automobilística no contexto internacional.

Além dos artigos, nosso acervo ainda guarda a sua tese, capítulos de livros, os trabalhos dos seus orientados e seus livros, enfim, outros documentos que nos ajudam a percorrer o pensamento do economista, que dialogava com a teoria marxista e demais autores clássicos, permitindo que seus alunos e leitores do século XXI tenham contato com ideias clássicas das ciências econômicas.

Dentre os livros produzidos por Tauile, destacamos os títulos *Para (re)construir o Brasil Contemporâneo: trabalho, tecnologia e acumulação*, publicado em 2001, e

12 Os artigos que compõem a série Texto para Discussão estão em processo de inclusão da sua versão digitalizada no Pantheon, repositório institucional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (<https://pantheon.ufrj.br/>).

*Trabalho, Autogestão e Desenvolvimento: escritos escolhidos*, 1981-2005, obra publicada em 2009, após o seu falecimento, organizado pelos economistas Marcelo Paixão e Rodrigo Castelo. Sobre a primeira obra, Luiz Prado (2001) aponta que Ricardo Tauile soube combinar a densidade teórica e o domínio da narrativa, que permite aos leitores não especializados no campo das ciências econômicas terem acesso a um debate econômico – construído com “clareza” e “paixão” – sobre as revoluções tecnológicas na organização do trabalho e na acumulação do capital, sem perder de vista a realidade brasileira. Já na segunda obra, uma reunião dos seus textos escritos por quase 25 anos, a proposta foi analisar temas como as inovações tecnológicas de base microeletrônica e informacional, os modelos de desenvolvimento econômico e de distribuição de renda, entre outras temáticas. Ambos os títulos estão disponíveis para empréstimo domiciliar na BEG.

### Algumas considerações finais

Ao longo da construção deste texto, em diferentes momentos, por diferentes pessoas, foram retomadas lembranças afetuosas de um pesquisador e professor atencioso, o que nos deixa a certeza de que o patrimônio documental preservado nos permite acessar, não apenas

perspectivas científicas, mas, também, afetos e parcerias. Conforme cita Luiz Prado (2001, p. 182), seu ex-aluno, José Ricardo Tauile “[...] é um autor que combina pesquisas empíricas, capacidade de observação e uma certa dose de ecletismo”.

Tratar da relação entre intelectuais e suas coleções é um campo fecundo para entender como se dá as operações de construção de memórias. Uma coleção especial, além de imprimir um status social ao seu curador, permite que a comunidade possa acessar figuras que já não andam pelos corredores da nossa instituição.

### REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Paula Meneses. História e memória por meio de coleções especiais: o caso da Biblioteca da Unesp/FCLAr. In: VIEIRA, B. V. G.; ALVES, A. P. M. (org.). Acervos especiais: memórias e diálogos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 45-70. *E-book*. Disponível em: <https://www.fclar.unesp.br/Home/Instituicao/Administracao/DivisaoTecnicaAcademica/ApoioaoEnsino/LaboratorioEditorial/colecao-memoria-da-fcl-n9.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL, Manuela Salau; BRASIL, Francisco Salau. José Ricardo Tauile: contribuições para a Economia Solidária. *Otra Economía*, São Leopoldo, RS, v. 4, n. 7, p. 8-24, 2. sem. 2010. DOI: <https://doi.org/10.4013/1299>. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/1299>. Acesso em: 23 abr. 2021.

CIRNE, Thiago. Bibliotecas particulares: intimidade, intelecto e cultura. *Revista Biblio: cultura informacional*, Rio de Janeiro, 19 set. 2013. Disponível em: <http://biblio.info/bibliotecas-particulares/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CUNHA, Murilo Bastos da. CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. *O. Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34113>. Acesso em: 20 abr. 2021.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. Competency guidelines for rare books and special collections professionals. Haia: IFLA, 2020. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/rare-books-and-manuscripts/rbms-guidelines/competency-guidelines-for-rbcs-professionals.pdf>. Acesso em: 20 maio 2021.

MEDEIROS, Jane Maria. Origem e formação das coleções especiais da Biblioteca Eugênio Gudín. 2012. Trabalho apresentado ao Seminário Memória, Documentação e Pesquisa, 5., 2012, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://biblioteca.cje.ufrj.br/colecoes-especiais/>. Acesso em: 20 abr. 2021

PAIXÃO, Marcelo. José Ricardo Tauile: interpretações sobre relações de trabalho e modelos de desenvolvimento. Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 15, n.3, p. 537-564, set./dez. 2011. [Seção] Biografias. Disponível em:

<https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/24229>. Acesso em: 24 abr.2021.

PINHEIRO, Ana Virgínia. História, memória e patrimônio: convergências para o futuro dos acervos especiais. In: VIEIRA, B. V. G.; ALVES, A. P. M (org.). Acervos especiais: memórias e diálogos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 33-44. E-book. Disponível em: <https://culturaacademica.com.br/catalogo/acervos-especiais-memorias-e-dialogos/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. Para (re)construir o Brasil contemporâneo: trabalho, tecnologia e acumulação. Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 181-182], jul./dez. 2001. [Seção] Resenhas. Resenha da obra de: TAUILE, José Ricardo. Para (re)construir o Brasil contemporâneo: trabalho, tecnologia e acumulação. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. 270 p. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/19728>. Acesso em: 26 maio 2021.

SABÓIA, João. Um homem que amava a vida. Jornal dos Economistas, Rio de Janeiro, n. 209, p. 3-4, 2006. Disponível em: <https://www.corecon-rj.org.br/anexos/2AD056DDA95FD5AC26A4E0F9CB2A73BE.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2021.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. Tipos de bibliotecas. Brasília, DF: SNBP, [202-?]. Disponível em: <http://snbp.cultura.gov.br/tiposdebibliotecas/>. Acesso em: 26 abr. 2021.

# CAROLINA DE JESUS





# UMA INTELLECTUAL DO BRASIL

---

JOSIANE SILVA DE ALCÂNTARA

No início deste ano, Carolina Maria de Jesus (1914-1977) recebeu o título póstumo de Doutora Honoris Causa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mineira nascida na cidade de Sacramento, migrou para São Paulo e viveu parte de sua vida na extinta favela do Canindé, um dos ambientes tratados em sua obra mais conhecida, **Quarto de Despejo: diário de uma favelada** (1960), cuja primeira edição, completou 60 anos em 2020. Apesar desta ser sua obra mais conhecida, **Quarto de Alvenaria** (1961) e **Diário de Bitita** (1982) – cujo título seria ‘Um Brasil para os brasileiros’ – são textos que nos permitem acessar perspectivas de uma escritora com grande sensibilidade para ‘historiar’ o mundo a sua volta, nos presenteando com observações afiadas sobre o país e sua gente. Sua forma de narrar o cotidiano é rico, quase em tom de conversa em que ela expõe seu íntimo ao leitor, chamando-o

à reflexão: conforme apresenta no livro **Provérbios** (1963), sua obra é um deleite para o homem atribulado da atualidade.

Tanto as obras quanto a trajetória dessa intelectual deveriam ser leituras incontornáveis por falarem da (sobre)vivência de grupos sociais historicamente marginalizados. No entanto, Carolina – preta, escritora, mãe solo, periférica – teve sua contribuição invisibilizada na memória literária nacional por quase meio século. Não à toa, as memórias de seu funeral deixam expostas as feridas desse apagamento: a família passava por grandes dificuldades financeiras e não tinha condições de arcar com todos os rituais funerários. Carolina não foi velada com o reconhecimento público que merecia e dispôs apenas da sensibilidade das pessoas presentes em seu velório, que levaram flores extraídas dos canteiros próximos como uma última homenagem à escritora.

A proposta da Revista Versus é circunscrever possibilidades de leitura da obra **Quarto de Despejo** e da intelectual Carolina Maria de Jesus no século XXI, e tal qual um cômodo, convocamos quatro convidados – em uma alegoria das paredes de um quarto - para apresentar esta intelectual e os alicerces de seu projeto literário. A primeira é a Professora Vera Eunice de Jesus que, com a familiaridade de quem recebeu a missão de preservar e difundir o legado de sua mãe, nos apresenta uma Carolina que via na escrita uma forma de transbordar suas ideias e lutou para realizar seu sonho: ser escritora. A pesquisadora Dr<sup>a</sup> Fernanda Felisberto nos aponta que este legado não se restringiu a uma única obra: Carolina escreveu poesia, romance, diários, músicas, provérbios, teatro. O seu projeto literário era potente e singular, abriu caminhos para mulheres negras no mundo editorial e, quase oito décadas depois do seu ingresso na literatura, sua trajetória ainda inspira as gerações atuais.

A pesquisadora Dr<sup>a</sup> Íris Amâncio percorre caminho similar para abordar Carolina e refletir sobre a invisibilidade da escrita de mulheres negras no Brasil: em diálogo com os conceitos de raça, gênero e classe, aponta que a recente difusão da trajetória de Carolina promoveu abordagens – antissexistas, antirracistas, sociopolíticas – para analisar a mu-

lher negra – suas subjetividades e formas de escrita – inserida no mundo intelectual. O historiador Dr. Vantuil Pereira, um dos autores que assina o parecer que concedeu o título de Doutora Honoris Causa à Carolina, analisa a intelectual em diálogo com o seu ambiente sócio-histórico, e reflete como a produção de Carolina dá voz aos sujeitos subalternizados e é potência para que a nova geração de negros e negras seja protagonista na tarefa de repensar a sociedade brasileira.

Por fim, cabe apontar que o projeto literário-artístico-intelectual da Doutora Honoris Causa Carolina Maria de Jesus ganha novos contornos em 2021: terá uma exposição sobre sua trajetória; o conjunto de sua obra, incluindo textos originais, será lançado por uma grande editora brasileira; mais recentemente, virou prêmio que a prefeitura de São Paulo destinará ao reconhecimento de mulheres negras que atuam no campo das artes e dos direitos humanos; e, faz alguns meses, ganhou a sua primeira edição em Portugal, já que **Quarto de Despejo** teve sua publicação impedida pelo Salazarismo, em 1961.

Carolina era semente e floresceu em muitas outras Carolinas, ao nutrir o futuro com o seu desejo de realizar seus sonhos e com sua reivindicação por condições melhores de existência.

---

1 A Exposição “Carolina Maria de Jesus: um Brasil para os brasileiros” será inaugurada em setembro de 2021, na sede paulistana do Instituto Moreira Salles. Para mais informações: <https://ims.com.br/exposicao/carolina-maria-de-jesus-ims-paulista/>.

2 O conjunto das obras de Carolina Maria de Jesus será, gradativamente, lançado pela Companhia das Letras, e o conselho editorial conta com a participação de nomes como Vera Eunice de Jesus, Fernanda Felisberto, Conceição Evaristo, entre outras pesquisadoras. Para mais informações: <https://www.blogdacompanhia.com.br/conteudos/visualizar/Carolina-Maria-de-Jesus-na-Companhia-das-Letras>.

3 Conforme o Projeto de Resolução nº37/2021, de autoria da vereadora Erika Hilton, e aprovado no dia 16/07/2021.

4 CHEGA a Portugal livro proibido por Salazar, que personificou a voz das favelas do Brasil. **O Observador**. Lisboa, 19 jun. 2021. Disponível em: <https://observador.pt/2021/06/19/chega-a-portugal-livro-proibido-por-salazar-que-personificou-a-voz-das-favelas-do-brasil/>. Acesso em: 23 jul. 2021.



VERA EUNICE

## Conversa sobre Carolina

Carolina Maria de Jesus é uma referência de luta para todos, principalmente para os adolescentes e as crianças que almejam alcançar seus sonhos. Valorizou muito o estudo, pois tinha ciência de que tudo o que conseguiu foi devido àquele um ano e meio que sentou-se a um banco escolar de uma sala de aula. Era uma mulher à frente do seu tempo e tinha objetivos a conquistar na vida, como sair da favela com seus filhos para uma casa de alvenaria e tornar-se uma escritora.

Hoje, meu principal sonho é colocar CAROLINA MARIA DE JESUS na literatura ao lado de renomados escritores, mostrando que ela não é uma escritora de uma obra só. Apesar de ter passado por muitos percalços na vida, nunca deixou de escrever, pois as ideias afluíam da sua cabeça e sentia a necessidade de colocá-las no papel; além de conversar

rimando utilizava o cultismo para expressar-se.

Apesar do pouco estudo, Lélia Gonzalez afirma que Carolina não escrevia errado, mas sim grafava o “PRETUGUES”. Ao escrever “PHARMÁCIA” com PH, demonstra as mudanças que ocorreram em nossa língua mãe.

Carolina sempre se aprimorou, lia muito o dicionário procurando sempre melhorar a sua escrita e, junto aos seus manuscritos, eu a auxiliava na correção, ensinando as concordâncias verbais, nominais e os verbos. Carolina sempre escreveu, e como diz Conceição Evaristo:

– Carolina tinha uma compulsão pela escrita.

Seu maior sonho foi se tornar uma escritora. Nas minhas lembranças, recorro a felicidade da minha mãe quando colocou o livro no alto e ficou lendo e admirando-o:

**QUARTO DE DESPEJO:  
DIÁRIO DE UMA FAVELADA  
CAROLINA MARIA DE JESUS.**

Ao falecer, deixou-me uma carta na qual me fez vários pedidos, dentre eles, que eu propagasse a sua memória. Carolina escreveu diários, romances, poemas, peças teatrais, letras de músicas, provérbios e contos, que foram adquiridos pela Companhia das Letras.

Carolina tem recebido várias homenagens no Brasil e por muitos países do mundo todo, com nomes de escolas, ruas, bibliotecas e vários pesquisadores desenvolvendo suas teses sobre a escritora. Carolina viveu por muitos anos no ostracismo de sessenta e quatro até dois mil e catorze, ressurgindo na comemoração do seu centenário.

Dentre as diversas homenagens recebidas pela escritora Carolina Maria de Jesus, o título de Doutora Honoris Causa, concedido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi um grande marco para a minha mãe, pois hoje o meu objetivo é propagar a sua memória, atendendo um dos pedidos o qual estava grafado na carta a qual me foi entregue logo após a sua morte.

Várias Carolinas estão surgindo a cada dia, pois mulheres negras, mães solo com pouco poder aquisitivo e até com pouco estudo estão lutando a fim de conquistar seus sonhos, se espelhando em Carolina, além disso, atualmente, os negros estão estudando, se empoderando, e se colocando na sociedade por meio do conhecimento.

O livro *Quarto de Despejo* foi escrito nos anos sessenta e, hoje, em dois mil e vinte e um, continua

atual, pois os mesmos problemas continuam vigentes: a fome persiste, a violência aumenta, e os políticos não mudaram na forma de agir.

Carolina deixou um acervo que urge ser acomodado numa biblioteca, para que adolescentes, crianças e todas as pessoas possam ver como minha mãe realmente utilizava papéis de pães e folhas que sobravam dos cadernos, para que possam perceber que ela escrevia na hora que lhe surgiam as ideias. Estou nesta luta para que esse acervo ocupe um local adequado, em respeito à escritora.





FERNANDA FELISBERTO\*

## # Eu Carolina Doutora!

*Um político fazia um discurso e falou o que pretendia realizar.*

*Depois esqueceu o que tinha em mente e começou a dizer:*

*– Eu faço... Eu faço... Eu faço... Eu faço...*

*Respondeu um ouvinte:*

*– Complicações para o país...*

Carolina Marina de Jesus

O ano de 2020 foi singular na história mundial, fruto de uma pandemia sem precedentes que assolou todo o planeta, mas as artes, principalmente a literatura, uma vez mais trouxe outras possibilidades para esse cenário, como a chance de fabular, que foi a válvula de escape para outros mundos, inclusive para a certeza da Terra redonda e para a memória de um outro Brasil. Foi nesse cenário que uma atividade, incomum à maioria, foi incorporada em nossa rotina: as lives. Acostumamo-nos a selecionar um cardápio diário com programações culturais nas mais variadas plataformas, fazendo de 2020

um ano especial para a literatura negro-brasileira, já que a obra Quarto de Despejo (1960), da autora Carolina Maria de Jesus, completou 60 anos nesse contexto, ganhou inúmeras homenagens, com reedições de obras, seminários, montagens teatrais e muito mais.

A autora mineira, nascida na cidade de Sacramento em 1914, traz em sua bagagem inúmeros gêneros literários, tais como poesia, romance, teatro, diários, além de provérbios e aforismos, além de um LP homônimo Quarto de Despejo. Porém, em função do contexto social e editorial, a obra, publicada

em 1960, abafou todas as outras produções ficcionais de Carolina, que já escrevia poesia em jornais desde 1940, como no periódico *Folha da Manhã*. Mas foi somente com os diários, as narrativas testemunhais sobre o cotidiano de uma mulher negra, mãe-solo de três filhos – João José, João Carlos e Vera Eunice –, e moradora da extinta Favela do Canindé, na cidade de São Paulo, que atraiu a atenção do público leitor, apresentado a um estranhamento: no contexto atual interseccional e inusitado, uma mulher negra, oriunda de camada popular, fazendo literatura e seduzindo leitoras e leitores, com temas que passavam longe da sala de visita, e ultrapassando em vendas nomes como o de Jorge Amado, seu contemporâneo.

Carolina Maria de Jesus inaugura o lugar da escritora negra no mercado editorial brasileiro. Ela usufruiu o que foi possível, negociou, saiu de onde morava, vendeu dez mil cópias de seu livro na primeira semana de publicação. Mesmo diante de suas limitações, entendia que tinha poder. Autografou nos diferentes circuitos culturais do país, feito ainda caro para escritoras negras brasileiras nos dias atuais. Essa mulher negra de pouca escolaridade tinha um projeto literário próprio, que rasura o modelo do cânone literário brasileiro. As gerações atuais tanto de leitoras e leitores, educadoras e educadoras amparadas pelo movimento de mulheres negras brasileiras, travam uma peleja antiga de deslocar a autora para além de imagens cristalizadas no imaginário nacional da escritora favelada e semialfabetizada, oferecendo às escolas e universidades brasileiras outras chaves de acesso a sua obra, pois uma autora traduzida para dezesseis idiomas precisa se

fazer presente nos currículos oficiais do país.

Uma das preocupações de Carolina era a de que o seu legado não desaparecesse, e seu desejo vem se consolidando em diferentes esferas. Este ano, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), através do Conselho Universitário (Consuni/UFRJ), concedeu o título póstumo de Doutora Honoris Causa, honraria máxima da universidade ao reconhecer a autora “por causa de honra”, como doutora acadêmica, por sua personalidade, pelo conjunto de sua obra e por sua contribuição para os estudos literários. Esse título, uma vez mais, coloca Carolina Maria de Jesus em uma condição de visibilidade que nenhuma outra escritora negra brasileira atingiu, construindo um legado para suas sucessoras na consolidação do campo da literatura produzida por mulheres negras no país.

Obrigada, Carolina!



---

\* Doutora em Literatura Comparada pela UERJ. Professora de Literatura do Departamento de Letras, Instituto Multidisciplinar, Campus Nova Iguaçu da UFRJ. Tutora do PET Conexões Baixada – e integrante do Conselho Editorial dos Manuscritos de Carolina Maria de Jesus.



IRIS MARIA DA COSTA AMÂNCIO\*

# O Pensamento Disruptivo:

reflexões sobre gênero, raça, classe, escrita  
estética literárias, política e afetos

*Eu sempre ouvi dizer que os poetas viviam na ociosidade. Eram os poetas brancos. Será que a sorte do poeta negro é negra igual a sua pele?*

6 de novembro de 1959.

*“Contei-lhes que custei descobrir que era poetisa. Que pensei que era enfermidade. Que o meu pensamento é clássico e eu fui obrigada a ler o clássico para compreender os derivados das frases. Que eu não posso sentar. Quando sento os versos emana-se. [...]”*

11 de dezembro de 1959.

*Eu sempre achei o analfabeto insociável. E eles não me aprecia por eu dizer o clássico e eles não compreendem e diz: a linguagem da Caróline só ela é quem entende. E passa a odiar-me.*

20 de julho de 1958.

Carolina Maria de Jesus

Desde meados do século XX, com o lançamento da obra *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*, nos anos 1960, a escritora Carolina Maria de Jesus (1914-1977) tem sido abordada e exaltada, de forma recorrente, na ambígua condição imposta pelos múltiplos olhares sociais sobre esse fenômeno autoral midiático de uma negra pobre na produção escrita. Best-seller afro-brasileiro com inegável boom internacional, esse livro – publicado em mais de vinte países – descortinou a invisibilidade da escrita por mulheres negras no Brasil, assim como acirrou o imaginário nacional de base escravocrata. A percepção dessa macrodubiedade na recepção da referida obra da autora, a meu ver, pode revelar aspectos que considero relevantes para esta reflexão, entre tantos outros possíveis.

Se, de um lado, o mundo acolheu o potencial da escrita e da estética dessa intelectual, memorialista e poetisa, de outro, o país alimentou o exotismo racista em relação a uma preta favelada que escreve, revelada como furo de reportagem sob os olhares racistas e classistas do jornalista e editor Aldálio Dantas, destacado na grande mídia (também racista e classista) como “descobridor” de Carolina Maria de Jesus, como um revival das cenas colonizatórias portuguesas no século XVI.

As comemorações do centenário de Carolina Maria de Jesus em 2014 – mobilizadas por vários coletivos e organizações que engendram e constituem os movimentos de mulheres negras no Brasil, como também por leitoras/es, estudiosas/os, pesquisadoras/es e por clubes de leitura – visibilizaram a autora e a obra em suas múltiplas dimensões. Deu-se, portanto, outro boom. Este, todavia, de âmbito nacional, escancarou subjetividades antissexis-

tas, antirracistas, epistemológicas, teórico-críticas, históricas, sociopolíticas e efetivas, naturais à autora e inerentes ao livro, reposicionando a autora como uma intelectual de perfil disruptivo e sua obra como um título que marca a consolidação dos gêneros testemunho e escrita de si negros na ambiência estético-literária contemporânea brasileira.

O imbricamento das múltiplas dimensões da pessoa, da intelectual e da autora “Carolina”, como tem sido afetuosamente referenciada, consolida a emergência da categoria escritora negra, diferenciada pela cosmovisão herdada do pertencimento negro-africano e pela vivência na precariedade socioeconômica imposta à população negra desde a experiência dos diversos processos históricos de escravização de africanos e de seus descendentes no Brasil, somadas às mazelas do sexismo. Entendo que essa condição ontológica, bem mais que promover a chamada temática negra – tão preciosa para o racismo estrutural que também subsidia a grande mídia literária brasileira –, crava rituais próprios de escrita, habilmente performatizados a partir dos pilares das tradições orais negras, raízes e matrizes do fazer literário negro-brasileiro. Por sua natureza, tais fundamentos permitem tanto o diálogo interseccional irmanado com as produções literárias africanas e afrodiáspóricas, quanto as inúmeras comparações problematizadoras da obra de Carolina em relação a outras obras literárias consideradas nacionais ou universais na perspectiva canônica eurocentrada, marcadamente aquelas de autorias de escritoras e escritores brancos.

É com esse propósito de pensar os rituais de escrita literária da autora que ressalto a diferenciada concepção de texto, as expressões linguístico-estru-



turais, os jogos de linguagem no contexto ficcional, os efeitos sintático-estéticos e as problematizações conceituais sobre o ser negro, a vida, a escrita e a política, entre outros procedimentos técnicos e artísticos da produção escrita de Carolina Maria de Jesus. Essas características revelam o pertencimento da escritora e da obra a ontologias que configuram as subjetividades do ser negro em diáspora. Ao mesmo tempo – e sempre ao mesmo tempo –, trata-se de um escrever a partir da tensa concomitância de ritos aforreferenciados e eurorreferenciados em contextos urbanos, numa dinâmica discursiva em que a negrura e as etnicidades de sujeitas/os autorais de origens ou de descendências africanas impregnam a escrita branca colonizatória europeia, ainda que atualizada pelo colonialismo do papel branco chinês, de vínculos e de pertencimentos identitários negros. Tal condição afrodiaspórica processa-se de maneira tão subversivamente disruptiva que retoma a condição primordial negra na Antiguidade e o propósito fundante do nascedouro do papiro egípcio, desenvolvido a partir do junco plantado e colhido nas margens imperiosas do rio Nilo.

Em outras palavras, a autoafirmada intelectual e poetisa Carolina Maria de Jesus crava ritos estéticos negros na Literatura Brasileira contemporânea, tornando a “literatura como sistema”, de Antonio Candido (1997), uma literatura negra, porque calçada num modo de fazer literário que Aimé Césaire (2010) conceituou como sendo identitário negro, ou de afirmação de negritude. Ao mesmo tempo – e sempre ao mesmo tempo –, pertencimento, consci-

ência, experiência, memória, fidelidade, despertar, rejeição, revolta e luta negros. Conforme se verifica, nas passagens em epígrafe – entre outras tantas reflexões também destacadas em pesquisas comparativas de Elzira Perpétua (2014) sobre as diferentes edições de Quarto de Despejo –, Carolina Maria de Jesus é, exemplar e inegavelmente, uma intelectual e poetisa negra brasileira.

## REFERÊNCIAS:

CANDIDO, Antonio. Formação da literatura brasileira. 8. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.

CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre a negritude. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2019.

PERPÉTUA, Elzira Divina. A vida escrita de Carolina Maria de Jesus. Belo Horizonte: Nandyala, 2014.



\*Iris Amâncio trabalha como Professora e Pesquisadora de Literaturas Africanas e de Literatura Portuguesa na Universidade Federal Fluminense (UFF), na qual exerce as funções de Coordenadora do Licafro-UFF (Laboratório de Literaturas Africanas e da Diáspora Negra) e do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Literatura Infantojuvenil. No contexto da promoção da leitura afroliterária e da curadoria editorial, promove a publicação de livros de autoras e autores negros africanos e afrodiaspóricos junto à Nandyala Editora, há 15 anos, com forte impacto sociorracial no mercado livreiro de Língua Portuguesa.



VANTUIL PEREIRA\*

## Simplemente Carolina Maria de Jesus

Como ler e entender *Quarto de Despejo*, obra excepcional de Carolina Maria de Jesus? Como compreendê-la à luz das transformações operadas na cidade de São Paulo de meados da década de 1950? Parece profícuo trilharmos um caminho distinto do operado por muitos analistas que viram a obra a partir do viés literário e tomarmos a obra como um relato da experiência das/dos milhares de negras/os que se deslocaram do meio rural para cidades como São Paulo em busca de melhores oportunidades e fugindo dos valores senhoriais que insistiam em permanecer nos rincões do país.

A obra de Carolina de Jesus traduz-se em uma experiência compartilhada por quem “viveu a fome” e pode falar dela, vindo de uma moradora de espaços de pobreza. Ela, tendo diariamente que buscar meios de sobrevivência, relata com agudeza os desafios diários pela (re)existência. Sua descrição não romantizada da pobreza é a de um ser humano que demonstra juízo de valores em relação aos

vizinhos, que faz brotar rancores e frustrações. Mas também palavras de esperança proferidas nos momentos mais difíceis, muitas vezes saindo da boca dos filhos, tão protegidos por ela.

Ao tentar enquadrar a obra nos cânones literários, buscando a aceitação da autora como escritora, estamos nos distanciando dos reais sentidos que podemos dar a sua obra e a Carolina Maria de Jesus, como uma pensadora que buscou relatar um universo invisibilizado socialmente. Ela é a voz da subalternidade coletiva que se eleva e, como um soco no estômago, traz à luz dados da realidade vivida por milhões de negras/os em nosso país.

Seu relato faz aflorar o racismo que se traduz em pobreza, incerteza, marcas corporais que, como afirmava Guerreiro Ramos (1995), demonstra o “negro vida”, isto é, aquele que cotidianamente insiste em sobreviver em meios socialmente não reservados para ele.

A obra demonstra, de outro lado, que os sonhos e

a esperança em dias melhores não eram garantidos ou nunca se realizariam. Isso porque o acelerado processo de modernização que cidades como São Paulo e Rio de Janeiro assistiram foi acompanhado pelo surgimento de espaços confinados de pobreza, tais como as favelas e os cortiços, demonstrando que a vida urbana pouco ou quase nada tinha de diferente em termos de oportunidade para determinados setores da população. Um novo modo de vida era uma quimera, restava o preconceito, a exclusão, a vida incerta, a fome e os conflitos cotidianos pela sobrevivência.

Fica difícil não levarmos em conta que o relato presente em *Quarto de Despejo* tem uma mesma temporalidade que a descrição feita por Roger Bastide e Florestan Fernandes sobre os desafios de inserção dos negros na sociedade paulista. Os estudos dos autores mostraram uma sociedade em transição, sem que houvesse uma ruptura com os velhos padrões sociais, sustentados na exclusão, na visão racializada da sociedade escravocrata e na subalternização de segmentos que deveriam ocupar espaços marginais.

*Quarto de Despejo*, portanto, é o retrato fiel e empírico daqueles estudos, levando-nos a concluir que a democracia racial ou a suposta igualdade racial era mais um mito do que propriamente algo palpável, visto que a maioria dos moradores que habitavam as favelas, como as do Canindé, era composta por homens e mulheres de cor.

São narradas situações de incerteza, derivadas do alto custo de vida, o que levava a autora a falar permanentemente da falta de pão para alimentar as crianças, as diversas descrições de disputa pela água, pela alimentação distribuída nas igrejas, em

paralelo ao alto consumo de álcool.

A dificuldade de sobrevivência, os dilemas quanto à política e a permanente preocupação com a fome mostra-nos uma forma de ler o mundo a partir das incertezas presentes na vida das pessoas pretas em sociedades racistas.

Ao decidir escrever em um diário os relatos cotidianos, a autora expõe um determinado sentido de agência, sustentado em sua intencionalidade permanente de superar a condição de pobreza e criar os filhos, oferecendo-lhes melhores oportunidades. Demonstra, ao mesmo tempo, uma forma de ler o mundo de modo a não agir com violência em relação às crianças, de tratá-las bem, dar-lhes amor.

Mostra ao mesmo tempo que as opções intencionais em criar os filhos sozinha, uma vez que a companhia de outra pessoa poderia acarretar violência tão bem relatada nas denúncias elaboradas em relação às outras mulheres da favela.

Por fim, trata-se da tradução dos sofrimentos coletivos. Daí a importância que a obra de Carolina Maria de Jesus tem recebido neste momento. Ela tem o significado de uma coletividade e a marca de uma ancestralidade de enfrentamento e persistência diante de tantas barbaridades e desumanização das pessoas negras.

Traduzida para dezenas de línguas e publicada em diversos países, a sua obra somente ganha sentido a partir de um contexto renovado no campo metodológico e epistemológico, que coloca no lugar as/os sujeitas/os megras/os em seus próprios destinos e narrativas. O lugar de fala é o espaço da expressão da experiência vivida cotidianamente. Faz notar a emergência de novos atores sociais pós-cotas raciais, dentro de um universo de demandas

sociais que indicam a possibilidade de novos futuros em meio a tantas turbulências.

Quarto de Despejo lança luzes sobre o conjunto de transformações necessárias a serem alcançadas, visto que as mazelas pretéritas não foram superadas. A violência contra as pessoas pretas das favelas é parte de um cotidiano racializado que pretende controlar e confinar as/os negras/os em determinados lugares.

Além de toda a relevância mencionada, o livro também atua no sentido de presentificar os ícones negros que possam servir de referências sociais e expressões de lutas sociais que indicam a humanidade tão negada atualmente aos negros.

Por fim, a obra indica um devir que se traduz na tarefa coletiva que as/os negras/os têm nas mãos para transformar a sociedade. Embora as alianças e a solidariedades brancas sejam necessárias, a missão e o papel protagonista de superar as assimetrias devem ser tarefa daqueles que encarnam a dor, o sofrimento e as expectativas de que a realidade retratada por Carolina Maria de Jesus não é atemporal. Ao contrário, é tão histórica que pode mudar. No entanto, as ferramentas do senhor não vão derrubar a casa grande.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RAMOS, Alberto Guerreiro. Introdução crítica à sociologia brasileira. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo: ensaios sociológicos sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. 1. ed. São Paulo: Anhembi, 1955.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Bahia: Edufba, 2008.

GROSGOUEL, Ramón. Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias descoloniais. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 59, n. 2, p. 32-35, 2007.

---

\* Historiador, professor associado do NEPP-DH/UFRJ.



# MURRO EM PONTA DE FACA

de Augusto Boal

com Paulo, Carlos, Francisco, Maria, Marina, Osvaldo, Orliani, Roberto, Roseli, Sérgio, Thales, Paulo, Valdeci, Vinícius, Gustavo, Roberto, Marcelo, Chico, Rodrigo, Le, Rubens, e  
Direção de Augusto Boal



17.03.71

1-2 marzo 1978

Seminario sulle tecniche del teatro  
Latino-Americano per operatori teatrali locali,  
insegnanti, studenti, giovani

2 Marzo 1978

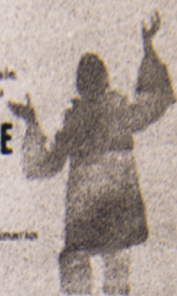
ore 21 - Palestra Comunale  
Via Mercenocci - Pontedera

## DIMOSTRAZIONE PUBBLICA

di AUGUSTO BOAL  
con i partecipanti al seminario

ENTRATA GRATUITA

per la Ricerca e la Sperimentazione in Teatro



AUGUSTO BOAL  
HEBA  
UTAN SLUT

teatro La Mama present  
TORQUEMADA

TEATRO  
con quattro posti  
14 15 16 n

AUGUSTO  
BOAL



# OPINIÃO EM OBRA ABERTA

JOSIANE ALCÂNTARA  
WALDELICE SOUZA

## BOALAUTOREXPECTADORATOR

Em tempos de luta pela verdade, evitar o silêncio, experimentando compor opinião sobre as coisas, pode ser um ato transformador. A Revista Versus considera que a ação de pensar pode resultar de um conhecimento fartamente documentado e argumentado. Para observar alguns temas, é preciso cotejar as opiniões, observando as possibilidades de construção de políticas públicas. Os acervos podem ser gestos passados organizados em documentos ou

objetos que evocam lembranças, mas não necessariamente reportam ao que foi para o ato de atualização, no qual o principal desafio é considerá-lo em seu contexto, na história de sua arrumação. Olhar para tais arranjos traz à tona a importância da memória das noções de patrimônio, acervos pessoais ou institucionais. Conferências dos arranjos feitos por universidades no interesse de atender à necessidade de guarda dos legados de seus intelectuais podem colaborar com o cumprimento de uma das suas responsabilidades sociais.

Escrito por duas técnicas da UFRJ, Josiane Alcântara, bibliotecária, e Waldelice Souza, produtora cultural, atualmente coordenadora das atividades culturais, ambas da Decania do CCJE, interessadas em observar política de acervo da obra de intelectuais, este texto conta também com as colaborações de Cecília Boal, Atriz e Psicóloga; Célia Costa, Historiadora e Documentalista; Eleonora Ziller, Professora da Faculdade de Letras da UFRJ e Presidente da ADUFRJ; José Luiz Ligiéro, Professor do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGAC-UNIRIO); Luciana Heymann, Historiadora e Pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz- FIOCRUZ; e Priscila Matsunaga, Professora da Faculdade de Letras da UFRJ.

É bem difícil pensar a importância de acervos de certo tipo, como “os pessoais”, que foram estabelecidos por artistas, teatrólogos, cientistas, pesquisadores, intelectuais, sem considerar algumas noções de outras categorias correlatas, como, por exemplo, patrimônio. É boa a perspectiva do Professor José Reginaldo Santos Gonçalves, do Museu Nacional da UFRJ. Para ele, como muitas categorias que aju-

dam na reflexão, “patrimônio” é resultante do moderno pensamento ocidental, que se constitui em fins do século XVIII com os denominados Estados Nacionais. Ainda segundo o Professor, a categoria, foi ressemantizada pela ideia de recuperação, manutenção e preservação de uma memória, apresentando as raízes de espaço social e político, cedendo certa legitimidade a essa estrutura de circunscrição do território e das populações. Ou seja: “Patrimônio não é uma categoria inventada no tempo moderno, ela é “herdada” por esse período, vinda de outros tempos”.

Essa categoria está presente no mundo antigo, no clássico e na Idade Média. Ela existia – e existe – como noção nas sociedades de organizações políticas diferentes. Para o professor essa noção teria se formado por derivação de outra categoria, a de “coleccionamento”. Os patrimônios podem ser entendidos como coleções de objetos moveis e imóveis, apropriados e expostos por determinados grupos sociais. Diz ele: “Todo e qualquer grupo humano exerce algum tipo de atividades de colecionamento de objetos materiais, cujo efeito é demarcar um domínio subjetivo em oposição a um determinado ‘outro’”. Por isso, os itens reunidos por ação de colecionar e o patrimônio se relacionam por estarem ligados pela manutenção de uma relação com o ‘outro’ na vida em curso, em convivência coletiva ou social.

Já Luciana Heymann, pesquisadora da FIOCRUZ, vê o patrimônio pela perspectiva da ação pública institucional e a dimensiona: “Quando se fala de patrimônio é importante perceber que se aciona a ideia de um julgamento de valor sobre aquele conjunto, sobre aquele acervo. Isso porque a



noção de patrimônio remete à ideia de uma seleção produzida, em geral, pelo próprio poder público, com maior ou com menor participação da sociedade civil”.

Para a pesquisadora, “os itens que são registrados, tombados ou selecionados como representativos de determinada identidade passam a ser qualificados como patrimônio. Essa identidade pode estar associada à nação, a uma região, a uma atividade. Por exemplo, o acervo pessoal de um cientista ou de um literato doado a uma instituição de memória é percebido como parte do patrimônio da ciência ou das artes do país”.

É a historiadora que desloca essa noção problematizando-a, quando considera que: “A relação entre patrimônio e memória é muito estreita. Por isso

o processo de patrimonialização sempre é acionado quando se considera que certos bens são fundamentais para a preservação de determinada memória, seja ela nacional, seja de um grupo, entende? No caso dos acervos pessoais, quando o titular projeta um destino público para seu acervo, quando planeja a doação e dela se encarrega, pode estar em jogo um projeto de perpetuação da própria memória, mas isso não é regra”.

O acervo de Augusto Boal tem essa dimensão por conter aspecto de interesse educacional, tanto ao ensino do teatro quanto de outras políticas educacionais emancipadoras. Muitos pesquisadores consideram que a expressão “oprimido” do teatro de Boal dialoga com a ideia de “transformação”, que Paulo Freire defendia ao anunciar que a educação





libertadora deve considerar o aprendiz.

Em tempos em que o debate público está sendo encurralado a um beco sem saída, em que coisas essenciais à vida são vendidas por tão pouco, falar sobre memória de artistas e intelectuais pode parecer um luxo, mas não é, assim como não o é o ato responsável no presente, tendo-o como promessa de futuro. Esse direito a recordar não é luxuoso, como não o é o ato de ser responsável com o presente, tendo-o como promessa de futuro.

Há documentos, objetos, fotos, cartas, ou seja, registros que revelam como alguns artistas, políticos e intelectuais agiam e pensavam. Ver pegadas dos atos, observar e lembrar esses pensamentos pode se configurar em desdobramentos de outros gestos investigativos ao se visitar um acervo. Pode-se dizer que os acervos são instrumentos de memória, a lembrança dos ausentes. E retomá-los pelos pensamentos, é mantê-los no ambiente social. E isso importa para o que somos e o que queremos ser.

A organização desses acervos pode se dar por determinação “institucional”, quando um centro de memória, uma fundação ou instituto assume a guarda; quando os atos de guarda estão a cargo de uma pessoa física, seja o próprio titular ou alguém que fala em seu nome, como um herdeiro, um interlocutor direto (parente) ou indireto (estudioso).

A Versus se debruça sobre o Acervo Pessoal de Augusto Boal, artista político e intelectual importante do teatro brasileiro, que merece ser conhecido pela extensão de seu pensamento. Boal é membro da comunidade universitária da UFRJ, vínculo reestabelecido com a concessão do título de Doutor Honoris Causa, *in memoriam*, em fevereiro de 2012, “ao falecido ensaísta e dramaturgo Augusto

Boal, autor de *O Teatro do Oprimido*”, a pedido da Congregação da Faculdade de Educação.

## CHEGUE MAIS PERTO! UM CURINGA EM CENA.

Nome sonoro, redondo, arejado, delineador de um pensamento potente, Augusto Pinto Boal, nascido em 16 de março de 1931, na Penha, Rio de Janeiro, e falecido na mesma cidade, em 2 de maio de 2009. Ele estudou e se formou em engenharia química na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1950. Logo depois, embarcou para Nova York, onde estudou teatro na Universidade de Columbia, cursando direção e dramaturgia, tendo o crítico e professor John Gassner como um de seus mestres. Volta ao Brasil em 1956 e passa a trabalhar com o Teatro de Arena de São Paulo, atuando como diretor ao lado de José Renato Pécora, até 1970. Em 1971, Boal é exilado, de onde retorna quase ao final do primeiro governo de Leonel Brizola no Rio de Janeiro (1983-1986), quando Darcy Ribeiro, então Vice-Governador e Secretário de Ciência, Cultura e Tecnologia, convida-o a desenvolver um trabalho na rede dos CIEPs. O que se ajustou ao interesse do teatrólogo de voltar a morar no Brasil, por isso o convite, para dirigir a Fábrica de Teatro Popular, foi aceito. Sempre ativo, Boal se envolveu nas ações que considerava importantes para a defesa do país e da educação transformadora. Em 1992 foi candidato a vereador do Rio, eleito, ele compôs o teatro legislativo. Em 2003 foi enredo da Escola de Samba Acadêmico da Barra da Tijuca, com o seguinte samba “*É arte, é Carnaval! A Barra da Tijuca apresenta o Teatro do Oprimido na Vida Real*”. Todos os atos de Boal, pelo que se diz, são bem registrados. Ao lon-

go da vida pública, o estudioso compôs, encenou, pensou, difundiu e ensinou teatro. Documentou e guardou o que fez. Resultando em conjunto multimídia e “multi atos”. A história desse material, talvez, trate de duas intenções do teatrólogo carioca. Em um ato, o registro e a liberação de acesso do que foi guardado, e, no outro, o de se manter em cena, atuante na vida.

Fundador do Teatro do Oprimido, pelo que é mais conhecido ainda hoje, aliando teatro e ação social, suas técnicas e práticas difundiram-se pelo mundo. A partir da metodologia do Teatro do Oprimido, desenvolveram-se outras técnicas teatrais como: Teatro-Jornal, Teatro-Invisível, Teatro-Fórum, Teatro Legislativo, Teatro Imagem, Arco Íris do Desejo e a Estética do Oprimido. Cada uma dessas técnicas representa uma resposta encontrada por Augusto Boal.

## ITINERÁRIOS DO ACERVO

### *Primeiro ato – formação do acervo de Boal*

Depois de memória e patrimônio, acervo é uma das categorias mais amplas dessas que auxiliam a refletir sobre organização dos conjuntos documentais. Luciana Heymann considera que “a categoria acervo, talvez, seja uma das mais abrangentes das mencionadas. A palavra acervo é usada, em geral, para fazer referência a todos os documentos existentes em uma instituição”. Os acervos têm constituições diferentes, quando são organizados por pessoas ou instituições. “Por exemplo, no acervo de uma instituição, se pode considerar os vários arquivos, as várias coleções, inclusive, as bibliográficas”. Para a professora, “isso porque acervo se refere à reunião de conjuntos ou itens que, inclusive, podem

ser arquivos, coleções e até objetos”. Por isso, acervo é uma categoria ampla e pode englobar diferentes tipos de registros .

Outra configuração importante são as noções de acervo e coleção, sobre essa diferença, a pesquisadora da FIOCRUZ diz: “Quando se fala em coleção, se está acionando uma outra categoria que, no campo da arquivologia, tem uma relação tensa com a noção de arquivo. Isso porque a definição de arquivo remete à constituição progressiva e natural de um conjunto documental, acumulado ao longo da vida, como registro das atividades do personagem. Já uma coleção remete à ideia de uma reunião voluntária de registro. Pode ser uma coleção de objetos, pode ser uma coleção documental, mas como uma reunião voluntária de registros. Pode ser uma coleção de objetos, pode ser uma coleção documental, mas sempre uma reunião intencional de documentos”.

## **SOBRE ACERVO PESSOAL DE AUGUSTO BOAL**

Para a professora da FIOCRUZ, existem distinções também entre acervos ou arquivos institucionais ou pessoais, para ela, os arquivos institucionais referem-se ao funcionamento institucional, enquanto os pessoais são relativos à trajetória e inserções do indivíduo. Isso lembra Boal, quando diz que “todo teatro é necessariamente político, porque políticas são todas as atividades do homem e o teatro é uma delas”. Para um homem que considerava todo gesto um ato político, não é possível achar que as atividades de selecionar e guardar não sejam. O acervo foi constituído ao longo da vida do teatrólogo, refletindo um homem interessado no Brasil e ar-

tista preocupado com questões da política nacional, o que o caracteriza como acervo pessoal, em que a agência de sua formação pode ser dimensionada como sendo do titular. Para Heymann, “quando se fala de arquivo pessoal, está se considerando o conjunto resultante de uma agência do próprio titular”.

A agência do acervo pessoal de Boal é compartilhada entre o autor, criador, a psicóloga e atriz argentina, Cecília Thumin Boal, sua esposa de muitos anos: “Conheci Boal há muitíssimo tempo, em 1966, quando eu comecei a fazer teatro, em Buenos Aires, onde eu nasci, e ele foi convidado pelo grupo onde eu estava fazendo uma peça para montar um espetáculo que ele já tinha montado no Arena”. Além disso, é compartilhada pelo filho do dramaturgo, o cineasta Fabian Boal.

Aparentemente, Boal guardava sua memória silenciosamente, pois, segundo Cecília Boal, após o falecimento do marido, foi surpreendida, ao deparar-se com o volume de documentos acumulados por ele ao longo dos anos. Sua sensibilidade com as questões nacionais, em especial àquelas ligadas ao campo das artes, permitiu que o teatrólogo reunisse materiais de diferentes momentos da sua trajetória, como por exemplo aqueles que contam a história do teatro brasileiro em um contexto de renovação dos anos de 1950 e 1970. Para Priscila Matsunaga, esse ato de guardar do Boal “É curioso, né? Que uma pessoa que tenha sofrido o exílio, que teve que sair do país, se preocupasse em guardar esses materiais. Então, fico imaginando: como será que ele levava? Onde guardou tudo isso? Como recolheu depois? Isso porque esses materiais retratam um momento em que o teatro se configura por uma abordagem mais politizada, uma modernização que caminhou



junto dos movimentos sociais e ações nacionais dos sindicatos”.

Isso diz que as ações do Boal em juntar esses materiais teriam uma função importante, mesmo que o significado do ato ainda não estivesse claro. O dramaturgo juntou objetos arquivísticos, museológicos e bibliográficos como recortes de jornais, textos teatrais, fotografias, desenhos, medalhas, placas, mídias audiovisuais, documentos até então desconhecidos por pesquisadores. Boal colecionou programas e cartazes de peças, em especial, os do Teatro Arena e da famosa Feira Paulista de Opinião. Especulava-se que os programas da Feira não tinham sido preservados, “era uma coisa meio mítica”, como diz Priscila Matsunaga, Professora do Departamento de Letras da UFRJ. No entanto, as folhas datilografadas com as informações do que tinha sido cortado pela censura permaneceram e

estavam guardadas entre os documentos reunidos. A Professora Matsunaga continua: “Eu acho que ele tinha uma coisa assim de querer organizar, sabe? Um espírito organizador, um poder de síntese, de especificar o que estava acontecendo no teatro naquele momento. Por exemplo, voltando ao programa da feira paulista, ele coloca lá, o que estava acontecendo teatralmente no país e no mundo”.

## **ATO CONTÍNUO DO AUGUSTO BOAL**

Talvez seja esse o papel do Acervo Pessoal Augusto Boal se preocupava com a salvaguarda do acervo reunido ao longo da sua carreira de mais de 50 anos. Morador do bairro carioca do Arpoador, local litorâneo, o teatrólogo se angustiava com os efeitos da maresia na preservação dos materiais, em especial os documentos fotográficos e audiovisuais. José Luiz Ligiéro, professor da UNIRIO, ofereceu a possibilidade de a Biblioteca Central da UNIRIO

receber e salvaguardar o acervo, ideia acolhida por Boal, já que seria endereçado à IFES, única no ensino superior de teatro no estado, o que marca já uma posição: a de ficar perto de quem estuda teatro e de ficar no país.

As conversas duram quase dois anos, até que, no dia 20 de março de 2009, é firmado um contrato de comodato entre a UNIRIO e Augusto Boal e parte do acervo do teatrólogo passa a estar sob responsabilidade da universidade por prazo indeterminado, enquanto a família permitisse. Nesse primeiro momento, a instituição recebe um total de 80 horas de documentos sonoros, 300 horas de documentos audiovisuais, 200 documentos iconográficos e 50 mil documentos textuais. No trabalho preliminar com o acervo, José Luiz Ligiéro propôs projeto a ser financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) com outros professores e estudantes da instituição, para organização, preservação e difusão do acervo. A proposta previa a criação de um site para disponibilizar os documentos aos futuros interessados. Por dificuldades, o acervo deixa essa instituição em 28 de setembro de 2010.

## NOVOS PASSOS E A CAMINHO

Com a formalização em 2 de dezembro de 2011, o conjunto documental de Boal vai para a Biblioteca José de Alencar, da Faculdade de Letras da UFRJ.

Acervo pessoal é comumente visto como um espelhamento do 'eu', já que seu titular seleciona seus escritos a partir de critérios particulares, distintos e variados que podem estar relacionados ao interesse profissional, por alguma necessidade de identificação, por afeto, desafeto ou para relembrar. A ida

desse material para a UFRJ conta com muitos atores: A imprensa, a disposição do Ministro da Educação da época, a mediação da Professora da Letras, Priscila Matsunaga e a de Sérgio Carvalho, diretor da Companhia do Latão, de São Paulo. A Professora Eleonora Ziller, Diretora da Faculdade de Letras, é figura importante para estabelecer os arranjos institucionais, conhecia o legado de Augusto Boal desde muito jovem, quando exercitava as técnicas difundidas pelo teatrólogo. "Eu sempre acentuo que o interessante do teatro do Augusto Boal é a possibilidade de que qualquer um de nós pode fazer teatro". A Professora conheceu Boal por seu pen-

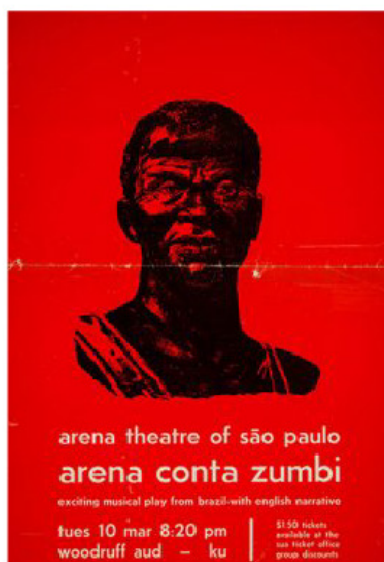
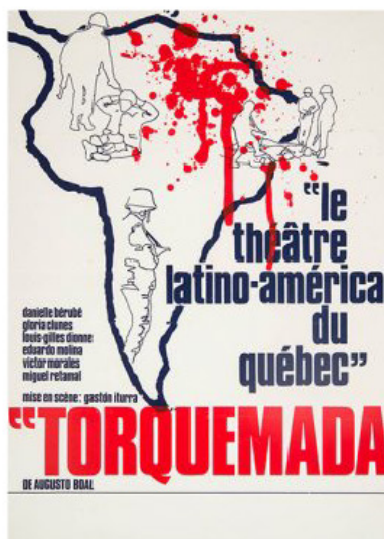
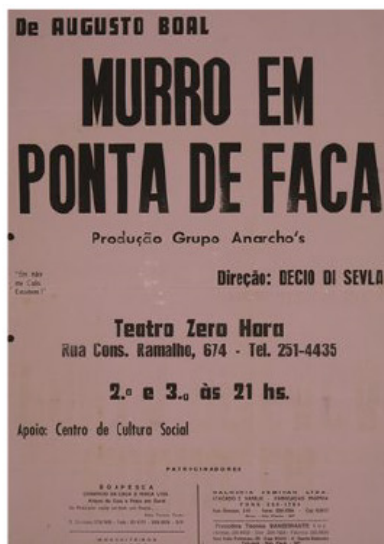




samento, quando ainda estava no colégio. “Eu não conheci o Boal pessoalmente, exercitei sua técnica quando bem mais nova. Ele era a figura de um teatro que desejava transformar o mundo e construir a democracia no Brasil. Aquelas coisas gigantes que se pensa quando se tem 15 anos. A gente não quer pouco aos 15 e 16 anos. Então, é nesse o contexto que o Boal chega para mim”.

Agora, diante do desafio da guarda do acervo, uma nova relação com a figura mestra é gerada. “O paradoxo disso tudo é que exatamente depois que ele morre é que eu fico mais próxima dele. Assim, por causa do Acervo, por conta de tudo que passamos, junto com a Cecília, para defender e proteger o acervo, eu passei a conhecer mais o Boal”, diz ainda Eleonora.

Considerando o mote de que as coisas produzidas em um lugar deveriam permanecer onde foram criadas, compõe-se uma nova possibilidade para que as universidades pensem as memórias de seus intelectuais. Nesse caso, um consórcio forma o Centro Interuniversitário de Memória e Documentação (CIM) – que reunia a Faculdade de Letras, o Fórum de Ciência e Cultura e Casa da Ciência, unidades da UFRJ, e agrupava também as seguintes instituições do estado do Rio de Janeiro: CEFET, UNIRIO, UERJ, UFF, UEZO, UENF e UFRRJ e possibilita a realização desse projeto. “Era uma ideia muito bonita que a gente conseguiu, tivemos lá com Fernando Haddad que também abraçou o projeto na hora, mas era para a área cultural, então, a universidade iria gastar para criar o CIM”, lembra Eleonora.

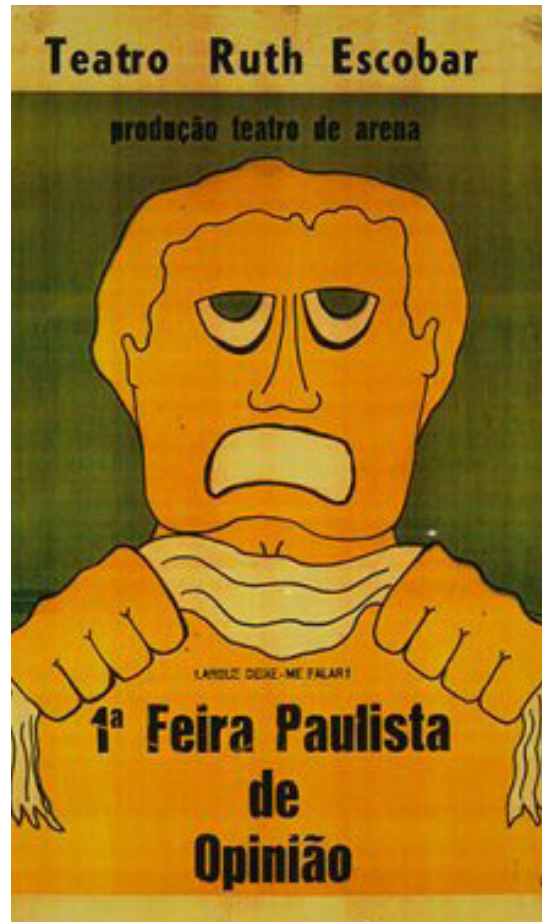


## ORGANIZAÇÃO DOCUMENTAL PARA DIFUSÃO DO CONHECIMENTO – ATOS CONJUGADOS EM UM MESMO ACERVO.

O trabalho efetivo se dá em algumas frentes, a institucional, a de organização do acervo e a de experimentação para difusão do conhecimento, como expõe Priscila Matsunaga: “Quando o acervo vai para a UFRJ, o que se confirmou de fato no final de 2011, a gente assume o trabalho com uma divisão interna de atividades. Eu fiquei com a parte mais de fomento, com o desafio de desenvolver atividades entorno do acervo”. O Professor de literatura brasileira, Eduardo Coelho, com a parte propriamente de organização, parte que sempre enfrenta muitas dificuldades quando entregue a instituições de ensino como a UFRJ.

O acervo pessoal de Augusto Boal chegou à UFRJ já tendo recebido algum tratamento técnico, pois já estavam separadas a produção intelectual do dramaturgo e a produção intelectual de terceiros. Os recortes de jornais também estavam separados, bem como o material fotográfico e, apesar de não ter sido feito o tombamento desse conjunto de documentos, objetos etc., o CIM recebe o acervo e esse ato é um marco importante na história de construção de espaços mais amplos para a memória dos intelectuais nacionais.

O interesse da UFRJ em relação ao acervo de Boal era simples: fazer a organização do acervo, elaborar o arranjo com uma descrição sumária, digitalizá-lo e, em seguida, disponibilizá-lo em ambiente on-line, resultando na criação de múltiplas possibilidades de pesquisa. O objetivo principal era, assim, proporcionar um maior número de pesquisas sobre Augusto Boal.



A organização foi estipulada pelas seguintes séries: **Série Correspondência (CP)** – composta por seis caixas-arquivo de correspondência pessoal. São cartas trocadas com Chico Buarque de Hollanda, Fernanda Montenegro, Pina Bausch, Gianfrancesco Guarnieri, Tarso Genro, Luís Inácio Lula da Silva, Nancy Guevara, Jack Lang, Júlio Cortázar, Ruth Escobar, Paulo Tarso Flecha de Lima, Ferreira Gullar, entre outros, e foram organizadas em ordem alfabética, de acordo com o sobrenome dos destinatários; **Série Produção Intelectual (PI)** – formada por vinte e uma caixas-arquivo de documentos



produzidos por Augusto Boal. Documentos compreendidos por vários roteiros de peças e textos datilografados; nessa série consta também textos encadernados sobre a estética do oprimido, jornais sobre possíveis razões de sua saída do Brasil, artigos em jornal, textos políticos, anotações sobre a Fábrica de Teatro Popular; **Série Produção Intelectual de Terceiros (PIT)** – integrada por quinze caixas-arquivo com os tipos documentais: roteiros de filmes, dissertações de mestrado e teses de doutorado orientadas pelo teatrólogo, notícia de jornal, textos informativos, desenhos, anotações, revistas e adaptações teatrais, elaboradas por terceiros; e a última, **Série Diversos (DV)** – composta por três caixas-arquivo de documentos que não se enquadravam nas outras séries estipuladas.

Em gesto sincrônico, se fomentava as atividades em torno do acervo, como lembra Matsunaga: “Então, junto com isso, eu dava cursos de extensão, chamava professores para debater a obra do Boal e desenvolvia oficinas”. Esses foram passos importantes para disponibilização. Cecília Boal também traz uma informação importante sobre as ações do CIM, quando diz que: “UFRJ digitalizou absolutamente tudo, tudo. Vocês digitalizaram tudo, sabe? Toda essa parte que estava em VHS, as fitas pequenas, também digitalizaram todos os jornais e toda a documentação que estava em papel. E tudo isso foi para as nuvens e para grandes HD’s”.

De acordo com a Professora Matsunaga, “a ideia era essa, quando a gente assumiu o acervo. Reconhecer a importância do Boal que mundialmente já era reconhecido, mas que no Brasil, ainda não se credita justamente sua importância em termos teatrais e em termos políticos. E como essas duas

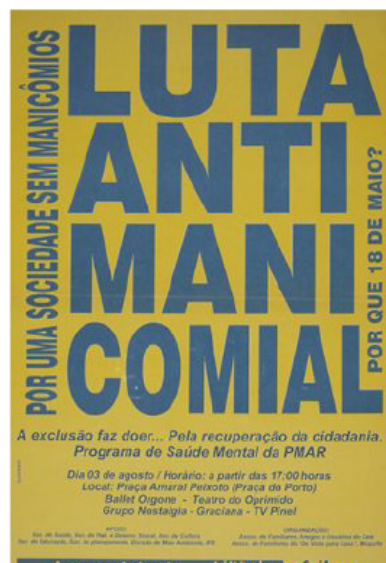
coisas, na verdade, andam juntas na obra dele, é importante revisita-la. O acervo acessível permite isso”. Ainda para ela, “acho que hoje existe um maior estudo em torno do Teatro Arena. Acredito que em parte esses novos estudos se desenvolveram em função, pelo menos, dessa pequena abertura que teve o acervo do Boal. Da importância dele no Teatro Arena”, explica. “Isso porque a gente conhece mais o Boal pelo Teatro do Oprimido, que é depois do período do exílio. E o bacana do acervo é que ele guardou muita coisa desse período de antes do exílio. Tinha muita coisa assim, de recorte de jornal, de programas, de peças teatrais. Dessa forma, para quem se interessa por esse período da década de 1960/70, final de 1950, que é considerado o período de renovação do teatro brasileiro no sentido mais politizado, da modernização que se faz junto aos movimentos sociais e aos sindicatos, é um prato cheio o que se tem no acervo”.

Diante de novas dificuldades, parece que o acervo sai da UFRJ em 2013. Nas muitas conversas sobre a importância dos acervos em IFES, das análises sobre os atos e percursos envolvendo o acervo de Augusto Boal, uma constatação incômoda pairava ao longo do trabalho: a política de acervos de caráter institucional, que abrangesse a preservação, o tratamento e a difusão ainda é pouco clara. Apesar disso, ainda é importante se considerar a ideia do Centro Interuniversitário de Memória e Documentação, o CIM. Como a Professora Eleonora apontou, houve uma “orfandade de pessoas”, o engajamento político de pessoas era importante para a gestão do acervo, justamente porque não havia uma política institucional consolidada. É evidente que, na última década, a universidade se empenhou para institu-



cionalizar sua atuação junto ao patrimônio, com a criação do Sistema de Arquivos (2016) e do Sistema de Museus, Acervos e Patrimônio Cultural (SIMAP) da UFRJ (2018), que se somam ao Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI), que atua desde 1989. Pode se opinar que a criação de uma política institucional de acervos seria mais um passo na consolidação de condições para que nossa Instituição salvasse e mantenha os acervos pessoais de intelectuais. Para Eleonora, o grande desafio é “evitar ficar olhando para os seus próprios limites e de alguma forma ser conformados por eles ou se adequar a essas impossibilidades financeiras”.

Obviamente, para entender a importância de uma política de acervo, é preciso ter como dado a existência do Brasil e que os brasileiros são os que melhor compreendem sua história ou foram compreendendo a partir da reflexão de outros pensadores nacionais em diálogo com intelectuais de outros países. Para que essa conversa entre intelectuais de tempos distintos ocorra, se faz necessário a existência de registros e de ações que permitam e dinamizem os acessos, em outras palavras, uma política que considere importante conhecê-los. Essa iniciativa, com certeza, Boal aplaudiria.





# INTERNET NO BRASIL: UMA HISTÓRIA EM REDE

---

GABRIELLE DIAS  
LETÍCIA MAIA

O ano é 1918. Uma estranha moléstia assombra a população da capital federal (naquela época, o Rio de Janeiro) e rapidamente se alastra por todo o Brasil. Era a gripe espanhola, que só foi contida após uma série de esforços das grandes lideranças científicas do país, dentre elas os professores e alunos da Faculdade de Medicina, que logo depois seria agregada ao que hoje conhecemos como Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mais de cem anos depois, a crise sanitária da Covid-19, de proporções igualmente graves, começa a apresentar alguns sinais de melhora, graças à ciência. Esforços de pesquisadores do mundo inteiro, inclusive do Brasil, possibilitaram o desenvolvimento de vacinas eficientes em tempo recorde. Estudos e experimentos realizados em diferentes partes do planeta se

cruzam em redes de colaboração para salvar vidas. Tal feito só foi possível devido à uma atuação ativa e conjunta de intelectuais de variadas áreas em teias cooperativas, fundamentais para a construção do conhecimento científico.

Uma das ferramentas que permitiu a não interrupção das trocas de conhecimento durante esse momento crítico foi a internet: todas as nuances das relações humanas parecem ter sido virtualizadas e o início dessa história no país também se deve, em grande parte, à UFRJ. Há 29 anos, em 1992, a universidade protagonizou a primeira experiência de transmissão via internet com sucesso em solo carioca. Sob uma velocidade de 64 KiloBytes (KB), uma potência na época, o computador PC XT – adquirido e montado peça por peça – entrava para a histó-

ria ao se conectar com a Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), nos Estados Unidos. A rede que hoje atravessa cotidianamente a vida das pessoas e possibilita uma comunicação e troca de informações mais eficiente dava seus primeiros passos no Brasil, traduzindo uma verdadeira rede de colaboração entre professores universitários do mundo inteiro que contribuíram para o feito. Dos primeiros KiloBytes e máquinas à produção científica de imunizantes durante uma pandemia, a partir de uma escala global de trocas, o que permanece é a constatação: sozinho não se faz ciência.

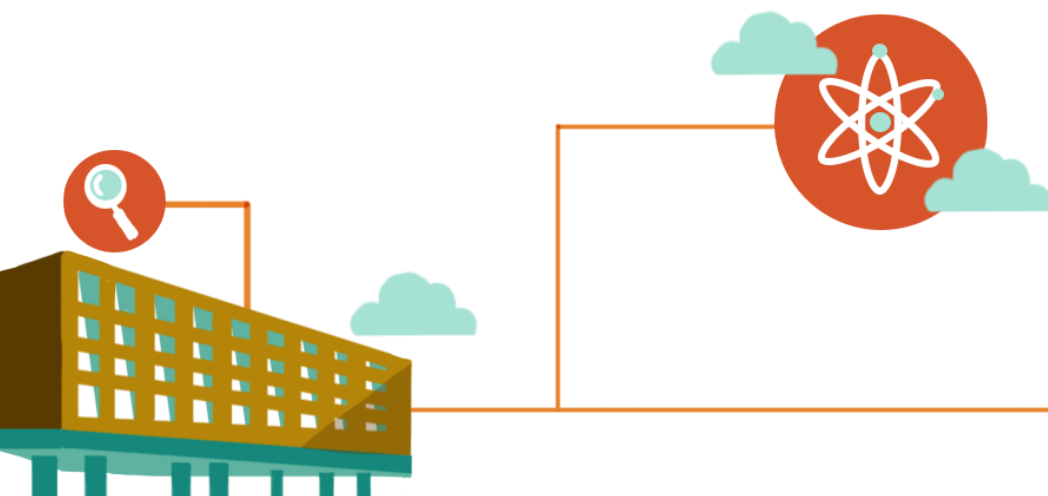
Para a escrita dessa matéria, entrevistamos os professores do Centro de Tecnologia da UFRJ Juliana Loureiro, Edmundo Souza e Luis Felipe de Moraes, em busca de informações que nos possibilitassem entender como operam as redes de colaboração intelectual e suas contribuições para o conhecimento científico, em especial, qual foi seu papel na chegada da internet no Brasil.

A Professora Juliana Loureiro, Coordenadora de Integração Acadêmica da Pós-Graduação do Centro de Tecnologia da UFRJ, reforça o papel fundamental da cooperação entre os intelectuais para a pesquisa: “o pesquisador precisa colaborar, porque uma pessoa só não vai fazer uma estação espacial

nem montar uma plataforma de petróleo, então a troca é muito importante, uma vez que os problemas reais da sociedade são muito abrangentes”.

Nesse cenário, a universidade figura como um importante tecido composto por um entrelaçamento de linhas de pesquisa e estudiosos, em busca de desafiar as fronteiras do conhecimento. Nas palavras da professora Juliana: “muitas pessoas não entendem qual é a função da universidade exatamente e, na minha concepção, a universidade é o lugar onde nós possuímos o conhecimento mais avançado da nação, esse é o nosso propósito. Nós somos os guardiões do que há de mais sofisticado no conhecimento nacional e temos o propósito de avançar sobre esses limites”.

No caso da internet, a rede de colaboração se formou a partir da iniciativa de um grupo de doutorandos ligados ao Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia (COPPE/UFRJ) e à UCLA. Como conta o professor Edmundo de Souza e Silva, do Programa de Engenharia de Sistemas e Computação (PESC-UFRJ) e um dos responsáveis pela difusão da internet no Brasil, “havia outros colegas da UCLA que já tinham tentado organizar alguma coisa, mas ainda de forma muito incipiente. Em uma das minhas voltas para



a UCLA, o professor Mario Gerla fez uma costura e nos apresentou ao Latin American Center da universidade, que tinha muito interesse que uma conexão fosse estabelecida entre o Brasil e os Estados Unidos, e então nós, quatro colegas aqui no Brasil, começamos a trabalhar”.

Muitos foram os obstáculos enfrentados nessa empreitada, especialmente pelos poucos recursos financeiros destinados à compra dos equipamentos necessários para a montagem de computadores e aquisição de softwares, além da falta de financiamento público destinado à pesquisa. “O problema eterno de falta de recursos: diferente dos meus colegas da Europa e dos Estados Unidos, que têm recursos muito mais vultosos, o que torna a vida muito mais fácil para fazer pesquisa, boa parte do nosso tempo era para convencer pessoas de que aquilo era importante, que tinha um impacto, porque muita gente desconhecia a função daquilo na época, não tinha vivido o que a gente teve a oportunidade de viver. Então era difícil fazer esse convencimento das pessoas de que isso era importante para alocar o recurso. E aí vem a sorte também, nós tivemos o Nelson Maculan, reitor da UFRJ, que entendia a importância da internet, era nosso professor lá da COPPE e conseguiu arranjar recursos”, comenta o professor Edmundo.



Além do desconhecimento do potencial da internet pelo grande público e até mesmo pelas autoridades, o que dificultava muito a experimentação e os testes necessários à efetiva implementação da rede virtual de dados era a burocracia. Nas palavras de Edmundo: “para dar uma ideia da dificuldade, havia uma lei que proibia compartilhamento de dados na época. Meu colega Paulo Aguiar foi várias vezes a Brasília para tentar argumentar que isso tinha que mudar. Então, em 1987, se não me falha a memória, depois de muitas conversas, também com a ajuda fundamental do professor Leonard Kleinrock, considerado o pai da internet, e do professor Mario Gerla, nós tivemos uma carta permitindo que o Brasil se conectasse à internet. E você diz ‘mas como? Tinha que ter permissão?’. Naquela época, não era internet, era a National Science Fou-



ndation Net, fechada para universidades. Era uma coisa ainda restrita, e a National Science Foundation, nos Estados Unidos, que é o equivalente ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) daqui, tinha que dar essa permissão”.

A parceria entre instituições internacionais e o compromisso com o desenvolvimento tecnológico e científico do país levou os professores a chegarem cada vez mais perto do sonho de difundir a internet para o Brasil. Estavam unidos nesses esforços a UFRJ, a Rede Rio de Computadores, financiada pela FAPERJ (Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro), o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), a Pontifícia Universidade Católica (PUC), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), entre outras entidades sem fins lucrativos.

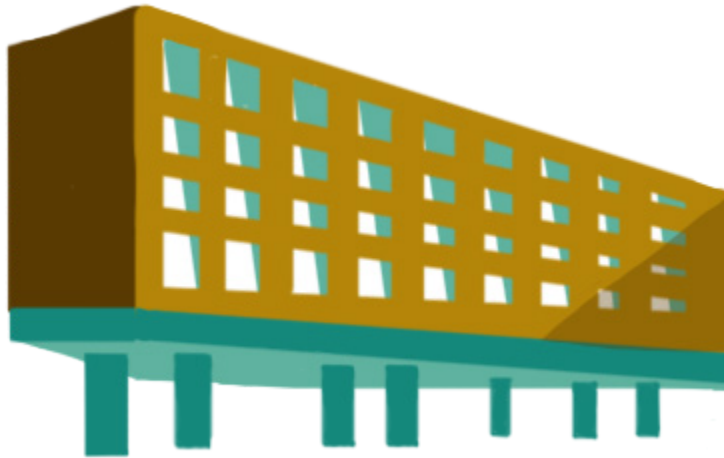
“A primeira transmissão via internet no mundo foi em outubro de 1969. As pessoas não compreendiam o que era. A web surgiu depois da internet, com essa ideia de pontos que são unidos por fios, que significam as conexões. Hoje em dia, a internet virou sinônimo de web, nós fazemos tudo por ela, mas na época não existia, não tínhamos nem imagens, era só texto. Nós conseguimos colocar a internet para funcionar em maio de 1992, a gente usava

cabo telefônico e por ali ligávamos nos equipamentos de modulação para transmitir o sinal digital. Na inauguração, fizemos uma pesquisa bibliográfica no banco de dados da Universidade da Califórnia e deu tudo certo! Em junho do mesmo ano, nos oferecemos para realizar a primeira transmissão ao vivo via internet para o exterior da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92. A velocidade da internet naquela época era de 64 KB por segundo e muita gente dizia que éramos malucos, porque achavam que 64 KB

era muito. Hoje em dia, por exemplo, a internet é fornecida usualmente em MegaBytes (MB), o que é mil vezes mais rápido que os KiloBytes que tínhamos”, comenta o professor da UFRJ e integrante da Rede Rio Luís Felipe de Moraes.

Nesse aspecto, a universidade foi um espaço imprescindível de encontro e integração, onde foi possível realizar muito com pouco. O impacto social, científico, econômico, político e cultural da rede de internet no Brasil é tão profundo que se torna difícil mensurar. Hoje em dia, não se faz pesquisa sem internet e a vida das pessoas é atingida diretamente por seus efeitos e constantes atualizações. As instituições públicas de pesquisa e ensino, protagonizadas por pesquisadores-professores e estudantes, são elementos fundamentais na história da ciência e tecnologia do país e na presente era digital, cumprindo com a construção de conhecimento científico de alto nível





e a função de servir à sociedade com qualidade.

No caso da difusão da internet no Rio de Janeiro, a função social da pesquisa científica nas instituições públicas se manifesta de maneira muito contundente em um primeiro momento, com a escolha de priorizar o público das favelas do Complexo da Maré, vizinhas da Ilha do Fundão, o maior campus da UFRJ. Como conta o professor Luís: “o Fernando Peregrino, ex-presidente da FAPERJ, começou a trabalhar em parceria com Organizações Não Governamentais (ONGs), como a Viva Rio e a Maré Digital, que eram projetos sociais. Essas instituições ensinavam computação para pessoas sem recursos das comunidades do Rio. Eu falei com o Peregrino para instalarmos internet nesses computadores. Para instalarmos na Maré, colocamos antenas na cobertura do Centro de Tecnologia da UFRJ para viabilizar a conexão da internet via WIFI. Uma ONG canadense, que conheceu nosso trabalho, resolveu patrocinar os equipamentos necessários via FAPERJ”.

Em consequência, o impacto direto dessas ações

na vida das pessoas contempladas foi ainda maior que o esperado, completa o professor: “Eu fui visitar a casa na Maré em que tínhamos implantado essa tecnologia e fiquei emocionado com o que vi: os olhos das pessoas quando eu perguntava como era antes e depois e o que elas faziam naquele momento com a internet. Um deles disse que usava para pesquisar os preços dos produtos que ele vendia no camelô, descobrindo que poderia vender por um preço melhor e aumentar sua renda. Isso é o que nos faz seguir adiante. Eu sou movido pela paixão e costumo dizer que sem paixão não há solução. A experiência positiva que tivemos nas comunidades nos motivou a implementar a tecnologia em todo o Rio de Janeiro. Depois, então, instalamos internet via rádio na orla de Copacabana e logo ampliamos para Ipanema e Leblon já com fibra na calçada. Essa é a história da internet”.

As redes ativas de pesquisadores tornaram realidade em nosso país, o que talvez tenha sido o grande marco das últimas décadas: um sistema global de redes de computadores interligados, a internet.





LEONARD KLEINROCK, PROFESSOR DA UCLA, REALIZA A PRIMEIRA CONEXÃO PELA ARPANET (PRECURSORA DA NSFNET E, MAIS TARDE, DA INTERNET)

1969



1987



FOI DADA A PERMISSÃO PARA QUE O BRASIL SE CONECTASSE À NSFNET, VIA PROTOCOLO DE INTERNET (IP). OS PRIMEIROS TESTES FALHARAM POR PROBLEMAS TÉCNICOS

1988



PRIMEIRA CONEXÃO À BITNET NO BRASIL, REALIZADA ENTRE A FAPESP (FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO) E O LABORATÓRIO DE FÍSICA DO DEPARTAMENTO DE ENERGIA DOS ESTADOS UNIDOS (FERMILAB). EMBORA EXITOSA, A CONEXÃO FOI REALIZADA DE FORMA INDIRETA PELO FERMILAB

06/1992



REDE RIO TRANSMITE A CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (RIO-92) AO VIVO VIA INTERNET



05/1992

UFRJ E REDE RIO ACESSAM A BIBLIOTECA DA UCLA VIA NSFNET. É A PRIMEIRA VEZ QUE O BRASIL SE CONECTA À REDE DE FORMA DIRETA

2005



UMA PARCERIA ENTRE COPPE, FAPERJ E ONGS COMO VIVA RIO E MARÉ DIGITAL PERMITE A VIABILIZAÇÃO DA CONEXÃO VIA WI-FI NAS FAVELAS DO COMPLEXO DA MARÉ

2008



COPPE INAUGURA O PROJETO ORLA DIGITAL, QUE IMPLANTOU A TECNOLOGIA WI-FI EM TODA A ORLA DE COPACABANA, E, POSTERIORMENTE, IPANEMA E LEBLON

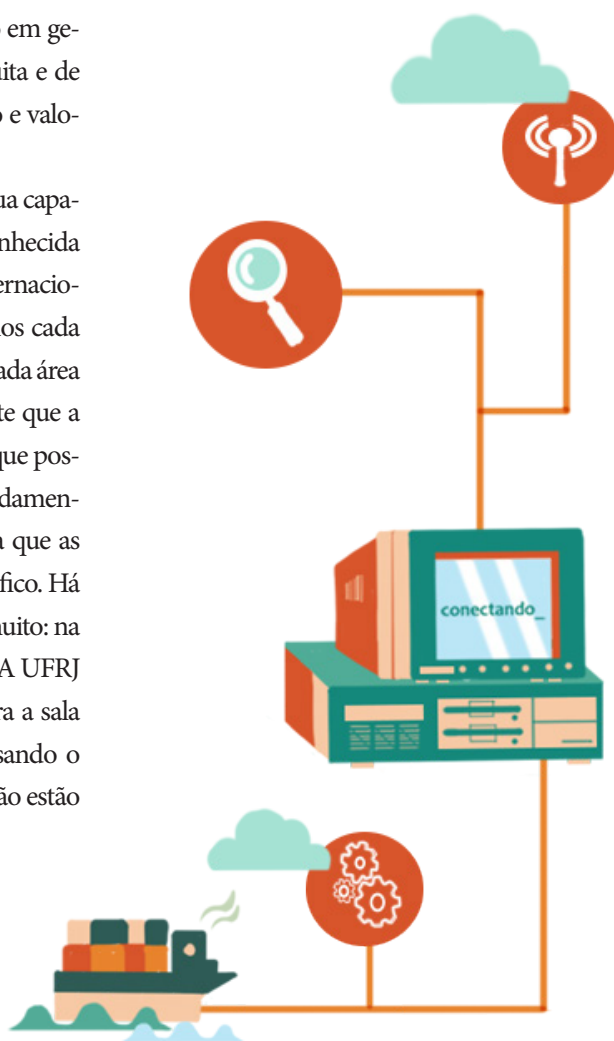


Hoje, em contexto pandêmico mundial causado pela Covid-19, a UFRJ, entre outras instituições, ministra aulas e atividades de maneira remota, dada a necessidade de isolamento físico entre as pessoas. A pesquisa não para e os avanços no conhecimento se mostram cada vez mais otimizados graças à integração de diferentes áreas do saber e intelectuais de todo o planeta, potencializada pela internet.

É importante que esses esforços e trabalhos, realizados na maioria das vezes com muitas dificuldades financeiras e de infraestrutura, sejam reconhecidos e incentivados com o financiamento adequado pela iniciativa pública. Além disso, vale frisar a necessidade de tornar conhecidos, pela população em geral, os feitos da universidade pública, gratuita e de qualidade, impulsionando o fortalecimento e valorização social das instituições.

“A UFRJ, pelos seus profissionais e pela sua capacidade de geração de conhecimento, é reconhecida como uma liderança nacional e também internacional e é nossa função trabalhar para estarmos cada vez mais nas fronteiras do conhecimento. Cada área tem a sua contribuição a dar e é importante que a gente se fortaleça como universidade para que possamos sempre estar nesses patamares. É fundamental mostrarmos isso para a sociedade, para que as pessoas entendam como é o processo científico. Há uma frase do Carlos Chagas que eu gosto muito: na universidade se ensina porque se pesquisa. A UFRJ tem a característica de levar a pesquisa para a sala de aula da graduação, então estamos pensando o tempo inteiro em resolver problemas que não estão

resolvidos ou oferecer soluções mais eficientes. Nós temos que defender a UFRJ e fazer isso é mostrar o que a gente faz de interessante e importante. É a paixão, o compromisso e a vontade de construir que faz da UFRJ o que ela é hoje”, resume a professora Juliana Loureiro.





**PATRIMÔNIO.** Pesquisador da UFRJ cuida da preservação do **acervo** do Museu Nacional que sobreviveu ao incêndio de 2018.

VERSUS

[versus.ccje.ufrj.br](http://versus.ccje.ufrj.br)